

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES - UCAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA
CURSO DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

KATIA CHRISTINA MENEZES DA SILVA

A URBANIZAÇÃO DAS FAVELAS E A PROMOÇÃO DO DIREITO À CIDADE:
PROGRAMA MORAR CARIOCA VERDE, NO MORRO DA BABILÔNIA, NO
MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO, RJ

Novembro de 2024

KATIA CHRISTINA MENEZES DA SILVA

A URBANIZAÇÃO DAS FAVELAS E A PROMOÇÃO DO DIREITO À CIDADE:
PROGRAMA MORAR CARIOCA VERDE, NO MORRO DA BABILÔNIA NO
MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política - Universidade Candido Mendes – Ipanema/RJ, para obtenção do grau de MESTRE EM SOCIOLOGIA POLÍTICA.

Orientador: Dra. Camila Gonçalves De Mario

RIO DE JANEIRO, RJ

Novembro de 2024

KATIA CHRISTINA MENEZES DA SILVA

A URBANIZAÇÃO DAS FAVELAS E A PROMOÇÃO DO DIREITO À CIDADE:
PROGRAMA MORAR CARIOCA VERDE, NO MORRO DA BABILÔNIA NO
MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política - Universidade Candido Mendes – Ipanema/RJ, para obtenção do grau de MESTRE EM SOCIOLOGIA POLÍTICA.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr.^a Camila Gonçalves De Mario
Universidade Candido Mendes

Prof. Dr. Rogério Ferreira de Souza
Universidade Candido Mendes

Prof. Dr.^a Regina Claudia Laisner
Universidade Estadual de São Paulo

Dedico este trabalho aos meus pais e amigos que sempre me incentivaram.

AGRADECIMENTOS

A conclusão desta dissertação só foi possível graças ao apoio, orientação e incentivo de muitas pessoas e instituições, às quais expresso aqui minha profunda gratidão.

Primeiramente, agradeço a Deus, por me conceder força, sabedoria e perseverança para enfrentar os desafios desta jornada acadêmica. Sem Sua orientação divina, esta conquista não teria sido possível.

À minha orientadora, Professora Dra. Camila Gonçalves De Mario, expresso minha mais sincera gratidão pela sua orientação dedicada e pelos valiosos conselhos ao longo de todas as etapas deste trabalho. Sua paciência, expertise e constante incentivo foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço também aos membros do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, especialmente ao Professor Dr. Rogério de Souza, cujas contribuições e aulas foram de grande importância para a construção deste estudo.

À minha família, expresso meu profundo agradecimento. À minha mãe Jocinéa, por todo o amor, apoio incondicional e por acreditar em mim desde o início. Você é a minha inspiração e minha base. Agradeço também à minha filha Yasmin e aos demais familiares, que estiveram ao meu lado nos momentos de dificuldade, oferecendo palavras de incentivo e compreensão. Ao meu companheiro, José Avelino, obrigada por sua paciência, amor e por sempre me motivar a continuar, mesmo nos momentos mais desafiadores.

Aos meus amigos e colegas de curso, que compartilharam desta caminhada e me ofereceram apoio, seja nos debates acadêmicos ou nos momentos de descontração. A parceria de vocês tornou este percurso muito mais leve e enriquecedor.

Meu sincero agradecimento ao pessoal da biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGG/UFRJ), pela assistência técnica e pelo acesso aos recursos fundamentais para este estudo.

Não poderia deixar de agradecer aos participantes desta pesquisa, que gentilmente dedicaram seu tempo e compartilharam informações valiosas. Suas contribuições foram essenciais para o desenvolvimento e o sucesso deste trabalho.

Por fim, dedico este trabalho àqueles que, de alguma forma, contribuíram para a minha formação acadêmica e pessoal. A cada um de vocês, meu sincero muito obrigado!

"A política tem que ser entendida, para merecer este nome, como uma ação cuja abrangência alcance todos os cidadãos." (Ricardo Boechat)

RESUMO

Este trabalho investiga os impactos do programa de urbanização de favelas Morar Carioca Verde, implementado em 2010 pela Prefeitura do Rio de Janeiro, como parte da reforma urbana para as Olimpíadas de 2016, na favela da Babilônia, localizada no Leme, zona sul da cidade. O objetivo principal é, a partir de pesquisa de campo, analisar a perspectiva dos moradores e identificar se o programa promoveu o direito à cidade para os residentes do morro. O programa Morar Carioca Verde visava à revitalização e ao desenvolvimento sustentável da favela, com prioridade na criação de espaços de convivência comunitária e melhorias na infraestrutura urbana. Contudo, a pesquisa revela que os moradores da Babilônia ainda enfrentam desafios significativos, como restrições ao acesso a serviços básicos de coleta de lixo e endereçamento postal adequado. A metodologia da pesquisa é qualitativa, baseada em análise documental e entrevistas não diretivas com os moradores, buscando compreender profundamente as percepções e experiências dos residentes em relação ao programa. Por meio dessa abordagem, é possível analisar a efetividade das políticas públicas implementadas e o grau de inclusão social promovido pelo Morar Carioca Verde.

Palavras-chave: Urbanização; Favela; Morar Carioca Verde; Direito à Cidade

ABSTRACT

This study investigates the impacts of the Morar Carioca Verde slum urbanization program, implemented in 2010 by the Rio de Janeiro City Hall as part of the urban reform initiative for the 2016 Olympics, in the Babilônia favela, located in Leme, in the city's southern zone. The primary objective is to analyze residents' perspectives through field research and determine whether the program promoted the right to the city for the hill's residents. The Morar Carioca Verde program aimed at revitalizing and sustainably developing the favela, prioritizing the creation of community spaces and improvements in urban infrastructure. However, the research reveals that Babilônia residents continue to face significant challenges, such as limited access to basic services like waste collection and proper postal addressing. The research methodology is qualitative, based on document analysis and non-directive interviews with residents, seeking to deeply understand their perceptions and experiences regarding the program. Through this approach, it becomes possible to evaluate the effectiveness of the implemented public policies and the degree of social inclusion promoted by Morar Carioca Verde.

Keywords: Urbanization; Slum; Morar Carioca Verde; Right to the City

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEIS	Área de Especial Interesse Social
AMB	Associação de Moradores da Babilônia
APA	Área de Proteção Ambiental
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEDAE	Companhia Estadual de Água e Esgoto
CEF	Caixa Econômica Federal
CEHAB	Companhia de Habitação do Estado do Rio de Janeiro
CEP	Código de Endereçamento Postal
CFUL	Programa Cada Família, Um Lote
CHISAM	Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio
CMS	Centro Municipal de Saúde
Cohab-GB	Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara
Comlurb	Companhia Municipal de Limpeza Urbana
COOPBABILÔNIA	Cooperativa de Trabalhadores em Reflorestamento e Prestação de Serviços da Babilônia
ESF	Estratégia Saúde da Família
Fafeg	Federação da Associação de Favelas do Estado da Guanabara
FAUUSP	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
Fundrem	Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro
GEAP	Grupo Executivo de Assentamentos Populares
IAB	Instituto dos Arquitetos do Brasil
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPLANRio	Empresa Municipal de Informática e Planejamento
IPP	Instituto Municipal de Planejamento Pereira Passos
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano

ONG		Organização Não Governamental
PNM	Paisagem	Parque Natural Municipal Paisagem Carioca
Carioca		
Pouso		Posto de Orientação Urbanística e Social
PROAP-Rio		Programa de Regularização dos Estabelecimentos Populares do Rio de Janeiro
Proface		Projeto Favelas da Cedae
Promorar		Programa de Erradicação de Sub-Habitação
SABREN		Sistema de Assentamentos de Baixa Renda
Serfha		Serviço Especial de Reabilitação das Favelas e das Habitações Anti-higiênicas
SMDS		Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
SMH		Secretaria Municipal de Habitação
SUS		Sistema Único de Saúde
TAC		Termo de Ajustamento de Conduta
TCM		Tribunal de Contas do Município
Unesco		Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UPA		Unidade de Pronto-Atendimento
UPP		Unidade de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 HISTÓRIA DA FORMAÇÃO URBANA NO RIO DE JANEIRO: DO SURGIMENTO À MODERNIZAÇÃO	19
1.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A URBANIZAÇÃO DO RIO DE JANEIRO A PARTIR DO SÉCULO XIX	19
1.2 A REFORMA URBANA DE PEREIRA PASSOS E A FORMAÇÃO DAS FAVELAS NO RIO DE JANEIRO	31
1.3 A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DE URBANIZAÇÃO DAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO	42
1.3.1 A URBANIZAÇÃO DAS FAVELAS NO PERÍODO DE 1930 A 1988 ..	42
1.3.2 PROGRAMA FAVELA-BAIRRO (1994-2009)	62
1.3.3 PROGRAMA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS INFORMAIS - MORAR CARIOCA (2009-2016)	68
2 A FAVELA DA BABILÔNIA E O PROGRAMA MORAR CARIOCA VERDE	71
2.1 BREVE HISTÓRICO DA FAVELA DA BABILÔNIA	71
2.2 MORAR CARIOCA VERDE.....	79
3 DIREITO À CIDADE	83
3.1 SEGREGAÇÃO URBANA E VALORIZAÇÃO DO SOLO: O PAPEL DO ESTADO E DO MERCADO NA EXCLUSÃO DAS POPULAÇÕES VULNERÁVEIS	93
3.2 OS MEGAEVENTOS E A RECONFIGURAÇÃO URBANA: ENTRE O ESPETÁCULO GLOBAL E A DESPOSSESSÃO DAS FAVELAS LOCAIS. ...	103

3.3	DESAFIOS E LIMITAÇÕES DO PROGRAMA MORAR CARIOCA VERDE NA FAVELA DA BABILÔNIA	1111
3.3.1	INFRAESTRUTURA DE SAÚDE	115
3.3.2	INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO (ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO).....	117
3.3.3	LIXO.....	122
3.3.4	EDUCAÇÃO	124
3.3.5	GESTÃO PARTICIPATIVA.....	125
3.3.6	SUSTENTABILIDADE.....	127
3.3.7	PERFIL DOS MORADORES	130
3.3.8	HABITAÇÃO E ACESSIBILIDADE	131
3.3.9	REMOÇÕES.....	136
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	138
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	143

INTRODUÇÃO

A urbanização do Rio de Janeiro é um processo que encapsula tensões históricas de natureza social, econômica e política, resultando em uma cidade marcada por desigualdades. Desde o século XIX, a chegada da família real em 1808 foi um marco na aceleração da modernização urbana, promovendo mudanças significativas na estrutura socioespacial da cidade. Conforme Abreu (1997), o Rio consolidou-se como capital política e econômica, favorecido por investimentos estrangeiros e intervenções estatais que transformaram sua organização e aparência. Contudo, essas transformações beneficiaram, de forma desproporcional, as elites, aprofundando desigualdades socioespaciais e marginalizando as populações mais pobres. Reformas voltadas à modernização, como as do início do século XX, muitas vezes deslocaram comunidades vulneráveis para áreas periféricas ou menos favorecidas, ampliando a segregação urbana, como enfatiza Gonçalves (2013).

Nesse contexto de exclusão, as favelas surgiram como uma resposta orgânica às lacunas habitacionais deixadas pelo Estado. A partir do final do século XIX, essas ocupações começaram a proliferar, marcando o tecido urbano carioca como espaços de resistência e adaptação frente à negligência do poder público. A urbanização desigual prosseguiu ao longo do século XX e início do XXI, quando os megaeventos esportivos – como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 – serviram como justificativa para novas ondas de intervenções urbanas. Essas reformas, como observa Maricato (2015), priorizaram a valorização imobiliária e atração de investimentos internacionais, muitas vezes à custa das comunidades mais vulneráveis, fomentando processos de gentrificação e expulsão.

O conceito de "direito à cidade", proposto por Henri Lefebvre, é crucial para entender as contradições dessas intervenções. Lefebvre propõe que a cidade deve ser um espaço de convivência coletiva, onde todos os habitantes participem ativamente de sua construção e usufruam de seus benefícios, contrariando a lógica de mercantilização e exclusão que domina as cidades contemporâneas. Essa perspectiva é especialmente relevante para as favelas cariocas, que simbolizam tanto a exclusão quanto a resistência frente às políticas urbanas. A favela da Babilônia, foco desta pesquisa, é exemplar nesse sentido. Historicamente vista como um "problema urbano", a Babilônia, como outras favelas, enfrentou políticas de remoção e repressão. Contudo, seus moradores resistiram, exigindo o direito de permanecer e de acessar serviços urbanos, evidenciando o papel das comunidades como agentes ativos no processo de transformação da cidade.

O Programa Morar Carioca Verde, lançado em junho de 2011 pela Secretaria Municipal de Habitação do Rio de Janeiro como um projeto-piloto de urbanização sustentável, realizou intervenções nos Morros da Babilônia e Chapéu Mangueira, no Leme. Inscrito no contexto das reformas urbanas recentes, o programa buscava integrar as favelas ao espaço urbano formal por meio de práticas inovadoras que associavam sustentabilidade ambiental e urbanização. Contudo, sua implementação levantou críticas que questionam a efetividade das políticas em garantir o "direito à cidade", como proposto por Lefebvre. Embora apresentasse um discurso centrado na inclusão social e na sustentabilidade, as ações concretas muitas vezes priorizaram interesses mercantis e a valorização imobiliária, reproduzindo a lógica do capitalismo urbano contemporâneo descrita por Harvey (2014), em que o espaço urbano é moldado para atender às demandas do mercado, frequentemente à custa das populações vulneráveis.

O caso da Babilônia ilustra essas tensões de forma emblemática. Enquanto o programa prometia melhorias na infraestrutura urbana e na qualidade de vida dos moradores, os resultados concretos revelaram contradições entre o discurso oficial e os impactos no território. As intervenções contribuíram para a especulação imobiliária, colocando em risco a permanência dos próprios moradores que deveriam ser beneficiados. Além disso, a falta de participação efetiva das comunidades no planejamento das ações reforçou as desigualdades socioespaciais, desrespeitando a história e a identidade cultural dos territórios.

Nesse contexto, a luta dos moradores da Babilônia pelo "direito à cidade" evidencia a resistência de comunidades marginalizadas diante de políticas públicas que, em muitos casos, perpetuam dinâmicas excludentes. Mais do que reivindicar acesso a serviços urbanos, os moradores demandam o reconhecimento de seu papel como parte essencial do tecido urbano carioca e a garantia de que intervenções urbanísticas respeitem suas necessidades e valores culturais.

Diante desse cenário, o objetivo principal desta pesquisa é examinar como o conceito de "direito à cidade" foi considerado – ou negligenciado – nas intervenções urbanas realizadas na favela da Babilônia, com foco no Programa Morar Carioca Verde. Busca-se compreender até que ponto essas políticas públicas contribuíram para a inclusão social e para a valorização dos moradores como agentes fundamentais no espaço urbano. Para isso, estabelecem-se os seguintes objetivos específicos: (1) investigar os impactos das políticas de urbanização na favela da Babilônia, verificando se promoveram ou não o direito à cidade para seus moradores; (2) identificar as percepções dos moradores sobre o

processo de urbanização, considerando suas experiências e interpretações sobre as melhorias e os desafios decorrentes dessas intervenções; e (3) analisar como o Programa Morar Carioca Verde propôs criar um ambiente urbano inclusivo e democrático, no qual os moradores das favelas fossem reconhecidos e engajados como protagonistas no processo de transformação urbana.

A escolha da Favela da Babilônia como objeto de estudo desta pesquisa está diretamente ligada à sua relevância histórica, geográfica e social no contexto urbano do Rio de Janeiro. Situada na Zona Sul da cidade, uma região marcada pela proximidade entre áreas de alta renda e territórios populares, a Babilônia exemplifica as contradições do espaço urbano carioca. Essa proximidade física entre o bairro do Leme e a favela reflete a fragmentação socioespacial que caracteriza a cidade, evidenciando as desigualdades de acesso a serviços urbanos e infraestrutura. Além disso, a Babilônia apresenta uma história de resistência às políticas de remoção, consolidando-se como um símbolo de luta pelo direito à permanência e pelo reconhecimento de seus moradores como parte essencial da cidade. Essa trajetória reforça a importância da favela como um espaço não apenas de habitação, mas também de identidade cultural, memória coletiva e reivindicação de direitos.

Já a escolha do Programa Morar Carioca Verde como foco desta pesquisa se justifica por sua proposta de urbanização sustentável, que procurou associar melhorias infraestruturais à sustentabilidade ambiental, aspectos fundamentais para a construção de um espaço urbano mais inclusivo. Além disso, o programa representou uma tentativa de reformular a abordagem tradicional de urbanização de favelas no Rio de Janeiro, prometendo incorporar práticas participativas e um olhar mais integrado sobre o território. No entanto, ao analisar sua implementação na Favela da Babilônia, surgem questionamentos sobre até que ponto essas promessas foram cumpridas e sobre como as intervenções realmente impactaram a vida dos moradores. A escolha desse programa permite investigar as tensões entre o discurso oficial de inclusão social e os efeitos concretos das políticas públicas, problematizando os limites e possibilidades de tais iniciativas no contexto das favelas cariocas.

Conectar o direito à cidade, proposto por Henri Lefebvre, ao estudo do Morar Carioca Verde e à Favela da Babilônia é essencial para compreender as contradições inerentes ao processo de urbanização desigual no Rio de Janeiro. O conceito de Lefebvre defende que a cidade deve ser um espaço coletivo e democrático, no qual todos os habitantes possam participar ativamente de sua construção e usufruir de seus benefícios.

No caso da Babilônia, o Morar Carioca Verde prometia promover uma urbanização mais inclusiva e sustentável, mas os moradores enfrentaram desafios como a falta de participação efetiva no planejamento das ações, o aumento da especulação imobiliária e a pressão econômica sobre a permanência no território. Essas dinâmicas reforçam a exclusão socioespacial e desrespeitam o direito dos moradores de serem protagonistas no processo de transformação urbana.

Ao mesmo tempo, a resistência dos moradores da Babilônia demonstra a luta por um direito à cidade que vai além do acesso à infraestrutura e aos serviços urbanos. Eles reivindicam o reconhecimento de sua identidade cultural, de suas redes de solidariedade e de sua história coletiva como elementos fundamentais de seu pertencimento à cidade. A escolha da Babilônia e do Morar Carioca Verde como objeto de análise, portanto, permite explorar a aplicação do direito à cidade em um contexto real, destacando como as políticas públicas podem tanto reforçar quanto desafiar as desigualdades que estruturam o espaço urbano.

Dada a complexidade desse cenário, a presente pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa para compreender o impacto das políticas de urbanização na favela da Babilônia. A metodologia adotada inclui a análise documental de relatórios e documentos oficiais relacionados ao Programa Morar Carioca Verde, além da realização de entrevistas não diretivas com os moradores da Babilônia. A escolha por essa abordagem qualitativa reflete a necessidade de captar, de forma mais aprofundada, as dinâmicas sociais, econômicas e culturais que moldam a vida na favela. Cabe ressaltar que, ao longo do trabalho, será utilizado o termo "favela", pois este é o termo empregado pelos próprios moradores para se referirem ao lugar onde vivem, reafirmando sua identidade territorial e histórica. As entrevistas foram realizadas por meio de uma rede de contatos, iniciada com moradores conhecidos da favela, que, ao longo do processo, apresentaram outros residentes. Essa dinâmica favoreceu o estabelecimento de confiança e ampliou o acesso a diferentes perspectivas sobre as intervenções urbanas, permitindo explorar as percepções e experiências dos participantes.

Este trabalho está estruturado em três capítulos principais, além da introdução e das considerações finais. Após esta introdução, o Capítulo 1 explorará o desenvolvimento histórico da urbanização no Rio de Janeiro, com foco nas políticas de remoção e nos processos de urbanização das favelas. O Capítulo 2 será dedicado ao processo de formação da favela da Babilônia e as características do Programa Morar Carioca Verde. O Capítulo 3 apresentará as percepções dos moradores sobre as intervenções urbanas,

com base nas entrevistas realizadas e discutirá como o conceito de direito à cidade pode ser aplicado no contexto das favelas cariocas, à luz dos resultados desta pesquisa.

1 HISTÓRIA DA FORMAÇÃO URBANA NO RIO DE JANEIRO: DO SURGIMENTO À MODERNIZAÇÃO

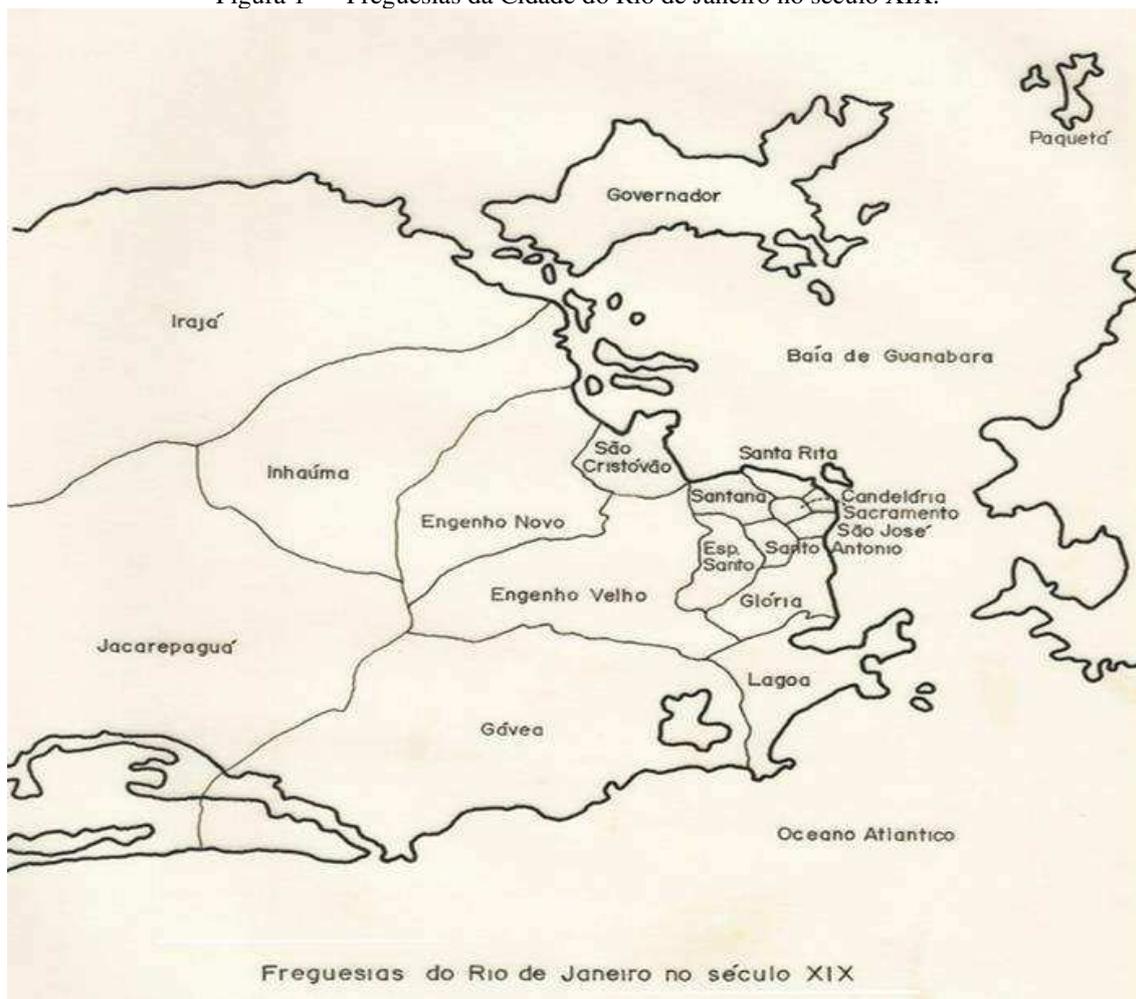
1.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A URBANIZAÇÃO DO RIO DE JANEIRO A PARTIR DO SÉCULO XIX

A urbanização do Rio de Janeiro a partir do século XIX refletiu uma transição econômica e social significativa. Durante o Império, a cidade consolidou-se como a capital do país, tornando-se um centro econômico, político e cultural. A chegada da família real ao Rio de Janeiro não apenas acelerou a modernização da cidade, mas também introduziu uma nova classe social que demandava por novas infraestruturas e recursos inéditos, rompendo com o equilíbrio social e espacial existente.

Limitada pelos morros do Castelo, São Bento, Santo Antônio e da Conceição até o século XIX, a cidade do Rio de Janeiro abrigava uma população majoritariamente composta por escravos. A ausência de meios de transporte coletivos e as necessidades de defesa fazia com que os habitantes vivessem em relativa proximidade. A elite se distinguia não pela localização de suas residências, mas pela aparência e estrutura dessas, além das vestimentas e normas de conduta.

Até 1821, o Rio de Janeiro permanecia modesto e limitado às freguesias da Candelária, São José, Sacramento, Santa Rita e Santana, áreas que hoje correspondem às regiões administrativas do Centro e Portuária. Nesse período, começava a surgir uma sutil diferenciação social entre as freguesias urbanas. As freguesias da Candelária e São José, por exemplo, eram preferidas pelas classes dirigentes como locais de residência, ou como para suas chácaras nos atuais bairros da Glória e Catete. As demais classes, com pouca ou nenhuma mobilidade, concentravam-se nas freguesias de Santa Rita e Santana, hoje correspondentes aos bairros da Saúde, Santo Cristo e Gamboa. A expansão para o oeste da cidade era impedida pelas áreas de mangue do São Diogo, que atualmente abrangem a região da Cidade Nova.

Figura 1 — Freguesias da Cidade do Rio de Janeiro no século XIX.



Fonte: Fonte: Acervo particular RF Pereira¹.

Ao longo do século XIX, a Cidade Nova se transformou. De uma área principal de residência urbana, passou a ser uma zona de depósitos, oficinas, pensões, cortiços e prostíbulos. Soares (1965, p. 358) observa que “as construções eram caracterizadas por prédios estreitos e profundos, com pouca iluminação interna e coladas uns aos outros”, refletindo a necessidade de melhoria do espaço próximo ao Centro, já que faltavam transportes coletivos rápidos. Essas estruturas serviam de moradia para pessoas de baixo padrão social, marginais e imigrantes, revelando uma complexidade social.

Abreu (1997, pp. 41-42) destaca que “a entrada de capital estrangeiro na economia brasileira, junto com as intervenções do Estado trouxe mudanças significativas para a cidade”, transformando não apenas a sua aparência, mas também a sua organização espacial. Benchimol (1992, p. 112) acrescenta que a segunda metade do século XIX,

¹ Disponível em: <https://historiadorioparatodos.com.br/timeline/1824-estatisticas-da-cidade/1824-141r-freguesias/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

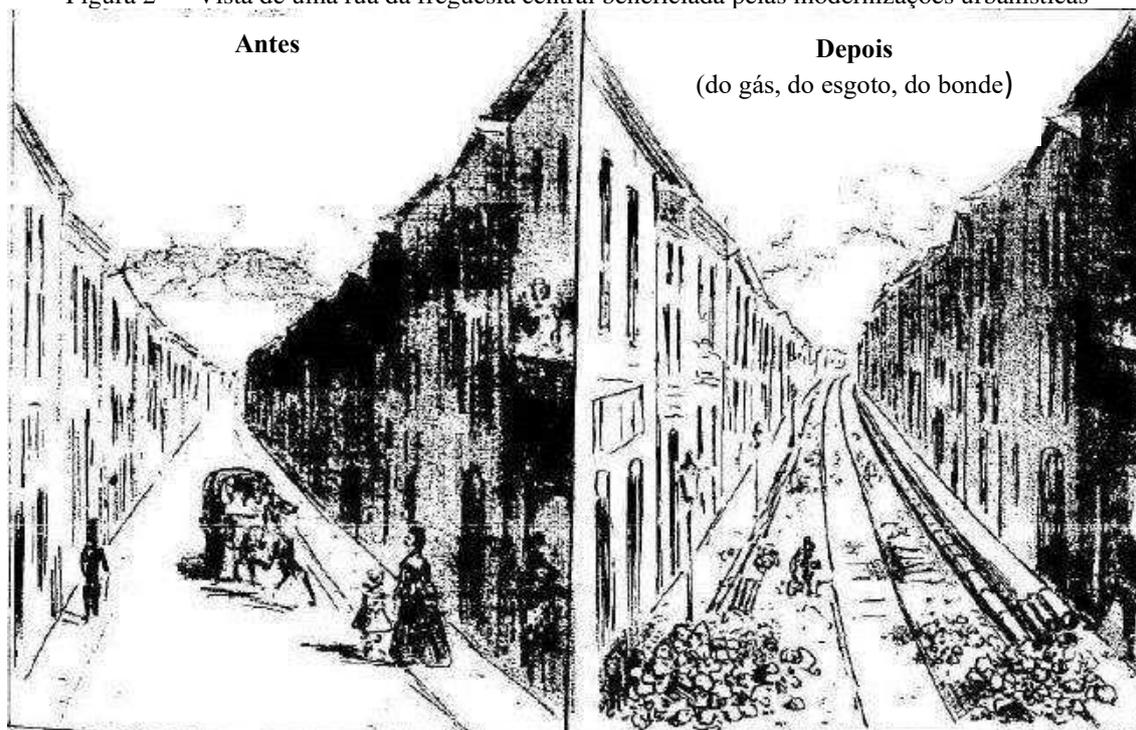
quando o Rio de Janeiro se consolidou como a sede política e principal centro comercial do Império, foi um período crucial para essas transformações. Segundo ele “a interação entre capital estrangeiro e políticas estatais não apenas acelerou a urbanização, mas também reorganizou a estrutura socioespacial da cidade”, destacando a influência das relações de poder e economia nas mudanças urbanas.

A Guerra do Paraguai (1864-1870) foi um marco histórico que impulsionou as transformações econômicas e sociais no Brasil no final do século XIX. Como observa Gonçalves (2013, p. 37), o conflito gerou uma demanda por produtos manufaturados, o que, por sua vez, estimulou o desenvolvimento industrial no país. Contudo, ao invés de integrar os ex-escravos ao mercado de trabalho assalariado privilegiou a imigração europeia como solução para suprir a mão de obra necessária. Essa política imigratória moldou profundamente a composição demográfica e a estrutura social das cidades brasileiras, especialmente no Rio de Janeiro, que se consolidou como o principal polo urbano e econômico do país.

A modernização econômica, juntamente com a transição do trabalho escravo para o assalariado, provocou mudanças drásticas na paisagem urbana do Rio de Janeiro. Vaz (2002, p. 25) destaca que o final do século XIX e início do século XX foram marcados pela consolidação do capitalismo na cidade, impulsionado tanto pelo declínio da economia cafeeira quanto pelo colapso da escravidão. Essas transformações, embora promotoras de desenvolvimento, também aprofundaram desigualdades e alteraram irreversivelmente a dinâmica socioespacial da cidade.

O crescimento dos setores secundário e terciário evidenciou-se em resposta à demanda por manufaturados e serviços, acompanhando a urbanização e industrialização do Rio de Janeiro. Esse desenvolvimento econômico manifestou-se pela introdução de novos serviços urbanos como iluminação, transporte público, saneamento básico, abastecimento de água, telefonia e eletricidade, marcando profundamente o espaço urbano (Vaz, 2002, p. 25).

Figura 2 — Vista de uma rua da freguesia central beneficiada pelas modernizações urbanísticas



Fonte: Semana Ilustrada nº 471 - 19/12/1868 p. 3765.²

Além das transformações econômicas, o cenário político também por uma evolução significativa. A transição do Império para a República reconfigurou o poder e a administração estatal no Rio de Janeiro, redefinindo a organização social e econômica da cidade. A propagação do pensamento burguês foi crucial na criação de novos padrões culturais e na redefinição da identidade urbana, alinhando-se com as novas realidades da época. Para Santos (2020, p.15), “uma racionalidade econômica intensificada, impulsionada por capitais nacionais e estrangeiros, teve papel importante no desenvolvimento do Brasil”. Esse crescimento, focado na infraestrutura, gerou progresso e avançou o capitalismo, mas também exacerbou a exclusão social e a pobreza urbana, criando uma tensão constante entre o progresso econômico e a justiça social.

Abreu (1997) analisa as mudanças urbanísticas no Rio de Janeiro, destacando o papel crucial que inovações como os bondes puxados por burros e os trens a vapor desempenharam na configuração espacial da cidade a partir de 1870. O desenvolvimento dos bondes, por exemplo, fez com que regiões como a Zona Sul e a Tijuca se tornassem áreas preferenciais para as classes mais ricas, enquanto as ferrovias conduziam as populações de menor renda para as áreas periféricas. Esses avanços tecnológicos,

² Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/semana-illustrada/702951>. Acesso em 07 de janeiro de 2024.

combinados com a alocação desigual dos recursos urbanos, intensificaram a segregação socioespacial, refletindo as diferenças de classe e poder.

Essa segregação não foi acidental. Ela resultou tanto da influência do capital estrangeiro no sistema de transporte quanto do interesse da aristocracia cafeeira e dos comerciantes em possuir imóveis em locais estratégicos. Essa estratégia deliberada da reprodução do capital moldou o layout urbano do Rio de Janeiro, perpetuando e aprofundando as desigualdades preexistentes.

Trem e bondes foram, sem dúvida, indutores do desenvolvimento urbano do Rio. Mas o caráter de massa destes meios de transporte tem de ser relativizados, como também devem ser relativizados os seus papéis frente ao ambiente urbano. É que trem, bondes e, mais tarde, ônibus (e os sistemas viários correspondentes) só vieram “coisificar” um sistema urbano preexistente, ou pelo menos um sistema de organização do espaço urbano, cujas premissas já estavam prontas em termos de representação ideológica do espaço e que apenas esperavam os meios de concretização. Em outras palavras, o bonde fez a zona sul, porque as razões de ocupação seletiva da área já eram “realidade”... Já o trem veio responder uma necessidade de localização de pessoas de baixa renda e de atividades menos nobres (indústrias, por exemplo). (Santos, 1977, p. 25 apud Abreu, 1997, p. 44).

A modernização urbana e desenvolvimento econômico no Rio de Janeiro foram profundamente influenciados pelas dinâmicas de poder e controle sobre recursos, tanto materiais quanto humanos. Santos argumenta que o uso estratégico da infraestrutura urbana e da legislação serviu para favorecer aqueles que detinham capital e poder, muitas vezes em detrimento das classes trabalhadoras e dos grupos marginalizados. Abreu, por sua vez, destaca como crescimento urbano foi moldado por essas políticas, com a organização do transporte público e a alocação de investimentos imobiliários perpetuando as desigualdades socioeconômicas.

A reorganização espacial do Rio de Janeiro, especialmente durante períodos de intensas mudanças econômicas e sociais, evidenciou a crescente disparidade em habitação e mobilidade urbana. Abreu (1997, pp. 37-39) observa que esse processo não apenas resultou na conversão de chácaras aristocráticas em residências de classe alta na Zona Sul, mas também refletiu uma busca incessante por exclusividade pelas famílias ricas. Essa transformação espacial ocorreu de forma isolada; ela estava diretamente ligada às políticas de urbanização que privilegiavam as elites em detrimento das classes trabalhadoras.

Por outro lado, a concentração de trabalhadores livres e escravos de ganho³ nas freguesias centrais como Santana e Santa Rita ressalta uma segregação baseada na proximidade com o local de trabalho no centro da cidade. Isso reflete as restrições impostas pela limitada infraestrutura de transporte e pela natureza do trabalho naquela época.

Benchimol (1992, p. 112) argumenta que a dominação do espaço urbano pelo capital internacional afetou consideravelmente a qualidade de vida das classes populares, levando ao surgimento de habitações coletivas como resposta à crise habitacional causada por limitações de espaço e especulação imobiliária. Esses espaços, frequentemente lotados e insalubres, eram muitas vezes a única opção para trabalhadores que precisavam estar próximos ao núcleo econômico da cidade. Gonçalves (2013, p. 28) e Vaz (1994, p. 51) analisam os fatores subjacentes a esse fenômeno: uma infraestrutura de transporte deficiente e políticas habitacionais ineficientes, bem como a lucratividade dos aluguéis para proprietários e arrendatários. Como observa Abreu (1997, p. 42), a necessidade de estar próximo ao centro, mesmo enfrentando desafios como inundações, tornou-se uma pressão constante para a população trabalhadora. Além disso, Gonçalves (2013, p. 38) destaca que o aumento populacional após a abolição da escravidão intensificou essa pressão demográfica, exacerbando as já difíceis condições habitacionais.

Tabela 1 — Crescimento anual da população do Rio de Janeiro, 1872-1906

Anos	Crescimento Anual (%)
1872-1880	3,84
1880-1890	4,54
1890-1900	3,23
1900-1906	2,91
1906-1912	3,35

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (1908-1912), v. I, p. XVIII.

A expansão demográfica registrada entre 1872 e 1890, com um crescimento de quase 90%, contrastou fortemente com o aumento de apenas 62% nas habitações,

³ Os escravos de ganho dispunham de relativa autonomia, pois praticavam diversos tipos de trabalho no mercado de serviços urbanos todos os dias. Entretanto, deveriam obter uma soma em dinheiro para o pagamento da renda exigida por seus proprietários, bem como adquirir os bens necessários à sua subsistência. (Benchimol, 1992, p. 32)

ilustrando a crise de moradia que marcou o final do século XIX. Os cortiços⁴, caracterizados pela densidade excessiva de moradores e pela falta de condições sanitárias, tornaram-se o lar de uma parte significativa da população. Esse fenômeno esteve intimamente ligado ao processo de abolição da escravatura, que, ao liberar um grande contingente populacional sem prover a necessária infraestrutura econômica, impulsionou a migração para centros urbanos em busca de emprego e moradia, agravando a já crítica situação de habitabilidade.

De acordo com Vaz (1994, p. 51), o incremento populacional nos cortiços piorou ainda mais as já debilitadas condições sanitárias, contribuindo para a elevação das epidemias de febre amarela que assolavam o Rio de Janeiro. A inadequação habitacional e a sobreposição de estruturas físicas precárias nas residências criaram um cenário em que a miséria e enfermidade andavam de mãos dadas, intensificando as dificuldades enfrentadas pela saúde pública. A alta concentração de pessoas, aliada à insuficiente infraestrutura sanitária, criou as condições ideais para disseminação de doenças, colocando os cortiços no epicentro de surtos epidêmicos e tornando-os ícones do caos urbano.

A visão dos cortiços como locais de desordem e criminalidade é amplamente discutida por Valladares (2005, p. 24), que destaca como essas áreas eram vistas como ameaças à ordem social e moral. A percepção dos cortiços como antros de vadiagem e crime, juntamente com sua associação às epidemias, conduziu a uma condenação generalizada por parte de médicos e higienistas. Essa visão estigmatizada reforçou a urgência de intervenções administrativas pelos governantes, que viam na remoção dos moradores dessas áreas uma solução tanto para os problemas de saúde pública quanto para as questões de segurança.

Chalhoub (2017, p. 23) aprofunda essa discussão ao examinar a noção de "classe perigosa", um termo cunhado originalmente por Mary Carpenter no século XIX para descrever indivíduos marginalizados associados ao crime. No contexto brasileiro, essa

⁴ O cortiço era definido pelo regulamento municipal como: "habitação coletiva, geralmente constituída por pequenos quartos de madeira ou construção ligeira, algumas vezes instaladas nos fundos de prédios e outras vezes uns sobre os outros; com varandas e escadas de difícil acesso, sem cozinha, existindo ou não pequeno pátio, área ou corredor, com sanitário e lavanderia comum. Também se considera cortiço um prédio de construção antiga, onde clandestinamente são construídas divisões de madeira, formando quartos ou cubículos, sem mobília, que muitas vezes se estendem aos sótãos, forros, porões, cozinhas, despensas, banheiros etc. e habitados geralmente por indivíduos de classe pobre e com o nome de casa de alugar cômodos, sem direção, onde também há lavanderia e aparelhos sanitários internos ou externos, em número insuficiente não havendo banheiros e cozinhas". (Backheuser, 1906, pp. 105-106 apud Valladares, 2005, p. 24)

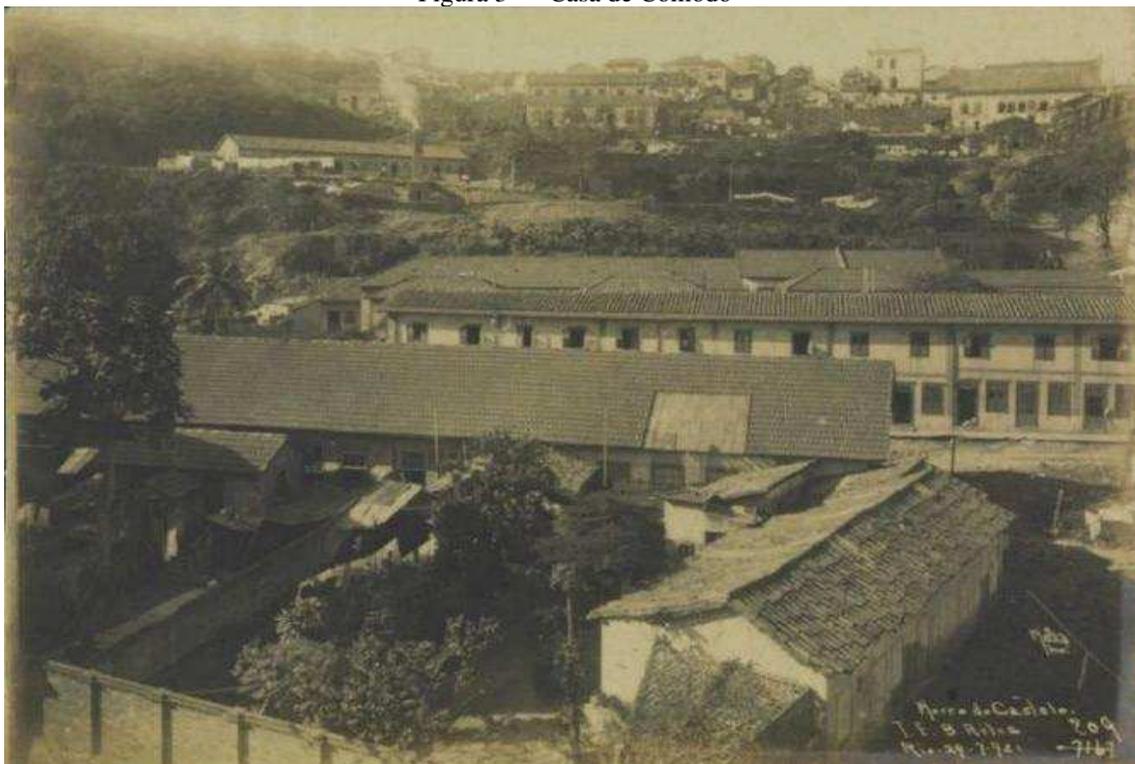
expressão foi adaptada e distorcida, frequentemente usada para descrever os pobres de maneira pejorativa, insinuando uma predisposição inerente ao crime. Essa concepção contribuiu para justificar ações repressivas e a marginalização sistemática dessas populações, enquadrando-as dentro de uma retórica que as desumanizava e as colocava como alvo de políticas públicas punitivas.

O estigma em torno dos cortiços e seus moradores encontrou respaldo em políticas como as relatadas em relatórios do Conselho de Saúde do Distrito Federal em 1886, citados por Leeds & Leeds (1977, p. 189). Esses documentos classificavam os cortiços como habitações insalubres e propunham a remoção de seus moradores para a periferia, onde a presença de trens e bondes supostamente facilitaria a vida dessas comunidades. Essas medidas refletem uma estratégia de "limpeza" urbana que visava não apenas melhorar as condições sanitárias, mas também remover fisicamente as camadas consideradas indesejáveis do centro da cidade, reconfigurando o espaço urbano em termos de classe e higiene.

A proliferação dos cortiços na área central, a mais valorizada da cidade, já era motivo de grande preocupação para as autoridades públicas. Em 1886, o Conselho de Saúde do Distrito Federal elaborou relatórios que classificavam os cortiços como habitações insalubres, recomendando que seus moradores fossem removidos “para os arredores da cidade em pontos onde passem trens e bondes”. Essas recomendações refletiam a pressão exercida sobre o governo para a expropriar os cortiços, demolir essas estruturas e construir casas individuais para os pobres. (BRASIL, Conselho Superior, 1886, pp. 15-16 apud Leeds & Leeds, 1977, p. 189).

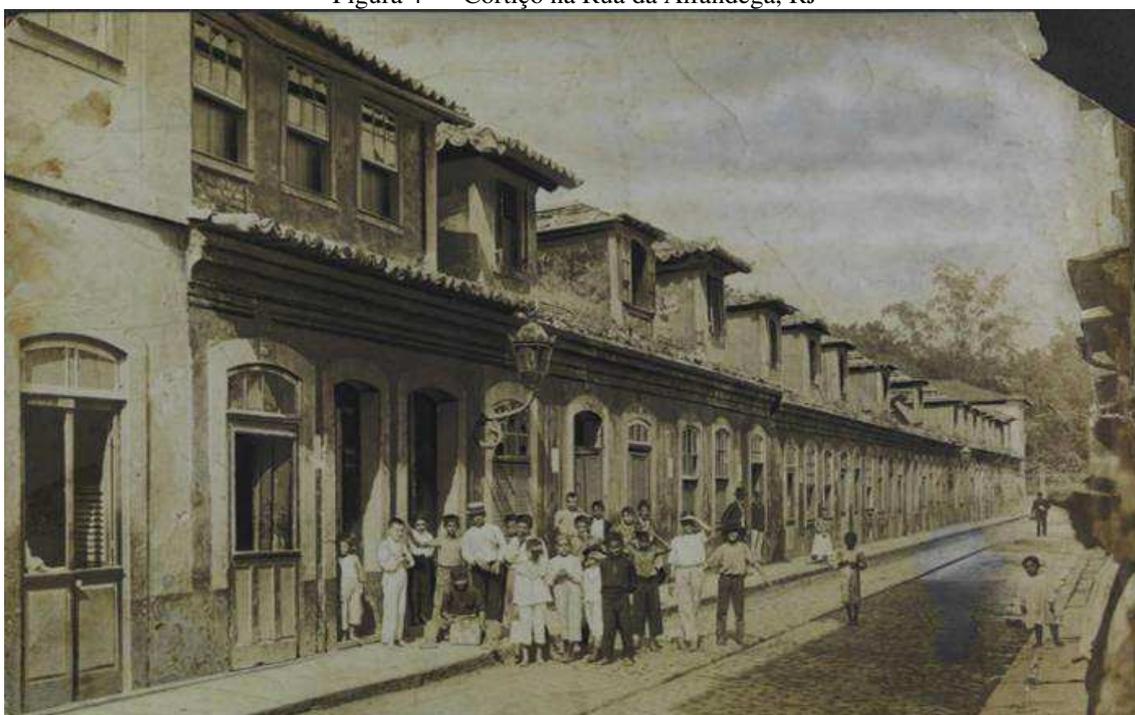
Essas políticas de erradicação dos cortiços, que ganharam força após a Proclamação da República, estavam impregnadas de uma retórica higienista que associava as camadas populares a segmentos socialmente perigosos. como observa Gonçalves (2013, p. 38). Chalhoub (2017, pp. 46-51) revela a complexidade dessas políticas habitacionais ao discutir a incapacidade da legislação de controlar a proliferação das habitações coletivas, apesar das posturas municipais explicitamente proibirem a construção de novos cortiços em áreas centrais após 1873. O termo "cortiço", longe de ser apenas uma descrição física, foi utilizado estrategicamente pelas autoridades sanitárias para estigmatizar essas moradias, associando-as a condições de vida insalubres e desordenadas. Esta designação evocava uma imagem de decadência e desordem, servindo como justificativa para intervenções urbanas significativas.

Figura 3 — Casa de Cômodo



Fonte: Augusto Malta (1921), acervo digital da Biblioteca Nacional.

Figura 4 — Cortiço na Rua da Alfândega, RJ



Fonte: Albertino Cavaleiro (1903).

Figura 5 — Estalagem Rua do Senado, RJ



Fonte: Augusto Malta (1906), acervo do Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro.

O cortiço Cabeça de Porco, detalhado por Vaz (1985, p. 30), emerge como um exemplo emblemático dessas complexidades. Situado estrategicamente perto de uma estação ferroviária e de uma pedreira, esse cortiço abrigava uma população considerável, estimada entre dois e quatro mil moradores, e tornou-se um símbolo de resistência contra as tentativas de erradicação. A persistência do Cabeça de Porco, apesar das políticas explícitas contra os cortiços, ilustra a dificuldade de implementar efetivamente tais regulamentos. A arquitetura do cortiço, com seu portal em arcada adornado com uma cabeça de porco, refletia suas raízes como uma antiga chácara, ressaltando a transição de uso do espaço urbano de lazer para moradia coletiva.

A resistência à demolição do Cabeça de Porco e sua eventual destruição em 1893, sob a administração do Prefeito Barata Ribeiro, encapsulam os conflitos entre os interesses imobiliários e as populações residentes. Como sugerem Vaz (1985) e Chalhoub (2017), o discurso higienista frequentemente servia como fachada para os objetivos dos grupos empresariais, que visavam não apenas a erradicação dos cortiços por razões de saúde pública, mas também a liberação de terras valiosas para desenvolvimento. A justificativa de que o cortiço havia sido construído sem licença e estava em ruínas reflete

a complexa interação entre a legislação, os interesses empresariais e as condições de vida dos mais pobres.

... a administração do Prefeito Barata Ribeiro que, em 1893, empreendeu verdadeira guerra aos cortiços, dentre os quais o célebre Cabeça de Porco, cuja destruição foi necessário planejar todo um esquema policial-militar. Começa aí um processo de intervenção direta do estado sobre as áreas centrais da cidade, que viria se intensificar sobremaneira a partir do início do século e que seria responsável pelo aumento da estratificação social do espaço carioca... (Abreu, 1997, p. 50)

A demolição do cortiço Cabeça de Porco marcou o fim de uma era de habitações coletivas precárias no centro do Rio de Janeiro e deu início a uma série de mudanças urbanas significativas. Vaz (1985, p. 33) destaca que o evento recebeu ampla cobertura da imprensa, que também noticiou os projetos de infraestrutura que se seguiram, como a construção do túnel no morro do Livramento e o prolongamento da rua Dr. João Ricardo. Essas obras, concluídas em 1922 sob a administração do Prefeito Paulo de Frontin, coincidiram com as comemorações do centenário da independência do Brasil, simbolizando um momento de transformação e modernização urbanística na cidade.

No entanto, a questão do destino dos moradores expulsos do Cabeça de Porco permanece um ponto sensível e relativamente obscuro na historiografia da cidade. A falta de documentação conclusiva sobre o paradeiro dessas pessoas, como aponta Vaz, deixa um vazio nas narrativas urbanas. É plausível considerar que muitos desses desalojados tenham encontrado refúgio em estalagens e casas de cômodos que proliferaram na cidade como alternativas habitacionais acessíveis, embora precárias. Outra possibilidade é a migração desses indivíduos para a encosta do morro da Providência, uma área próxima ao antigo cortiço.

Figura 6 — Cortiço conhecido como Cabeça de Porco na Zona Portuária em 1880



Fonte: Marc Ferrez, acervo do Museu do Amanhã.

Diante deste cenário, resta claro que o Estado falhou em desenvolver políticas públicas de habitação que atendessem à população deslocada. A ausência de uma política habitacional eficaz de interesse social resultou em um ciclo vicioso de deslocamento e pobreza, onde as populações menos favorecidas foram frequentemente empurradas para áreas ainda mais marginalizadas da cidade. Essa falha evidenciou que as políticas públicas adotadas no final do século XIX, não garantiram o direito à cidade para a população de baixa renda. Assim, a negligência estatal na promoção de habitação adequada para os mais vulneráveis não apenas perpetuou as desigualdades sociais e espaciais, mas também consolidou um modelo urbano excludente, onde as camadas populares foram relegadas a condições de vida precárias e insalubres.

Dessa forma, enquanto a ausência de políticas públicas efetivas aprofundava as desigualdades sociais e urbanas, a gestão de Pereira Passos representou um marco na reconfiguração espacial do Rio de Janeiro, com desdobramentos diretos na formação das favelas. O projeto de modernização empreendido durante sua administração, apesar de buscar projetar uma imagem de modernidade e progresso, acabou acentuando o processo de exclusão social e territorial, já que as transformações urbanas privilegiaram as elites e desconsideraram as necessidades habitacionais das classes populares.

1.2 A REFORMA URBANA DE PEREIRA PASSOS E A FORMAÇÃO DAS FAVELAS NO RIO DE JANEIRO

A gestão de Pereira Passos, prefeito do Rio de Janeiro entre 1902 e 1906, marcou um período de transformação radical da cidade. Inspirado pelas reformas urbanas de Paris e por ideais higienistas, o plano de modernização de Passos incluiu a abertura de grandes avenidas, a demolição de cortiços e a construção de edifícios públicos. A principal intervenção foi a construção da Avenida Central, atual Avenida Rio Branco, que visava transformar o centro da cidade em um símbolo de progresso e civilização (Benchimol, 1992).

As reformas urbanas promovidas por Passos não se limitavam a melhorar a infraestrutura; elas também tinham como objetivo adaptar a cidade para atender às demandas econômicas emergentes. Abreu (1997, p. 59) observa que essas mudanças foram impulsionadas pela necessidade de criar um ambiente urbano favorável à concentração e acumulação de capital. A escolha de Passos como prefeito foi estratégica dentro do projeto político do Presidente Rodrigues Alves, que enxergava na reforma urbana uma oportunidade de projetar o Brasil como uma nação moderna e civilizada (Gonçalves, 2013, p. 50).

As mudanças incorporaram não apenas aspectos funcionais, como a expansão da rede viária e a melhoria das condições sanitárias, mas também incorporaram uma forte ênfase na estética, alinhando a cidade aos ideais da Belle Époque. A situação sanitária alarmante do Rio de Janeiro era tão grave que afetava diretamente sua economia e reputação internacional. Um exemplo disso é uma propaganda de uma companhia europeia, que recomendava viajar diretamente para Buenos Aires, evitando os "perigosos focos de epidemias do Brasil"⁵. Esse cenário exigia uma transformação radical, não só para melhorar a qualidade de vida dos habitantes, mas também para reposicionar a cidade como um centro vital e seguro para o comércio internacional e para a política nacional.

O controle da circulação, um dos pilares da Reforma Passos, como destaca Gonçalves (2013, p. 51), visava aprimorar a infraestrutura para comunicações internas e externas, essenciais para a expansão econômica da cidade. A construção do novo porto do Rio de Janeiro era fundamental nesse aspecto, já que as estruturas portuárias existentes e o congestionamento no centro da cidade não suportavam mais as exigências de um

⁵ Jornal O Globo, 5 de novembro de 2005.

centro comercial em crescimento. Este novo porto não só aliviou a pressão sobre as antigas instalações, mas também se estabeleceu como um dos mais importantes da América, refletindo a nova estatura do Rio de Janeiro no contexto internacional.

O controle urbanístico, como esclarecido por Abreu (2003, pp. 222-223), visava reformular a estrutura habitacional da cidade, implementando legislações que regulavam rigorosamente as construções e desencorajavam alterações nos cortiços existentes. Essa regulação fazia parte de uma visão mais ampla, esboçadas décadas antes, mas que só foi implementada com vigor durante a gestão de Passos. A modernização da infraestrutura urbana, a ampliação das vias e estabelecimento de novas avenidas eram vistos como essenciais para suportar um sistema de transporte eficiente e um sistema de esgoto adequado, como apontado por Gonçalves (2013, p. 52). Essas medidas, embora tardias, refletiam a tentativa de reestruturar a cidade para torná-la mais funcional e saudável, eliminando os focos de doença e promovendo uma imagem de progresso e civilização.

Neste contexto, Abreu (1997, p. 60) salienta a importância de transformar a imagem da capital, que ainda retinha características coloniais, como suas ruas estreitas e sombrias, misturadas ao poder econômico e político com elementos rústicos, como carroças e animais. A Reforma Passos buscava erradicar esta imagem obsoleta, substituindo-a por uma que refletisse os valores cosmopolitas e modernos da elite econômica e política. A eliminação dos elementos visuais de pobreza e a imposição de uma ordem estética e higiênica foram, portanto, fundamentais para reconfigurar a cidade, tanto física quanto simbolicamente.

No entanto, as medidas adotadas por Passos tiveram consequências sociais profundas. A proibição dos quiosques e a restrição ao comércio ambulante, embora visassem criar uma estética mais "limpa" e organizada, impactaram negativamente a subsistência de muitos trabalhadores urbanos. A demolição dos cortiços, embora eliminasse condições insalubres, também exacerbava uma crise habitacional, deslocando milhares de pessoas sem oferecer alternativas adequadas. Essas ações, enquanto eficazes para transformar a cidade em um símbolo do "novo Brasil", como destacado por Abreu, também revelaram as tensões e contradições inerentes a um processo de modernização que, por um lado, almejava o progresso e, por outro, marginalizava segmentos significativos da população.

Rocha (1995, p. 69) documenta que, durante esse período, 1681 moradias foram demolidas, resultando no deslocamento de pelo menos 20.000 pessoas. Esse número reflete uma crise habitacional aguda, exacerbada pelo aumento da população pobre, que

não foi acompanhado por um incremento correspondente no número de habitações disponíveis. Esse cenário é corroborado pelo relato de Backheuser, 1906:

A situação da classe pobre era, pois, muito precária, apesar da existência de trabalhos bem remunerados no Rio atualmente. Mas por isso mesmo chegavam diariamente, de todos os lugares circunvizinhos, camponeses, que trocavam seus serviços na roça por ocupações de operário... A população pobre aumentou sem que aumentasse o número de casas (Backheuser, 1906/1907 apud Leeds & Leeds, 1977, pp. 190-191).

A criação de infraestrutura como a Avenida Central, atual Avenida Rio Branco, e a melhoria do saneamento no porto impulsionaram as ideologias higienistas e transformaram as condições sanitárias da cidade. Essas mudanças, no entanto, resultaram em uma nova divisão espacial, enquanto a Zona Sul se desenvolvia como uma área residencial para as classes altas e médias, e a Zona Norte se consolidava como o local predominantemente habitado pela classe operária.

Essa estratificação espacial foi acompanhada por um aumento nos aluguéis e uma redução na disponibilidade de moradias acessíveis no centro da cidade, levando a uma relocação forçada de parte significativa da população para áreas mais periféricas. Como Gonçalves (2013, p. 54) aponta, muitos dos deslocados buscaram refúgio em cortiços que ainda resistiam à demolição ou migraram para os morros, áreas que, apesar de próximas ao centro, começaram a ser caracterizadas por habitações precárias e alta densidade populacional. Essa dinâmica exacerbou as disparidades socioeconômicas, configurando um panorama urbano em que a segregação espacial e a exclusão social se manifestavam de forma clara.

As intervenções públicas, por meio de políticas de planejamento urbano e renovação de áreas degradadas, desempenharam um papel crucial na reconfiguração do espaço urbano do Rio de Janeiro. Contudo, essas políticas frequentemente perpetuaram ciclos de exclusão social, demonstrando as tensões e contradições inerentes ao processo de modernização. Ao invés de criar uma cidade mais inclusiva, essas ações muitas vezes resultavam em deslocamentos involuntários e em uma oferta insuficiente de habitação adequada e acessível para as camadas mais pobres da população.

Como Gonçalves (2013, p. 51) aponta, essa reconfiguração não apenas segregou espacialmente as classes sociais, mas também incentivou uma valorização imobiliária em áreas específicas, ampliando a especulação e aumentando a atratividade desses locais para investimentos e desenvolvimento. Este fenômeno, entretanto, teve o efeito colateral de

intensificar as desigualdades preexistentes, à medida que a população de menor renda era progressivamente empurrada para as periferias da cidade.

Neste sentido, Abreu (1997, pp. 63-64) salienta que a reforma incorporou uma nova visão sobre a função da cidade, moldada por imperativos econômicos e ideológicos do Estado, que buscava reorganizar o ambiente urbano sob novos princípios. A reforma não era apenas uma resposta às necessidades de modernização física, mas também uma estratégia de controle social e de fortalecimento da economia urbana, marcada por uma profunda intervenção estatal. Contudo, essa intervenção gerou contradições significativas no tecido urbano, muitas vezes resolvidas de maneira arbitrária, resultando em novos conflitos sociais e ampliando as fissuras dentro do espaço urbano.

A Reforma Pereira Passos no Rio de Janeiro resultou em um déficit habitacional significativo, pois a população pobre aumentou sem que houvesse um aumento proporcional no número de moradias disponíveis. De acordo com Valladares (2005, p. 36), a população carioca crescia a uma taxa de 2,8% ao ano, enquanto o número de moradias aumentava apenas 1% anualmente, deixando muitos moradores desabrigados e sem opções viáveis de moradia. Esse desequilíbrio entre o crescimento populacional e a oferta habitacional ilustra a falha nas políticas públicas em acompanhar as dinâmicas sociais e demográficas, exacerbando as desigualdades e a marginalização dos mais pobres.

Além disso, as crises políticas e econômicas que ocorreram após a Proclamação da República no Brasil enfraqueceram o poder de compra em geral, aumentando a dependência das classes sociais mais baixas nas regiões centrais da cidade. Este período de instabilidade política e econômica influenciou diretamente a estrutura urbana do Rio de Janeiro, onde a falta de planejamento e investimento em infraestrutura habitacional adequada levou a uma maior concentração de pobreza e à formação de favelas. Os moradores das classes mais baixas, enfrentando um mercado de trabalho incerto e salários depreciados, viam-se forçados a ocupar terrenos irregulares e improvisar suas moradias.

Valladares (2005, p. 38) descreve que as favelas se tornaram a solução habitacional para muitos trabalhadores que não podiam mais pagar os altos aluguéis no centro da cidade. A criação de moradias improvisadas nos morros próximos ao centro urbano não só refletia a falta de políticas habitacionais inclusivas, mas também a resistência das populações deslocadas em permanecer próximas aos seus locais de trabalho e às redes sociais estabelecidas. Esse processo de favelização, conforme descrito

por Gonçalves (2013, p. 56), revelava as falhas das reformas urbanas em proporcionar uma cidade inclusiva e equitativa.

Com o avanço da urbanização, a questão habitacional se tornou um problema cada vez mais crítico, impulsionando a formação de favelas nos morros próximos ao centro urbano. A dinâmica entre o crescimento e o mercado de trabalho nas áreas centrais e a permissividade das autoridades quanto à ocupação irregular contribuiu para a consolidação desses assentamentos informais. Abreu (1994, p. 36) argumenta que as instabilidades políticas e sociais da transição para a República exacerbaram a crise habitacional, levando ao surgimento das primeiras favelas. Eventos emblemáticos como a Revolta da Armada e a Guerra de Canudos ilustram como o deslocamento de populações e a falta de moradias adequadas contribuíram para o crescimento desordenado e a formação de assentamentos precários.

A Revolta da Armada, ocorrida entre 1893 e 1894, levou à necessidade de abrigar soldados, resultando na ocupação do Morro de Santo Antônio, onde barracos de madeira foram construídos sob a autorização do Coronel Moreira César. Essa ocupação não apenas forneceu uma solução temporária para a habitação dos militares e suas famílias, mas também marcou o início de um padrão que se repetiria nas décadas seguintes. Abreu (1994) e outros estudiosos complementam essa análise ao explorarem a interseção entre política, urbanização e exclusão social.

Valladares (2005, p. 26) destaca que a tolerância governamental para com a ocupação dos morros tinha raízes em uma combinação de negligência e necessidade prática, uma vez que não havia políticas habitacionais eficazes para acomodar a população crescente e de baixa renda. A ausência de infraestrutura adequada e a falta de políticas públicas significaram que muitos migrantes deslocados pela Guerra de Canudos (1896-1897) acabaram por se instalar nas periferias e morros, formando o embrião do que viria a ser conhecido como favela.

Ainda que o fenômeno das favelas seja geralmente associado à ocupação irregular e à urbanização informal, é interessante notar que, como aponta Vaz (1994, p. 591), os cortiços podem ser vistos como os precursores das favelas. As demolições de cortiços, como a do Cabeça-de-Porco, impulsionaram a ocupação de áreas elevadas como o Morro da Providência. Gonçalves (2013, p. 38) complementa essa visão ao indicar que a exploração dos cortiços era lucrativa desde a metade do século XIX, e que proprietários desses cortiços, ao possuírem terrenos nas encostas, facilitavam a locação de lotes para os desalojados.

A continuidade entre os cortiços e as favelas se torna evidente ao observar que os tipos de habitação compartilhavam características de urbanização informal e carência de infraestrutura. Valladares (2005, p. 26) amplia essa discussão ao identificar ocupações como as da Quinta do Caju, Mangueira e Serra Morena, por imigrantes europeus desde 1881, como possíveis raízes das favelas, sugerindo que a urbanização informal já possuía certo grau de permissão oficial ou, ao menos, uma tolerância tácita das autoridades. Esse processo reflete não era apenas um fenômeno de ocupação ilegal, mas também um movimento complexo envolvendo permissões e necessidades econômicas.

Gonçalves (2013, p. 45) e Vaz (2002, p. 38) reforçam essa perspectiva ao observarem a presença de moradores nos Morros do Castelo e Santo Antônio já em 1860, embora essas áreas ainda não possuíssem as características típicas das favelas modernas, com alta densidade populacional e precariedade de serviços. Isso sugere uma linha evolutiva que conecta os primeiros assentamentos nos morros às favelas contemporâneas, considerando-os como uma fase inicial da urbanização informal.

Com o crescimento desordenado da cidade, as favelas gradualmente substituíram os cortiços, emergindo como o maior desafio urbano do Rio de Janeiro. Contudo, essa transição não foi acompanhada por políticas públicas eficazes que buscassem integrar esses assentamentos ao tecido urbano formal. Em vez disso, as favelas foram vistas como um problema a ser contido, o que apenas agravou as condições de vida das populações mais vulneráveis.

As características precárias e provisórias dessas construções foram condição essencial para a política de tolerância do poder público. No entanto, essa política revelou-se ambígua ao longo do século XX, sendo alvo de críticas devido à expansão desordenada das favelas. A expansão das favelas se tornou um grande problema urbano, principalmente para as classes sociais mais favorecidas, e exigiu a intervenção do Estado para administrar a questão habitacional e organizar o espaço urbano. No entanto, como Gonçalves (2013, p. 83) e outros autores apontam, a necessidade de preparar a cidade para o Centenário da Independência intensificou a visão negativa das favelas, que passaram a ser consideradas "lepra da estética"⁶ urbana e, portanto, sujeitas à erradicação.

O decreto nº 2247 de 11 de setembro de 1920 estabeleceu a intervenção da prefeitura nas favelas não apenas por questões de higiene, mas também por razões

⁶ Campanha radical empreendida na cidade do Rio de Janeiro, entre 1926 e 1927, pelo médico Mattos Pimenta, contra as favelas e sua expansão no tecido urbano.

estéticas e morais, promovendo uma reorganização desses espaços para alinhá-los aos ideais de modernização e progresso urbano defendidos pelas autoridades da época. As celebrações da Independência do Brasil justificaram uma nova etapa de reformas urbanas, continuando o processo de higienização e valorização do solo iniciado durante a Primeira Guerra Mundial.

A administração de Paulo de Frontin⁷, de janeiro a julho de 1919, seguida pela de Carlos Sampaio⁸, marcou um período de intensas obras públicas com o objetivo de concretizar a divisão socioespacial concebida na reforma urbana de Pereira Passos. Essas reformas visavam, sobretudo, modernizar a cidade e reafirmar o controle estatal sobre os espaços urbanos, criando uma divisão clara entre áreas nobres e áreas destinadas às classes trabalhadoras. A demolição do Morro do Castelo, por exemplo, serviu como símbolo dessa nova ordem urbana, legitimando a remoção dos moradores pobres e a revalorização dos terrenos

Esse processo de modernização urbana, no entanto, não considerou as dinâmicas sociais já estabelecidas nas áreas de favelas, gerando resistências e conflitos que perpetuaram a marginalização dessas comunidades. Valladares (2000, pp. 11-12) destaca que a organização social nas favelas, embora reconhecida por sua resiliência, também foi vista como uma ameaça à ordem moral e social do entorno. Gonçalves (2013, pp. 83-84) complementa essa análise ao observar que a percepção negativa das favelas foi exacerbada durante o período de preparação da cidade para o Centenário da Independência, resultando em políticas que visavam não apenas a higienização, mas a erradicação desses espaços.

No final da década de 1920, as contradições urbanas se acentuaram, tornando imperativa a intervenção do poder político sobre o crescimento desordenado da cidade. Nesse contexto, surgiu a ideia de um plano urbanístico. O prefeito Prado Junior, durante seu mandato (1926-1930), convidou o arquiteto francês Alfred Agache para elaborar o

⁷ André Gustavo Paulo de Frontin, engenheiro, administrou a cidade do Rio de Janeiro de fevereiro a julho de 1919. Durante a sua gestão, promoveu o alargamento da Avenida Atlântica e construção das avenidas Niemeyer e Delfim Moreira. Além disso, participou da construção da Avenida Central (atual Avenida Rio Branco), durante a administração de Pereira Passos. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Paulo_de_Frontin. Acesso em 14 de fevereiro de 2024.

⁸ Carlos César de Oliveira Sampaio, engenheiro, administrou a cidade do Rio de Janeiro entre 1920 e 1922. Como prefeito do então Distrito Federal, realizou obras importantes, dentre elas: o arrasamento do Morro do Castelo para a Exposição Internacional Comemorativa do 1º Centenário da Independência do Brasil; saneamento e aterro da Lagoa Rodrigo de Freitas, construção da Avenida Maracanã e a reconstrução da Avenida Atlântica, destruída pela ressaca em 1921. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos_C%C3%A9sar_de_Oliveira_Sampaio. Acessado em 14 de fevereiro de 2024.

primeiro plano de ordenamento urbano da cidade do Rio de Janeiro. Conforme Gonçalves (2013, pp. 95-97), aponta a proposta de agache reforçava a segregação espacial já existente, estabelecendo uma clara divisão entre as classes sociais.

Valladares (2000, p. 17) destaca que as ideias de Mattos Pimenta exerceram uma influência significativa sobre agache. Ambos compartilhavam uma visão moderna de urbanismo centrada na higiene como princípio fundamental e no embelezamento como finalidade. Essa sintonia entre os discursos de Pimenta e Agache se manifesta na definição de favela proposta por este último, que descrevia como áreas construídas sem qualquer consideração pelos preceitos de higiene, carentes de infraestrutura básica como canalização de água e esgoto, e representando um constante risco de incêndios e epidemias devido à falta de serviços de limpeza pública e materiais de construção inadequados.

Construídas contra todos os preceitos da higiene, sem canalizações d'água, sem esgotos, sem serviço de limpeza pública, sem ordem, com material heteróclito, as favelas constituem um perigo permanente de incêndio e infecções epidêmicas para todos os bairros através dos quais se infiltram. A sua *lepra* suja a vizinhança das praias e os bairros mais graciosamente dotados pela natureza, despe os morros do seu enfeite verdejante e corrói até as margens da mata na encosta das serras (Agache, 1930, p. 190).

Vaz e Jacques (2003, p. 265) observam que o plano Agache foi pioneiro ao abordar explicitamente as favelas como habitação popular no Rio de Janeiro. Embora identificasse as favelas, a solução proposta pelo plano era a remoção dessas áreas, substituindo-as por habitações planejadas. No entanto, devido ao contexto político da época, essa abordagem não foi implementada. Ainda assim, o plano Agache serviu como um marco referencial para futuros projetos e intervenções urbanas, influenciando as políticas habitacionais nas décadas seguintes.

Durante a fase inicial da industrialização no Brasil, que se estendeu até a década de 1930, as empresas na ausência de uma política habitacional eficaz, construíram "vilas operárias" próximas às fábricas, oferecendo moradias que eram alugadas ou vendidas aos operários. Esse modelo reduzia as despesas gerais de subsistência dos trabalhadores, permitindo a manutenção de salários mais baixos. Esse modelo era viável principalmente porque o número de trabalhadores que necessitavam de alojamento era relativamente pequeno e os terrenos e construções tinham custos baixos (Kowarick, 1979, p. 30).

No final dos anos 1930, em meio ao debate sobre o destino das favelas, a existência dessas áreas foi finalmente reconhecida e condenada oficialmente através do

Código de Obras do Distrito Federal, instituído pelo Decreto 6.000/1937. Este código proibia qualquer reforma nas moradias das favelas existentes e vetava o surgimento de novas construções ou favelas, determinando a demolição de qualquer nova edificação que surgisse. Ao tratar a favela como um problema a ser combatido, O Código de Obras focava nos efeitos de sua existência sem abordar suas causas, consolidando a política de remoção que estigmatizava os moradores de favelas, assumindo que muitos poderiam pagar por habitações formais, mas escolhiam viver nas favelas por “vício” (Brum, 2018, pp.111-113).

Parisse (1969, pp. 32-33) destaca como as condições econômicas impulsionaram a formação e expansão das favelas. A falta de recursos para adquirir terrenos ou pagar aluguéis compatíveis com os custos da cidade formal leva esses trabalhadores a buscarem moradias em áreas periféricas, onde os custos são reduzidos, mesmo que isso signifique viver em condições precárias. A especulação imobiliária e o aumento do custo de vida agravam ainda mais a situação, tornando o acesso à habitação digna ainda mais desafiador. O alto custo do transporte e as condições desconfortáveis enfrentadas pelos trabalhadores para se deslocarem da periferia ao centro da cidade também reforçavam a permanência nas áreas de favela.

Além das pressões econômicas, a legislação urbana, como o Código de Obras, desempenha um papel significativo na limitação das opções habitacionais disponíveis aos trabalhadores de baixa renda, contribuindo para a segregação espacial. As restrições impostas pelo Código, em vez de promoverem a inclusão dessas populações no tecido urbano formal, aumentaram as dificuldades de acesso à moradia, perpetuando a marginalização em áreas periféricas e favelas.

De acordo com Rolnik (2019, p. 185), a regulação urbanística não apenas define o espaço físico, mas também tem efeitos sociopolíticos profundos, contribuindo para a constituição de uma cidade dualizada. As normas de construção e loteamento, juntamente com os investimentos em infraestrutura, criam eixos de valorização do solo que hierarquizam e indexam os mercados imobiliários. Esse processo não só delimita fronteiras entre o centro urbano formal e as periferias informais, mas também reforça as desigualdades, ao privilegiar determinadas áreas da cidade em detrimento de outras.

Gonçalves (1953, p. 252) observa que a demanda crescente por habitações próximas aos locais de trabalho fez surgir as favelas como uma solução emergencial. As favelas ofereceram uma alternativa acessível, mitigando as dificuldades de transporte e moradia para a classe operária. Alfonsin (2008, p.26) acrescenta que, diante da ineficácia

das políticas públicas de habitação de interesse social, a solução para os problemas de moradia assumiu diversas formas, como favelas, cortiços, loteamentos irregulares, ocupações clandestinas e em áreas de risco.

Na análise de Kowarick (1979, p. 87), o surgimento das favelas foi uma forma de sobrevivência para a população pobre por dois aspectos fundamentais. Primeiramente, as favelas representavam uma alternativa de economia nos gastos com habitação, os quais geralmente consumiam uma parcela significativa do orçamento da classe trabalhadora, representando cerca de um quarto do salário. Os custos de aluguel podiam facilmente equivaler a metade ou até mesmo a totalidade de um salário mínimo nas regiões centrais das cidades. Em segundo lugar, como as favelas tendem a se localizar perto dos centros de emprego e de serviços, havia uma redução nos custos de transporte para os moradores. Essa visão de Kowarick encontra suporte na análise de Valladares (1978, pp. 44-45), que também observa que a localização de favelas, frequentemente próximas aos centros urbanos, facilitava o acesso ao mercado de trabalho, reduzindo assim os gastos com transporte e aumentando a viabilidade econômica para os moradores dessas áreas.

Rodrigues (2022, p. 2) sustenta que um dos motivos pelos quais muitas pessoas vivem em favelas é que, embora a moradia devesse ser considerada nos cálculos do salário-mínimo, os valores praticados não são suficientes para cobrir os custos de habitação. Com salários e políticas públicas insuficientes, grande parte da população acaba residindo em condições precárias, em áreas sem infraestrutura adequada e carente de serviços públicos.

A perspectiva de adquirir a casa própria se apresenta como um desafio árduo e prolongado para a classe trabalhadora. Muitas vezes, a única possibilidade é a compra de terrenos informais, o que implica um investimento de décadas e sacrifícios no padrão de consumo familiar. A construção da moradia ocorre de forma gradual, com a ajuda de familiares, e frequentemente em condições precárias. Nesse cenário, a favela emerge não apenas como uma solução habitacional imediata, mas como uma estratégia de longo prazo para enfrentar as limitações econômicas impostas aos trabalhadores urbanos. Essa visão está alinhada com a análise de Valladares, que observa que as favelas, embora precárias, se ajustam às possibilidades concretas do orçamento das camadas pobres.

Um artigo do jornal Correio da Manhã, de 23 de janeiro de 1911⁹, reforça essa visão ao retratar a favela como uma forma de sobrevivência dos trabalhadores: “Tanto na Favella como no morro de Santo Antônio moram centenas de trabalhadores, gente honesta, digna de consideração dos poderes públicos, e que só se foi metter nos tão malsinados casebres porque não encontrou outras habitações.”

Alfonsin (2008, p. 26) também destaca que a ausência de alternativas legais para acesso à terra urbana e à moradia com preços compatíveis com a renda da população pobre forçou muitas famílias a ocuparem terrenos inadequados, frequentemente em áreas ambientalmente vulneráveis. Esse processo resultou em uma “urbanização de risco”.

O termo urbanização de risco foi utilizado por Rolnik e Saule Junior (2001, p. 24) para definir o modelo de expansão urbana que avança sobre as áreas de preservação ambiental. Esse processo resulta da interação entre fatores socioeconômicos, opções de planejamento urbano e práticas políticas, que construíram um modelo excludente, trazendo consequências negativas para toda a cidade. Alfonsin (2008, p. 27) complementa essa ótica, argumentando que a cidade resultante desse processo é perversa não apenas para aqueles que vivem em condições precárias, sem “direito à cidade”, mas também para o conjunto urbano. Essa expansão descontrolada exacerba a segregação socioespacial, avança sobre áreas de interesse ambiental, compromete recursos naturais e paga um alto custo pela necessidade de ampliação da infraestrutura.

A crítica de Lefebvre (2011, p. 17) sobre uma urbanização com fraca ou inexistente industrialização, mas com uma rápida expansão das áreas urbanas, sustentada pela especulação imobiliária, se aplica de forma clara ao contexto brasileiro. Isso porque, no Brasil, as cidades cresceram desordenadamente, sem que houvesse uma infraestrutura adequada para suportar tal crescimento. Consequentemente, esse desenvolvimento desequilibrado gerou problemas graves, como a segregação socioespacial, o avanço sobre áreas de preservação ambiental, a carência de serviços públicos essenciais, como saneamento básico, e a precariedade nas periferias urbanas. Além disso, a falta de planejamento resultou em uma urbanização que aprofundou as desigualdades sociais, criando um cenário de prosperidade artificial para algumas áreas, enquanto a maioria da população sofre com a exclusão e a ausência de condições dignas de moradia.

⁹ Jornal Correio da Manhã, ed. 3476 de 23 de janeiro de 1911. “Pelos Pobres”, Evaristo de Moraes, p. 2. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_02&pasta=ano%201911&pesq=&pagfi s=3729 . Acessado em: 09 de janeiro de 2024.

Nesse sentido, a crítica de Lefebvre encontra eco na dinâmica específica do Rio de Janeiro, onde a urbanização desordenada, associada à ausência de políticas públicas consistentes, favoreceu o surgimento e a expansão das favelas como resposta à carência de habitação para as classes populares. Esse processo histórico revela como as práticas de ocupação informal, frequentemente ignoradas ou marginalizadas pelo poder público, pavimentaram o caminho para a consolidação de uma política de urbanização das favelas, cuja trajetória reflete as tensões e contradições do desenvolvimento urbano brasileiro.

1.3 A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DE URBANIZAÇÃO DAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO

1.3.1 A urbanização das favelas no período de 1930 a 1988

A urbanização de favelas no Brasil se consolidou a partir da década de 1980, emergindo como uma resposta a um complexo histórico de práticas e políticas urbanas que se desenvolveram nas principais cidades brasileiras sob a responsabilidade de governos locais. No entanto, para compreender essa consolidação, é crucial analisar o contexto histórico e social que precedeu essa era, caracterizado por formas de ocupação informal e políticas clientelistas que moldaram a paisagem urbana brasileira.

Durante a maior parte do século XX, a ocupação irregular de terrenos, especialmente em áreas públicas, foi uma das principais formas de expansão urbana no Brasil. Esse fenômeno reflete a dinâmica da urbanização marcada pela informalidade, uma característica do crescimento das cidades brasileiras. Como mencionado anteriormente, a escassez de moradias, associada à insuficiência de políticas públicas voltadas para habitação de interesse social, forçou milhares de famílias a se estabelecerem em áreas não regulamentadas, onde passaram a viver sem acesso à infraestrutura adequada e serviços essenciais. Esse processo de ocupação foi, muitas vezes, não apenas tolerado, mas também incentivados por agentes públicos e políticos, que enxergavam nele uma oportunidade para conquistar apoio eleitoral, perpetuando a precariedade habitacional e a segregação social.

A política de clientelismo que se desenvolveu nas favelas a partir dessa época pode ser exemplificada pela administração de Pedro Ernesto¹⁰, prefeito do Distrito Federal entre 1931 e 1934. A política de Pedro Ernesto em relação às favelas consistiu em reconhecer sua existência e legitimidade, além de incorporar seus moradores na rede de clientelismo que sustentava seu poder político. Ao revogar o plano de remoção forçada das favelas, adotado por prefeitos anteriores, Pedro Ernesto buscou garantir o apoio popular em um contexto de crise social e política. Essa decisão foi acompanhada por medidas destinadas a melhorar as condições de vida dos favelados, como a instalação de serviços públicos, a intervenção em conflitos fundiários, o incentivo às escolas de samba e a aproximação pessoal com os líderes comunitários (Valladares, 2005, pp. 50-52; Gonçalves, 2013, pp. 103-105).

Pedro Ernesto soube reconhecer e utilizar estrategicamente o crescimento das favelas no Rio de Janeiro, que era uma resposta direta à crise habitacional e ao mercado de trabalho precário, para consolidar o seu poder político. Com a revogação do plano de ordenamento urbano que previa a remoção forçada dos favelados, garantiu o apoio necessário para as eleições municipais de 1935 (Gonçalves, 2013, p. 105).

O reconhecimento tácito da realidade das favelas por parte de Pedro Ernesto foi uma forma estratégica de alinhar-se com a realidade social e política da cidade. Sua administração procurou não só permitir a permanência dos favelados, mas também integrá-los na estrutura política e social do Rio de Janeiro.

Essa política de integração foi crucial para assegurar o apoio popular durante as eleições municipais de 1935, nas quais Pedro Ernesto foi reeleito. O prefeito soube utilizar o rádio como meio estratégico de comunicação com as camadas mais pobres da população, além de promover visitas às favelas e bairros periféricos. Essas ações criaram uma imagem de proximidade e comprometimento com as necessidades desses moradores. As visitas, amplamente divulgadas pela imprensa da época, permitiram a Pedro Ernesto demonstrar uma administração preocupada com os problemas enfrentados pelos menos favorecidos, consolidando sua popularidade entre as classes sociais mais baixas. Essa abordagem serviu de modelo para outras cidades do país (Gonçalves, 2013, pp. 103-105).

Com a destituição de Pedro Ernesto, que marcava uma abordagem mais inclusiva, o governo da cidade do Rio de Janeiro passou a ser conduzido pelo padre Olympio de

¹⁰ Pedro Ernesto do Rego Baptista foi um médico e político brasileiro. Foi prefeito do então Distrito Federal por dois períodos, entre 30 de setembro de 1931 e 2 de outubro de 1934, bem como entre 7 de abril de 1935 e 4 de abril de 1936.

Melo, designado pelo Presidente Getúlio Vargas. Contudo, a administração de Melo, que não possuía uma base política sólida como a de Pedro Ernesto, foi de curta duração, sendo substituída por Henrique Dodsworth. A gestão de Dodsworth ocorreu logo após a promulgação do Código de Obras de 1937 (Decreto 6000 de 1º de julho de 1937), um marco significativo na regulamentação e reconhecimento jurídico das favelas na cidade.

O Código de Obras de 1937, conforme discutido por Valladares (2005, p. 53), apesar de suas ambiguidades e limitações, representou a institucionalização das favelas no contexto jurídico do Rio de Janeiro. Embora tenha sinalizado um retrocesso em relação à administração de Pedro Ernesto, que havia inaugurado um novo período político com uma abordagem diferenciada para a gestão de favelas e seus habitantes, o código buscava criar alternativas habitacionais para substituir as favelas além de estabelecer normas que orientassem o processo de urbanização e reurbanização das áreas ocupadas (Gonçalves, 2013, p. 122).

Burgos (2006, p. 27) oferece uma perspectiva crítica sobre como o Código de Obras da época refletia uma visão marginalizante das favelas, tratando-as como uma "aberração" que não deveria figurar nos mapas oficiais da cidade. Este código não só impôs restrições severas à construção de novas moradias nas favelas e à melhoria das existentes, como também sugeriu a construção de habitações proletárias como uma solução para o problema. Tais medidas evidenciam uma abordagem que visava a eliminação das favelas, sem oferecer soluções adequadas para as necessidades habitacionais da população de baixa renda.

Durante a Era Vargas, a moradia passou a ser considerada um fator crucial para a formação ideológica, política e moral do trabalhador. Essa visão transformou a habitação em um elemento fundamental para garantir a força de trabalho, tornando-se, conseqüentemente, um fator econômico de grande importância na estratégia industrial do país. Nesse cenário, uma política habitacional voltada para a população de baixa renda consistia no financiamento de habitações sociais pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs). Esses órgãos puderam utilizar até 50% (cinquenta por cento) de seus recursos para financiar moradias, enquanto as prestações puderam comprometer até 50% (cinquenta por cento) do salário do segurado. Os investimentos dos IAPs desempenharam um papel significativo na expansão acelerada do mercado imobiliário daquela época. (Gonçalves, 2013, p. 125)

Durante a década de 1940, o Rio de Janeiro experimentou um período de acentuada proliferação das favelas, conforme indicado por Abreu (1997, p. 106). Silva

(2005, p. 98) aponta que a expansão inicial das favelas decorreu, entre outros fatores, das reformas urbanísticas da cidade, consolidando-se nas décadas posteriores devido à expansão imobiliária, o desenvolvimento do processo de industrialização, ao agravamento da crise habitacional e as novas formas de migração. Este crescimento desordenado destacou a necessidade urgente de uma abordagem mais organizada e sistemática para enfrentar as questões relacionadas às favelas e aos seus moradores. Nesse período, tornou-se essencial, como observado por Valladares (2005, p. 55), caracterizar com precisão os indivíduos e suas famílias que habitavam as favelas, bem como as condições de moradia que enfrentavam. Essa caracterização detalhada permitiu uma melhor compreensão das diversas situações e problemas presentes nas favelas, o que era fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas que pudessem atender às necessidades específicas dessas comunidades.

Em novembro de 1940, Dr. Vitor Tavares de Moura, diretor do Albergue da Boa Vontade, apresentou ao Secretário-Geral de Saúde do Governo Henrique Dodsworth um plano para o estudo e solução do problema das favelas. O estudo de Moura abordou a questão da importância de coleta de dados precisos sobre as condições de vida nas favelas como base para a elaboração de políticas públicas adequadas para solucionar o problema das favelas (Valla, 1985, p. 283). O relatório de Moura propôs a construção de casas "modestas e higiênicas" em áreas pouco habitadas que separavam os bairros entre si.

Em 1941, a Comissão encarregada do estudo dos problemas de higienização das Favelas apresentou um relatório contendo ações preventivas e realizadoras para enfrentar o problema das favelas. As ações preventivas incluíam: "a) o controle de entrada no Rio de Janeiro de indivíduos de baixa condição social; b) o recâmbio de indivíduos de tal condição para os seus Estados de origem; c) a fiscalização severa quanto às leis que proíbem a construção e reconstrução de casebres; d) a fiscalização dos indivíduos acolhidos pelas instituições de amparo; e) promover forte campanha de reeducação social entre os moradores das favelas, de modo a corrigir hábitos pessoais de uns e incentivar a escolha de melhor moradia". No que tange às ações realizadoras, o relatório da Comissão recomendava a construção imediata de casas provisórias, atendendo ao mínimo exigido pela legislação, para realocar os moradores dos casebres (Valla, 1985, p. 283).

Burgos (2006, p. 27) sugere que a construção dos parques proletários surgiu da orientação do Código de Obras de 1937, além do incômodo que a favela causava à urbanidade da cidade. Esses parques não só apenas visavam resolver problema de insalubridade no centro da cidade, mas também buscavam a expansão de novas áreas.

Segundo o autor, o relatório da Comissão do Dr. Moura adotava uma abordagem sanitaria e de caráter excludente, refletindo uma visão que buscava segregar os moradores das favelas dos demais habitantes da cidade.

Por outro lado, Parisse (1969, p. 68) analisa que a política de Moura e da Comissão se expressava na substituição das favelas por tipos de residências mais confortável e integrada ao conjunto urbano. Essa substituição visava não apenas melhorar as condições habitacionais, mas também instalar serviços médico-sociais e culturais, promovendo a urbanização e a integração dos favelados à cidade. Em contrapartida, Valladares (2005, p. 62), destaca que os Parques Proletários tinham como objetivo proporcionar assistência e educação aos moradores, incentivando-os a modificar suas práticas cotidianas. Esse processo visava a adaptação a um novo estilo de vida, garantindo tanto a saúde física quanto moral dos habitantes, e assegurando, assim, sua posterior integração à vida urbana.

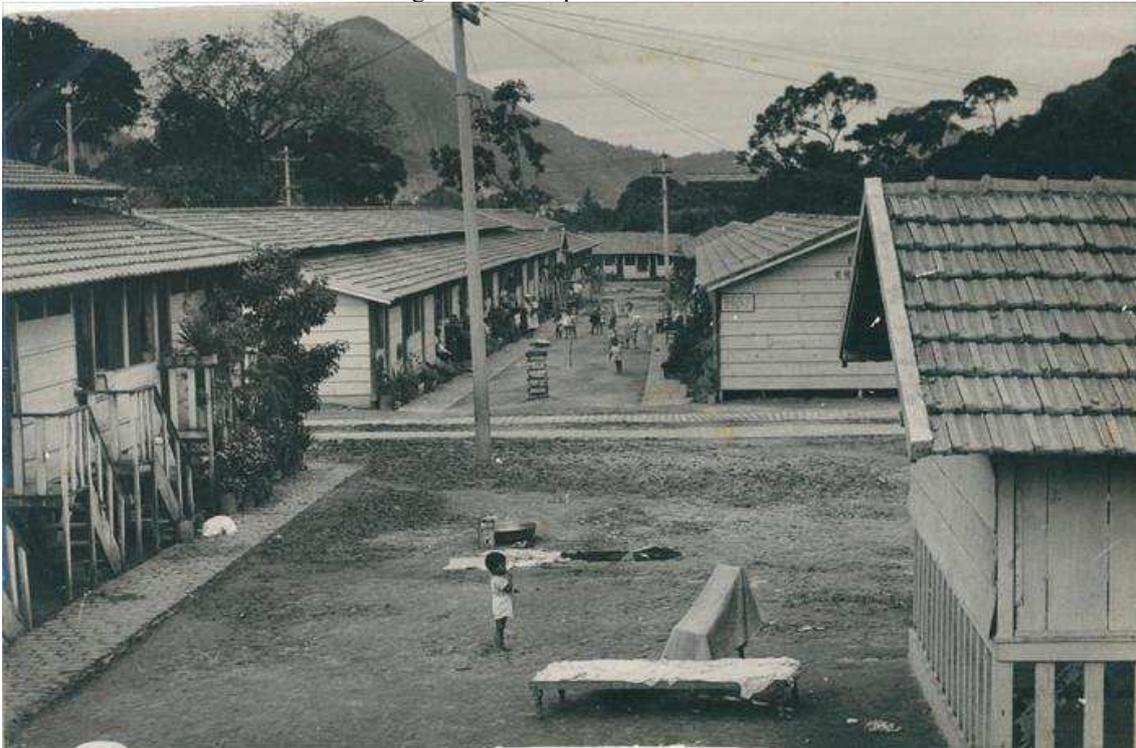
As abordagens citadas sobre os parques proletários revelam uma diferença significativa entre os autores quanto à interpretação das políticas habitacionais implementadas na cidade do Rio de Janeiro entre 1941 e 1943. Enquanto Burgos e Valladares enfatizam a perspectiva sanitaria e excludente, Parisse destaca aspectos de promoção social e integração dos moradores de favelas.

Entre 1941 e 1943, a construção de três parques proletários marcou a primeira experiência de política habitacional de interesse social. O Parque Proletário da Gávea, conhecido como Parque nº 1, o Parque nº 2 no bairro do Caju e o Parque nº 3 na Praia do Pinto, abrigaram cerca 4 mil favelados. Destes, o Parque nº 1, construído em maio de 1942, destacava-se por sua localização privilegiada e pelas diversas infraestruturas adicionais que recebeu, como uma igreja, um posto médico, um centro de assistência social, um clube de malha, uma escola de educação física, uma creche, um lactário e um posto policial. Os moradores pagavam aluguel de Cr\$ 40,00 (Parisse, 1969, p. 71). Esse parque acolheu 2.500 pessoas provenientes do Largo da Memória, Olaria e Capinzal (Valla, 1985, p. 284).

Essa iniciativa, embora parecesse uma solução para a moradia precária, apresentavam características que evidenciavam sua transitoriedade. Gonçalves (2013, p. 130) ressalta que os parques proletários apresentavam um caráter provisório, sendo construídos em madeira pelo município, o que revelava a intenção de eventual remoção. As favelas em questão nunca foram urbanizadas, e os parques, gradualmente, transformaram-se em favelas, sendo erradicados durante a década de 1960. Esta política

visava manter a população de forma precária e provisória nas regiões centrais. Além de garantir o apoio político da população diretamente beneficiada, assegurava a oferta de mão de obra barata. Ademais, essa estratégia permitia um controle social mais rigoroso sobre a população, visto que a Municipalidade podia, a qualquer momento e de forma arbitrária, remanejá-la para outros locais.

Figura 7 — Parque Proletário nº 1



Fonte: Fundo Víctor Tavares de Moura. Parque Proletário da Gávea (194-).

A estratégia de manter os moradores em condições provisórias e precárias estava alinhada com o contexto político da época. De acordo com Valladares (2005, p. 61), durante a Era Vargas, caracterizada por seu populismo, tornou-se inaceitável realizar intervenções nos espaços urbanos problemáticos sem levar em consideração a população residente. Essa nova abordagem política rejeitava práticas anteriores, como incendiar as zonas urbanas ocupadas irregularmente ou expulsar moradores de baixa renda, métodos esses utilizados na gestão de Pereira Passos contra os cortiços. Valladares ainda salienta que os parques proletários deram continuidade a algumas proposições anteriores de Mattos Pimenta e Agache, as quais eram fortemente influenciadas por uma postura higienista e estética.

A democratização que se instalou com a queda da ditadura de Vargas em 1945 marcou um período significativo para a organização social nas favelas. Nesse contexto, as comissões de moradores, que até então se mobilizavam principalmente para evitar

transferências forçadas de moradia, ganharam nova importância. A partir de então, essas comissões consolidaram-se como os principais órgãos locais de coordenação e articulação política, resultando na formação das primeiras associações de moradores (Gonçalves, 2013, pp. 133-134). Burgos (2006, p.28) complementa ao mencionando que a primeira comissão de moradores de favelas foi criada no morro do Pavão/Pavãozinho, em Copacabana, seguida pela formação de comissões no Morro do Cantagalo e na favela da Babilônia. Posteriormente, essas comissões formularam uma pauta de direitos sociais abordando problemas de infraestrutura de suas localidades. Um efeito não intencional dos parques proletários foi o estabelecimento de contato entre o Estado e os excluídos, o que desencadeou a organização de moradores das favelas preocupados com as alternativas dos parques.

Com o retorno da democracia, o sistema eleitoral transformou-se em uma moeda de troca de considerável valor, conforme destacam Gonçalves (2013, p.160) e Leeds & Leeds (1978, p.198). Nesse novo cenário, as associações de favelas e igrejas emergiram como veículos organizacionais cruciais para a manipulação política. As favelas tornaram-se alvo de candidatos e seus cabos eleitorais, que faziam promessas aos moradores, sendo a mais comum a instalação de bicas de água corrente, prática que ficou conhecida como “política da bica d’água”.

No entanto, essa política de promessas muitas vezes resultou em uma urbanização desordenada. Leeds e Leeds observam que os políticos, por meio de pagamentos aos cabos eleitorais locais, garantiam "permissões" (geralmente não oficiais) para a construção de casas em terras vagas dentro e atrás dos parques. Este processo levou à perda de grande parte da regularidade anteriormente existente nos parques devido à construção desordenada e aleatória. Eventualmente, esses Parques Proletários foram reconhecidos como favelas, conforme apontado por Valladares (1978, p. 23).

Diante deste cenário, a Fundação Leão XIII¹¹ foi estabelecida em 1946, por meio de um acordo entre a Arquidiocese e a Prefeitura do Rio de Janeiro, com o objetivo de promover a recuperação das favelas. Conforme documentado por Burgos (1996, p. 29), a Fundação empreendeu ações significativas entre 1947 e 1954, atuando em 34 favelas e implementando serviços essenciais como abastecimento de água, saneamento básico,

¹¹ De acordo com Valladares (1978, p. 23), a Fundação Leão XIII, originalmente uma entidade religiosa, transformou-se em uma autarquia estatal em 1962, vinculada à Secretaria de Serviços Sociais. A partir de então, tornou-se o único organismo oficial encarregado das favelas do Rio de Janeiro, ao qual as Associações de Moradores também se submetem.

eletricidade e infraestrutura viária. Segundo Vallas (1985, p. 284), a missão declarada da Fundação, conforme expressa em seus estatutos, era “prover assistência material e moral aos residentes das comunidades de morros e favelas do Rio de Janeiro”. Para materializar essa missão, a Fundação Leão XIII se comprometeu a manter uma série de serviços e instalações, incluindo escolas, ambulatórios, creches, maternidades, cozinhas comunitárias e habitações populares.

Durante a década de 1950, a percepção das favelas mudou significativamente. Elas passaram a ser vistas não apenas como um problema, mas também como um espaço de possibilidade política. Líderes emergentes das favelas estabeleceram vínculos com partidos políticos, transformando a favela em um campo de contestação política. A Igreja e o governo também começaram a prestar mais atenção às favelas. Um exemplo disso foi a criação da Cruzada São Sebastião¹² pela Igreja em 1955, que realizou melhorias significativas em 12 favelas entre 1956 e 1960, incluindo a execução de 51 projetos de redes de luz e a urbanização parcial ou total de algumas favelas (Burgos, 2006, p. 30; Parisse, 1969, p. 183; Valladares, 1978, p. 23).

O problema da urbanização das favelas no Rio de Janeiro vem, como se sabe, de há muito, desafiando uma pronta solução dos poderes competentes. Para resolvê-lo, inúmeros estudos e planos já foram realizados, mas, infelizmente, até há pouco tempo tais estudos e planos não passaram disto, e o problema vinha dia a dia se agravando não fosse a atitude decisiva e corajosa da igreja que, sem demagogia ou outro interesse qualquer resolveu enfrentá-lo. E o fez através de seu Bispo Auxiliar D. Helder Câmara que assumiu o comando geral da ofensiva, desta batalha que, estamos certos irá ser coroada de pleno êxito. E as primeiras vitórias já se fazem sentir na praia do Pinto, no populoso bairro do Leblon onde as primeiras habitações condignas estão levantadas e quase já prontas, para os favelados. (Jornal do Brasil, 6 de junho de 1956)¹³.

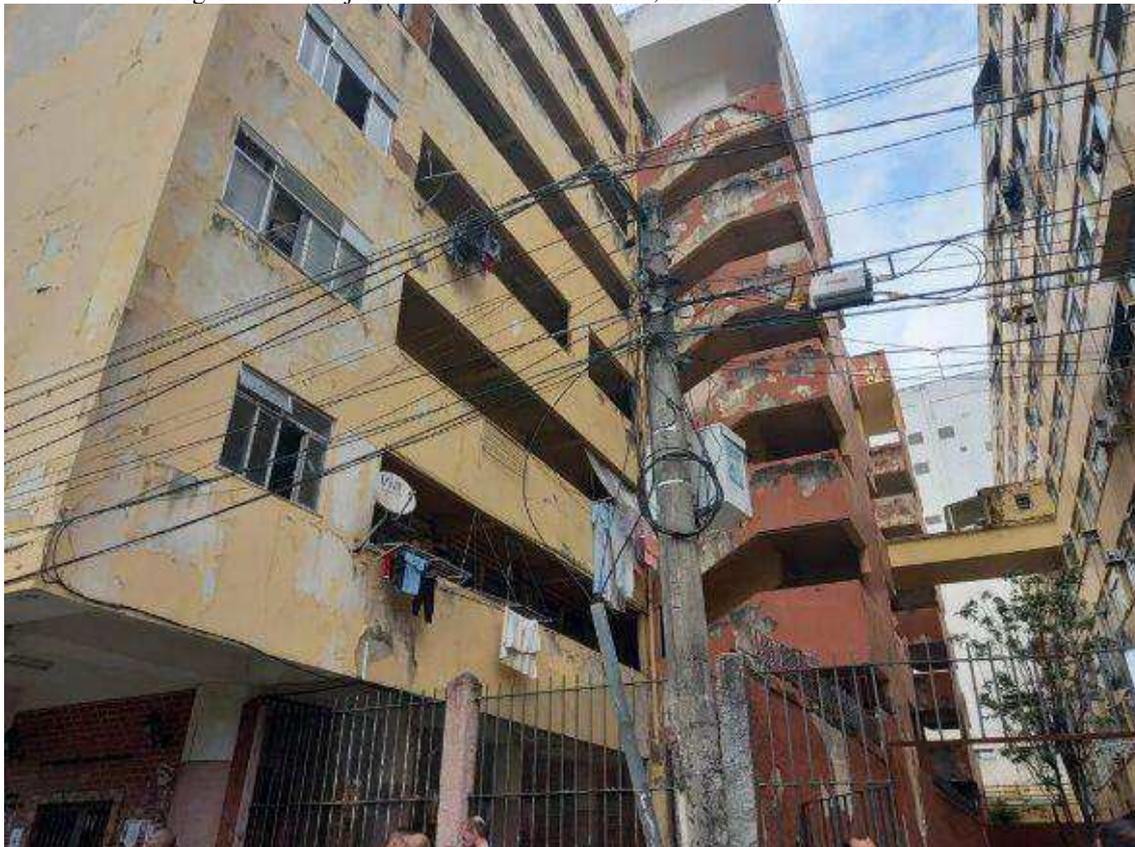
A Cruzada São Sebastião, situada no Leblon, uma área nobre do Rio de Janeiro, foi uma iniciativa inovadora que buscou reassentar moradores de favelas em prédios residenciais próximos de suas antigas residências (Valladares, 1978, p. 23; Parisse, 1969,

¹² Iniciada em 29 de setembro de 1955 por Dom Helder Câmara, então arcebispo auxiliar do Rio de Janeiro, a Cruzada São Sebastião emergiu como uma instituição privada dedicada à resolução das questões sociais inerentes às favelas cariocas. A entidade propunha-se a unir esforços entre o setor público e privado em prol de uma intervenção que promovesse a urbanização como um meio para alcançar a dignificação humana, bem como o progresso moral, intelectual, social e econômico, sob uma perspectiva educativa que enfatizasse valores humanitários e cristãos dentro de um contexto comunitário (CRUZADA SÃO SEBASTIÃO apud GONÇALVES, 2013, p. 168).

¹³ A Cruzada São Sebastião e a urbanização de favelas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 jun. 1956. 1º Caderno, p. 12. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_07&pagfis=62622. Acessado em 28 de julho de 2024.

p. 184). De acordo com Gonçalves (2013, p. 155), este projeto abrigou uma parcela dos residentes da favela da Praia do Pinto, formando o que se tornou conhecido como Bairro São Sebastião¹⁴. Apesar das intenções progressistas, o Bairro São Sebastião é frequentemente percebido de forma negativa pelos moradores do Leblon, que o veem como uma “favela vertical” inserida em uma das áreas mais valorizadas da cidade.

Figura 8 — Conjunto Cruzada São Sebastião, no Leblon, Rio de Janeiro/RJ



Fonte: Jornal O Globo, 12/03/2022.

A ideia de reaproximar as classes sociais por meio do reassentamento dos pobres em áreas nobres foi inspirada na visão de Dom Helder Câmara, que defendia a superação dos conflitos de classe por meio da convivência entre ricos e pobres. Em suas palavras: “para superar as lutas de classe, era necessário reaproximar as classes. Foi por isso que quisemos reassentar os pobres lá mesmo onde os ricos moravam” (Broucker apud Gonçalves, 2013, p. 155). Essa diversidade social, destacada pelo bispo, ainda é observada hoje, pois o Bairro São Sebastião continua a abrigar uma população muito diferente daquela que reside no riquíssimo bairro do Leblon. No entanto, é importante notar que a mera proximidade física entre classes sociais diferentes pode não ser

¹⁴ Trata-se de um conjunto de 10 prédios de sete andares, contendo 910 apartamentos de três modelos diferentes, divididos de acordo com o tamanho da família. Foram inaugurados em 20 de janeiro de 1957. (Gonçalves, 2013, p. 168).

suficiente para superar as barreiras socioeconômicas existentes. A experiência do Bairro São Sebastião ilustra a complexidade dos desafios enfrentados ao tentar integrar diferentes classes sociais em um mesmo espaço urbano.

Uma iniciativa análoga à do Bairro São Sebastião foi realizada no Morro Azul, situado no Flamengo, onde se construiu um edifício singular, segundo Brum (2018, p. 116). Parisse (1969, p. 184) complementa que, no Morro Azul, também se efetuaram melhorias como: abertura de vias, instalação de água, luz e esgoto. Contudo, esses projetos enfrentaram a oposição de alguns setores da burocracia estatal, que os acusavam de adotar práticas assistencialistas e paternalistas, contrárias às políticas de remoção de favelas, vigentes na época (Burgos, 2006, p.31). Um exemplo dessa oposição foi a declaração do Secretário Geraldo Moreira, que afirmou: “... tanto a Fundação Leão XIII como a Cruzada São Sebastião contribuem para aumentar a "miséria deliberada” e gastam dinheiro público sem produzir soluções para o problema.”

Entre as décadas de 1950 e 1960, o Brasil passou por um processo de inserção internacional, motivado pelo anseio de superar o subdesenvolvimento. As elites brasileiras, interessadas em encontrar soluções para os problemas socioeconômicos do país, estimularam a cooperação internacional, convidando especialistas estrangeiros a sugerir inovações no enfrentamento à pobreza. Esse movimento coincidiu com a intensificação da urbanização após a Segunda Guerra Mundial, que, conforme Valladares (2005, p. 74), teve uma influência decisiva na trajetória do desenvolvimento urbano e social brasileiro.

No contexto do processo de urbanização acelerado que ocorreu em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, a partir da migração interna do campo para a cidade, as favelas se multiplicaram à medida que as áreas urbanas se expandiam. Gonçalves (2013, p. 171) destaca que a inauguração da Rodovia Rio-Bahia, em 1957, foi um fator que contribuiu para esse fenômeno. Nesse período, a população favelada do Rio de Janeiro quase dobrou, passando de 169.305 para 337.412 habitantes.

As políticas públicas voltadas para as favelas, até o ano de 1960, oscilavam entre a erradicação ou a implementação de melhorias, conforme aponta Valladares (1978, p. 24). No entanto, nenhuma das medidas adotadas, exceto os parques proletários, teve um alcance expressivo. As favelas permaneceram como um problema urbano e social sem uma solução efetiva.

Enquanto isso, o Rio de Janeiro passava por importantes transformações institucionais, sendo a mais notável delas a mudança da capital do Brasil para Brasília em

1960. Esse evento resultou na conversão do antigo Distrito Federal no estado da Guanabara. Além disso, a transferência da capital agravou o declínio gradual do papel econômico do Rio em relação a São Paulo no cenário nacional.

Diante desse quadro, o governo do estado da Guanabara, sob a administração de Carlos Lacerda¹⁵, instituiu a Coordenação de Serviços Sociais do Estado com o objetivo de otimizar as políticas públicas voltadas para habitação popular. Segundo Gonçalves (2013, p. 213), essa iniciativa representou uma diminuição do clientelismo político perante as associações de moradores. A gestão de Lacerda foi marcada por políticas de urbanização e remoção de favelas.

Uma das ações implementadas pela Coordenação de Serviços Sociais do Estado na área de habitação popular foi a Operação-Mutirão. Esse projeto consistia na urbanização de favelas com ativa participação dos moradores. Enquanto o governo disponibilizava o apoio técnico e materiais, os moradores se responsabilizavam pela execução das obras. O projeto teve início em 23 de junho de 1961, com a formalização de acordos entre o órgão estadual e as associações de moradores das favelas da Praia do Pinto e da Vila do Vintém. Na ocasião, Rios afirmou que:

Favela é um problema de Governo, e não pode ser atacado apenas por um serviço ou mesmo uma secretaria de Estado, mas por todos os órgãos governamentais, em cooperação com as entidades particulares. E a obra de sua recuperação deve ser feita pelos próprios favelados, reunidos em um grande mutirão, que é uma das manifestações mais legítimas das comunidades brasileiras (JORNAL DO BRASIL, 24/6/1961, p.5)¹⁶.

Outra iniciativa da política habitacional do governo Lacerda foi a reativação do Serviço Especial de Reabilitação das Favelas e das Habitações Anti-higiênicas (Serfha), criado pelo Decreto Municipal nº 13.304, de 28 de agosto de 1956, na administração municipal de Negrão de Lima. O Serfha foi incorporado à Coordenação de Serviços Sociais do Estado, sob o comando de Rios, e tinha como proposta “capacitar o morador como tal a ganhar certa independência para tratar com as autoridades estatais em vez de depender de favores políticos”¹⁷ (Leeds & Leeds, 1978, p. 212).

Burgos (2006, p. 31) e Gonçalves (2013, p. 213) argumentam que persistiu a tendência de cooptar politicamente os moradores das favelas. Isso porque as associações

¹⁵ Carlos Lacerda foi governador do Estado da Guanabara no período de 1960-1965.

¹⁶ Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=030015_08&hf=www.google.com&pagfis=1941. Acessado em 04 de agosto de 2024.

¹⁷ Entrevista de José Arthur Rios, em 25 de agosto de 1969, concedida a Leeds.

de moradores se comprometiam com a Coordenação de Serviços Sociais a colaborar na melhoria das favelas pelo Projeto Mutirão e impedir a expansão dos barracos, assumindo um papel híbrido, que oscila entre a representação dos moradores e a condição de intermediário do Estado. Dessa forma, o preço da urbanização prometida é o domínio político do Estado sobre a associação dos moradores.

O Serfha teve uma curta duração, sendo extinto em 1962, após a demissão de Rios por motivos políticos. Segundo Trindade (1989, p.107), Rios teria se recusado a desviar os recursos do Fundo do Trigo, provenientes de um acordo entre a USAID e o governo do Estado da Guanabara, para fins eleitoreiros, contraindo sua finalidade original. Esses recursos deveriam ser destinados à urbanização da Favela da Vila da Penha. Embora não haja evidências de pressão de interesses imobiliários, Trindade sugere que os projetos de Rios contemplavam a construção de moradias populares para serem vendidas aos favelados da Praia do Pinto e da Ilha das Dragas, localizadas na Zona Sul, o que não estava previsto no acordo entre a USAID e o governo do Estado da Guanabara.

O grande problema era político, imediato e de recursos. Meu pensamento era: dinheiro de favela era de favela. Seria romântico dizer que foram os interesses imobiliários, não houve isso não...Os recursos eram consideráveis para atrair candidatos do governo. O governo entendia que eu devia lealdade a ele e eu entendia que devia lealdade aos favelados (depoimento de José Artur Rios, setembro de 1986 apud Trindade, 1989, p. 107).

A desativação do Serfha coincidiu com a criação da Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara (Cohab-GB), no final de 1962. As observações de Leeds e Leeds (1978, p. 215) sugerem que a criação da Cohab assinalou o início de um período em que as políticas relacionadas às favelas ganharam ímpeto de remoção tanto no âmbito estadual quanto nacional, indicando que essa ação poderia ter sido uma frente para captar investimentos internacionais alinhados ao Acordo do Fundo do Trigo¹⁸.

Uma das diretrizes da política habitacional da gestão de Lacerda foi a erradicação de favelas e a transferência de seus habitantes para áreas distantes do centro e com precárias condições de urbanização. Nesse sentido, foram construídas as Vilas Kennedy

¹⁸ Acordo assinado entre o governador Carlos Lacerda e a Agência Norte-Americana de Desenvolvimento Internacional (USAID), segundo o qual parte dos fundos provenientes da venda de produtos agrícolas ao Brasil seria destinada ao desenvolvimento urbano parcial de certas favelas, à urbanização completa da favela da Vila da Penha, à edificação de 2.250 moradias de baixo custo em Bangu e 1.500 em Botafogo, à realocação dos moradores das favelas e à construção de um posto de saúde em Madureira. Os termos do acordo estavam discriminados no título 1 da Lei 480 da República dos Estados Unidos. O Estado da Guanabara contribuiria com 3% da renda anual. (LEEDS & LEEDS, 1978, p. 217, Anexo II; TRINDADE, 1989, p. 105)

(em Senador Camará), Aliança (em Bangu) e Esperança (em Vigário Geral), para onde foram removidos os moradores de 12 favelas da cidade. Valladares (1978, p. 24) descreve essas vilas como precursoras dos conjuntos habitacionais posteriormente desenvolvidos pela COHAB.

De acordo com Leeds & Leeds (1978, p. 221), a favela do Morro do Pasmado foi uma das primeiras áreas a ser desocupada pela COHAB para permitir a edificação de um hotel, em virtude de sua localização turística estratégica e da vista privilegiada da Baía de Guanabara.

Figura 9 — Remoção da Favela do Pasmado em 14 de janeiro de 1964.



Fonte: Jornal O Globo, 13 de dezembro de 2013.

A política de remoção contou com o apoio da Fundação Leão XIII, órgão vinculado ao Estado da Guanabara, que inicialmente era uma entidade filantrópica, mas que passou a integrar o aparelho estatal e a atuar como agente executor das remoções, em consonância com os interesses do governo federal e dos organismos internacionais. Gonçalves (2013, p. 215) explica que a Fundação Leão XIII foi incorporada ao Estado da Guanabara antes da extinção do Serfha, o que evidencia a intenção do governo de eliminar qualquer resistência à sua política habitacional.

Quadro 1 — Remoções de favelas durante o governo Lacerda

Favela	Bairro em que estava localizada	Remoção	Quantidade de famílias removidas	Ano de Remoção
Vila da Penha	Vila da Penha	Parcial	180	1961

Favela	Bairro em que estava localizada	Remoção	Quantidade de famílias removidas	Ano de Remoção
Bom Jesus	Avenida Brasil	Total	510	1961
Vila do Vintém	Padre Miguel	Parcial	xxx	1961
Álvaro Ramos	Botafogo	Total	25	1961
Ponta do Caju	Caju	Total	30	1961
CCPL	Benfica	Total	118	1961
Timbó	Inhaúma	Parcial	104	1961
Morro de São Carlos	Estácio	Parcial	235	1961
Avenida Brasil	Penha	Parcial	15	1961
Moreninha	Avenida Brasil	Total	35	1961
Querosene	Catumbi	Parcial	210	1961
Morro dos Prazeres	Santa Tereza	Parcial	10	1961
Pasmado	Botafogo	Total	911	1964
Getúlio Vargas	Leblon	Total	113	1964
Maria Angu	Ramos	Total	460	1964
João Cândido	Avenida Brasil	Total	665	1964
Maneta	Leblon	Total	41	1964
Conjunto São José		Parcial	20	1964
Vila do Sase		Total	11	1964
Macedo Sobrinho	Humaitá	Parcial	14	1964
Del Castilho	Del Castilho	Parcial	9	1964
Marques de São Vicente	Gávea	Parcial	32	1964
Ladeira dos Funcionários	Caju	Parcial	8	1964
Brás de Pina	Brás de Pina	Parcial	366	1965
Turano	Rio Comprido	Parcial	34	1965
Rio Joana	Andaraí	Total	23	1965
Morro do Quietó	Engenho Novo	Parcial	46	1965
Praia do Pinto	Leblon	Parcial	20	1965

Favela	Bairro em que estava localizada	Remoção	Quantidade de famílias removidas	Ano de Remoção
Favela do Esqueleto	Maracanã	Total	2027, sendo 800 famílias removidas em 1961.	1965
Total de Famílias removidas	6290 famílias, cerca de 31.000 pessoas			

Fonte: Elaborada pela Autora de acordo com GB, COHAB, 1963-1965, pp. 12-18 apud Leeds e Leeds 1978, p. 220.

Em contraposição à política de remoção das favelas, as lideranças dos moradores fundaram, em 1963, a Federação da Associação de Favelas do Estado da Guanabara (Fafeg), que representou uma forma de incorporação política desse segmento na dinâmica urbana (Burgos, 2006, p. 33). A Fafeg obteve aprovação de legislação na Assembleia Legislativa para melhorias nas favelas. Entretanto, essa legislação foi revogada em 1968 e os recursos, que nunca alcançaram o percentual previsto, foram distribuídos de forma clientelista e arbitrária pelo Serviço de Recuperação de Favelas, Regiões Administrativas e deputados estaduais, sem considerar as necessidades efetivas das favelas (Fortuna & Fortuna, 1974, p. 104).

A FAFEG constituía uma ameaça aos poderes estatais e até mesmo lançou uma campanha com o lema “Urbanização sim, Remoção Nunca”. A entidade enfrentou consequências severas ao encabeçar a resistência contra a remoção das favelas Ilhas das Dragas, situada na Lagoa, e Praia do Pinto, localizada no Leblon. Três diretores e um advogado da organização foram presos. Dessa forma, ao se reprimir as condições de manutenção dessas comunidades, promoveu-se a liberação da área para futuras remoções de interesse do setor imobiliário.

Esse cenário de remoções e resistência das favelas influenciou o resultado das eleições para governador em 1965, quando o candidato da oposição, Negrão de Lima, que se comprometera com o movimento comunitário a suspender as remoções, derrotou o candidato da situação, Flexa Ribeiro, apoiado por Lacerda. A vitória de Negrão de Lima representou uma esperança para os favelados, que viam nele um aliado contra a política de remoção (Burgos, 2006, p. 34).

Um dos principais feitos do governo de Negrão de Lima foi a implementação de um programa pioneiro de urbanização de favelas, que visava a melhorar as condições de vida dos moradores e a integrar essas áreas à cidade formal. No entanto, esse projeto

enfrentou obstáculos de ordem política, econômica e climática. As fortes chuvas que atingiram a cidade nos verões de 1967 e 1968 provocaram deslizamentos nas favelas, aumentando a pressão por soluções habitacionais. Além disso, os interesses dos setores imobiliário e da construção civil, que visavam a valorizar os terrenos ocupados pelas favelas, especialmente na Zona Sul, influenciaram a intervenção do Governo Federal na política urbana do Rio de Janeiro. Assim, em maio de 1968, foi criada a Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (CHISAM), que retomou a lógica da erradicação das favelas.

Valladares (1978, p. 35) afirma que a COHAB-GB (1962-1975) e a CHISAM (1968 a 1973) foram os principais órgãos responsáveis pelo programa de remoções de favelas no Rio de Janeiro. A CHISAM, tinha como objetivo remover 92.000 favelados por ano, a partir de junho 1971, e erradicar as favelas da cidade até 1976. Perlman (2002, p. 242) confirma que, até o final de 1973, a CHISAM havia removido 62 favelas total ou parcialmente e transferido 35.157 famílias para conjuntos habitacionais.

Quadro 2 — Remoções realizadas no Estado da Guanabara, no período de 1962 - 1974

Administrações e período de remoções	Total de favelas atingidas	Total de barracos removidos	Total de habitantes removidos
<i>Governo Carlos Lacerda 1962-1965</i>	27	8078	41.958
<i>Governo Negrão de Lima (enchentes) maio/1968 – março 1971</i>	s/resposta 33	s/resposta 12.782	6.685 63.910
<i>Governo Chagas Freitas abril/1971 – março/1974</i>	20	5.333	26.665
<i>Total</i>	80	26.193	139.218

Fonte: COHAB-GB apud Valladares, 1978, p. 39

Como se observa na tabela 3, houve uma pausa no programa de remoção de favelas entre 1966 e 1967, devido às enchentes que atingiram o Rio de Janeiro. Nesse período, a prioridade foi atender aos desabrigados, que em sua maioria foram realocados para o conjunto habitacional da Cidade de Deus, ainda em fase de construção.

No governo de Chagas Freitas¹⁹, houve uma alteração na clientela dos conjuntos habitacionais, que deixou de ser composta apenas por favelados removidos. Valladares

¹⁹ Chagas Freitas exerceu um papel central na política fluminense durante as décadas de 1970 e 1980, governando o Estado da Guanabara de 1971 a 1975 e o Estado do Rio de Janeiro de 1979 a 1983. Sua gestão foi marcada pela prática do "chaguismo", termo que se refere ao seu estilo político, caracterizado pelo uso estratégico da máquina pública para consolidar poder e influenciar eleições. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Chagas_Freitas. Acessado em: 17 de agosto de 2024.

(1978, p. 42) afirma que o conjunto Morador 2Filho, na Penha, foi ocupado por pessoas que não vinham das remoções, mas que se beneficiaram da chamada "reserva técnica". Essa expressão designava uma cota de apartamentos que era reservada para atender a interesses políticos e clientelísticos, o que demonstra como essas políticas habitacionais também foram utilizadas para fins políticos, desviando-se do seu objetivo original.

As remoções de favelas, que haviam sido a principal política habitacional no governo de Chagas Freitas, passaram a incluir uma parcela de moradores que não eram provenientes de favelas, mas que se beneficiavam da chamada "reserva técnica". Segundo Valladares (1978, p. 42), essa expressão se referia a uma cota de apartamentos que era destinada a atender a interesses políticos e clientelísticos, revelando o uso político dessas políticas habitacionais, que se desviavam de seu objetivo inicial.

Uma consequência evidente dessa política foi a valorização dos terrenos anteriormente ocupados por favelas na Zona Sul da cidade. Essa política não só favoreceu os interesses do mercado imobiliário e da indústria da construção civil, ao estimular a construção de conjuntos habitacionais em áreas periféricas, modificando a organização espacial do Rio de Janeiro, como também prejudicou as condições de vida das famílias removidas das favelas.

Entretanto, ao serem transferidas para os conjuntos habitacionais, essas famílias perderam sua proximidade com os locais de trabalho e a rede de apoio comunitário que tinham nas favelas, sofrendo com a redução de renda e o aumento de despesas com transporte e outras necessidades. Além disso, a infraestrutura dos novos conjuntos habitacionais era, muitas vezes, precária, gerando insatisfação dos moradores. Como resultado, muitos deles abandonaram os apartamentos e voltaram para outras favelas, evidenciando o fracasso do programa em alcançar seu objetivo de erradicação da favelização.

Dessa forma, o programa de remoção não conteve a favelização, mas a ampliou. Ao expulsar as populações mais pobres para áreas periféricas, sem assegurar as condições mínimas de infraestrutura urbana e meios de subsistência adequados, o governo não só não resolveu o problema, como também contribuiu para a formação de novas favelas, principalmente na Zona Oeste, perpetuando as desigualdades urbanas. Valladares (1978, p. 14) situa a política de erradicação de favelas em um contexto mais amplo de renovação urbana da cidade, reestruturação do solo urbano e, em última instância, de desenvolvimento urbano e das transformações que ocorriam na sociedade brasileira.

A política de remoção de favelas no Rio de Janeiro foi encerrada em 1977, após a resistência dos moradores do Vidigal, no Leblon, que conseguiram impedir a tentativa da prefeitura de erradicar a comunidade. A justificativa oficial para a remoção era de que a favela apresentava riscos de deslizamento, e que a medida seria necessária para garantir a segurança dos habitantes. No entanto, como aponta Gonçalves (2013, p. 263), essa alegação não foi comprovada pelo prefeito Marcos Tamoyo (1975-1979). Além disso, a decisão foi amplamente criticada, evidenciando a articulação entre os poderes públicos e os interesses do setor imobiliário, que visavam à valorização das áreas ocupadas pelas favelas.

Em maio de 1979, ocorreu uma mudança significativa na política de urbanização de favelas, quando o Governo Federal criou o Programa de Erradicação de Sub-Habitação (Promorar)²⁰, marcando um rompimento definitivo com a política da remoção anteriormente adotada. Segundo Valladares, essa mudança pode ser compreendida à luz do esgotamento do regime autoritário e do crescente movimento pela redemocratização do país. O programa teve início na Favela da Maré, no Rio de Janeiro, e tinha como objetivo a urbanização das favelas do Timbau, Baixa do Sapateiro, Maré, Nova Holanda, Major Rubens Vaz e Parque União.

De acordo com a Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Fundrem), o projeto visava principalmente à recuperação das áreas pantanosas da região, por meio de ações como a drenagem do solo, a urbanização e a criação de aterros destinados ao reassentamento das palafitas. Os objetivos do projeto incluíam a eliminação de focos de contaminação da Baía de Guanabara, contribuindo para a recuperação das praias e do ecossistema local, a organização do espaço urbano e a implementação de saneamento básico para melhorar as condições de vida da população, sem removê-la do local. Embora a favela não tenha sido incluída no processo decisório, as obras resultaram em melhorias significativas nas condições de vida dos moradores (Gonçalves, 2013, p. 266).

Outra iniciativa importante na política de urbanização de favelas foi a criação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) e do Fundo-Rio pelo prefeito Israel Klabin (março de 1979 a junho de 1980). A SMDS se destacou por combater qualquer tentativa de retomada da política de remoção em massa, optando por iniciar

²⁰ O Projeto Promorar foi desenvolvido entre 1979 e 1985. No Rio de Janeiro era conhecido como Projeto Rio (GONÇALVES, 2013, p. 265).

projetos de melhoria da infraestrutura urbana e programas sociais nas favelas. No entanto, a criação da SMDS foi alvo de críticas intensas, especialmente por suas propostas entrarem em conflito com o programa Promorar. Enquanto o Promorar se concentrava na urbanização de favelas insalubres localizadas em regiões sem atratividade para o mercado imobiliário, a SMDS propunha urbanizar todas as favelas da cidade, independentemente de sua localização.

A criação da SMDS representou um desafio ao clientelismo, ao reduzir a dependência dos políticos locais para a mediação de demandas, o que também gerou conflitos com a Fundação Leão XIII. A abordagem independente e o discurso técnico adotado por Klabin estavam em desacordo com o sistema clientelista mantido pelo Governador Chagas Freitas, culminando na exoneração do prefeito em junho de 1980.

Com a saída de Klabin, a SMDS gradualmente abandonou sua orientação técnica, voltando às práticas tradicionais de clientelismo. No entanto, as ações de urbanização já haviam se espalhado. Nesse novo contexto, a SMDS desenvolveu o projeto Mutirão²¹, que mobilizou a comunidade local na execução dos próprios projetos urbanísticos. Esta iniciativa abrangeu cerca de 26% das favelas da cidade, melhorando as condições de vida e implementando infraestrutura comunitária (Gonçalves, 2013, p. 270).

Apesar dos avanços trazidos pelo Projeto Mutirão, a situação nas favelas no início de 1980 ainda era precária. Cardoso *et al.* (2023, p. 67) observa que, em 1980, cerca de 12% da população do Rio de Janeiro vivia em favelas. Burgos (2006, p. 41) acrescenta que, naquele período, apenas 1% das 364 favelas existentes estavam conectadas à rede de esgotos, 6% tinham acesso à rede de água e 17% contavam com coleta regular de lixo.

O primeiro governo de Leonel Brizola (1983-1987)²² representou uma mudança na política estadual de urbanização de favelas. Eleito no contexto da redemocratização após a ditadura militar, sua gestão buscou atender às demandas dos moradores de favelas. Inaugurou-se um ciclo de políticas voltadas para saldar a dívida social com as favelas, acompanhado do fortalecimento dos movimentos sociais populares. A abordagem política adotada por Brizola foi fundamentada em três principais diretrizes: pôr fim às operações

²¹ Apenas a partir de 1985 os trabalhadores envolvidos nas obras do Projeto Mutirão passaram a ser remunerados (GONÇALVES, 2013, p. 270).

²² Leonel de Moura Brizola, político originário do Rio Grande do Sul, foi Deputado Federal pelo Estado da Guanabara de 1961 a 1964 e Governador do Rio de Janeiro por dois mandatos (1983-1987 e 1991-1994). Ele consolidou uma corrente política no Rio de Janeiro, conhecida como brizolismo. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Leonel_Brizola#Deputado_federal_pela_Guanabara. Acessado em 18 de agosto de 2024.

policiais nas favelas, a instalação de serviços públicos essenciais, como água, luz e saneamento, e a regularização fundiária por meio da oferta de títulos de propriedade.

Por meio do Projeto Favelas da Cedae (Proface), a administração de Brizola ampliou a oferta de serviços públicos nas favelas. Esse projeto foi responsável por estabelecer sistemas de abastecimento de água em cerca de 60 favelas. Além disso, em parceria com a SMDS, o Proface implementou redes de esgotos. Essas ações não só demonstraram uma integração entre os diferentes órgãos públicos, mas também incorporaram a participação popular, promovendo uma gestão inclusiva. De acordo com Gonçalves (2013, p. 273), o projeto beneficiou 245 mil pessoas até 1985.

Burgos (2006, p.41) destaca que, nesse período, a Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb) adquiriu microtratores especialmente adaptados às condições das favelas, o que possibilitou a realização da coleta de lixo nessas áreas. Essa medida sinaliza uma mudança na atuação do poder público nas favelas. Nesse contexto, Cardoso (2007, p. 280) observa que as favelas passaram a ser áreas nas quais o governo se tornou responsável pela implantação de infraestrutura, apesar da irregularidade na ocupação do solo.

O programa Cada Família, Um Lote (CFUL), foi a primeira iniciativa de regulamentação fundiária daquele período. Por meio dele, a Companhia de Habitação do Estado do Rio de Janeiro (Cehab) ofereceu aos participantes uma promessa de compra e venda, que, após o pagamento de 48 parcelas mensais, se convertia em um título de propriedade registrável no Cartório de Registro de Imóveis. Durante o período de financiamento, os beneficiários não tinham autorização para vender o imóvel, sob pena de rescisão de contrato. Apesar de seus objetivos, o CFUL alcançou resultados limitados. De acordo com Cardoso *et al.* (2023, p. 90), o programa foi encerrado em 1986, tendo atendido 15 favelas na cidade do Rio de Janeiro e distribuído 13.604 títulos de propriedade.

Um marco importante na política urbana brasileira foi a introdução de um capítulo específico sobre o tema na Constituição Federal de 1988, resultado das demandas dos movimentos sociais por uma gestão mais democrática e participativa da cidade. Esse capítulo reconheceu a função social da propriedade como princípio constitucional, bem como os direitos dos ocupantes informais. Conforme destaca Rolnik (2019, p. 268), esse reconhecimento jurídico fundamentou o direito à cidade e concretizou a agenda da reforma urbana. No entanto, como observa Gonçalves (2013, p. 293), embora a Constituição tenha reconhecido a função social da propriedade, o conceito permaneceu

vago e de difícil aplicação prática. Para enfrentar essas limitações, o capítulo constitucional dedicado à política urbana buscou tornar esse princípio mais concreto, estabelecendo que a propriedade urbana cumpre sua função social quando atender aos requisitos de ordenação urbana definidos no Plano Diretor.

O Plano Diretor é instrumento fundamental para delimitar e implementar a função social da propriedade, sendo o eixo das diretrizes do desenvolvimento da política urbana municipal. No que tange à realidade das favelas, Gonçalves (2013, p. 299) ressalta que “a política de desenvolvimento urbano deve concentrar-se na urbanização e regulação fundiária das áreas faveladas”. Essa visão é complementada por Burgos (2006, p.49), que reforça a importância do Plano Diretor ao definir “o problema da favela como questão municipal, fundamental para o futuro da cidade”, destacando a necessidade de integrar essas áreas ao tecido formal urbano.

Nesse contexto, o Plano Diretor não apenas lançou as bases para a organização do espaço urbano, mas também incentivou o desenvolvimento de políticas voltadas para a urbanização de assentamentos informais. Entre essas iniciativas, destaca-se o Programa Favela-Bairro, uma ação inovadora que marcou a década de 1990 ao buscar a integração das favelas ao espaço formal da cidade, com intervenções estruturais e sociais voltadas para a melhoria da qualidade de vida dos moradores.

1.3.2 Programa Favela-Bairro (1994-2009)

Criado em 1993 pelo prefeito César Maia (1993-1997) como parte do Plano Diretor, o Grupo Executivo de Assentamentos Populares (GEAP) foi o precursor do Programa Favela-Bairro. O objetivo do GEAP era centralizar e coordenar as ações da prefeitura relacionadas ao crescimento das favelas e à regularização dos loteamentos informais nos subúrbios.

No âmbito das políticas do GEAP, o Favela-Bairro foi desenvolvido com o objetivo de aprimorar a infraestrutura urbana, abrangendo saneamento e acessibilidade, além de promover a integração das favelas ao tecido urbano, conforme estabelecido pelo Decreto nº 14.332, de 07 de novembro de 1995. A atuação do poder público concentrou-se principalmente na urbanização e na oferta de serviços sociais básicos, sem interferir diretamente nas moradias individuais, mas focando no desenvolvimento dos espaços públicos (Corrêa, 2019, p. 36). Burgos (2006, p. 49) e Gonçalves (2013, p. 327) destacam

que, além de evitar remoções, o Favela-Bairro procurou manter a identidade dos moradores com o local. Consequentemente, o programa consolidou-se como voltado sobretudo à recuperação das áreas e equipamentos públicos.

O Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – Rio sempre Rio enfatizava que a implantação do Programa Favela-Bairro teria impactos transformadores na cidade. Grande parte da população residente em favelas passaria a contar com padrões de urbanização adequados e, sobretudo, com a presença do poder público nessas áreas, atuando como agente promotor do desenvolvimento econômico e social (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 1996).

Em 1994, o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB/RJ), com o apoio da Empresa Municipal de Informática e Planejamento (IPLANRio), organizou um “Concurso Público para a seleção de propostas metodológicas e físico-espaciais relativas à urbanização de favela no município do Rio de Janeiro”, com o objetivo de elaborar projetos de intervenção.

Implantação de melhorias físico-ambientais que integrem as favelas aos bairros onde se localizam, preservando suas especificidades, através da complementação da estrutura urbana em cada uma das favelas;
Introdução de valores urbanísticos presentes no restante da cidade, tais como condições básicas de acesso e circulação viárias, infraestrutura urbanística essencial, equipamentos urbanos, contando com a adesão e a participação da população residente durante o processo de implantação das melhorias físico-ambientais. (IPLANRIO/PMRJ, 1994, p. 2 apud BRASILEIRO e DUARTE, 2015, p. 81).

O projeto Favela-Bairro teve início de forma piloto na favela do Andaraí²³, em janeiro de 1994, sendo financiado exclusivamente com recursos da Prefeitura até 1996. Nesse período, o Favela-Bairro atuou em apenas 16 favelas, majoritariamente localizadas na zona norte do Rio de Janeiro.

Apesar das intervenções públicas nas favelas durante a década de 1980, no início dos anos 1990, a infraestrutura dessas comunidades e, principalmente, o aspecto jurídico, ainda eram extremamente precárias. Apenas 20% das favelas contavam com rede de

²³ As demais favelas foram: Caminho do Job (Pavuna), Canal dos Tachas/ Vila Amizade (Recreio dos Bandeirantes), Chácara Del Castilho (Del Castilho), Conjunto Residencial Fernão Cardim (Méier), Ladeira dos Funcionários/Parque São Sebastião (Caju), Mata Machado (Alto da Boa Vista), Morro da Fé (Penha), Morro do Escondidinho (Santa Teresa), Morro dos Prazeres (Santa Teresa), Morro União (Pavuna), Parque Proletário do Grotão (Penha), Parque Royal (Ilha do Governador), Serrinha (Madureira), Três Pontes (Santa Cruz) e Vila Cândido/ Guararapes/ Cerro-Corá (Cosme Velho) (BRASILEIRO; DUARTE, 2015, p. 81); (LEITÃO et al, 2022).

esgoto, 60% tinham acesso à água corrente, 85% estavam conectadas à rede elétrica, e somente 3,7% possuíam título de propriedade (Burgos, 2006, p. 45), (Gonçalves 2013, p. 327).

Brasileiro e Duarte (2015, p. 81) indicam que as favelas foram selecionadas com base no nível de urbanização existente e na quantidade de moradores. Cardoso e Araújo (2007, p. 288), complementam que essa escolha também considerou a necessidade de resultados a curto prazo, visando criar um efeito de demonstração. Na primeira fase do projeto, priorizou-se as favelas de porte médio, com 500 a 2.500 domicílios, caracterizadas por déficit de infraestrutura, vulnerabilidade socioeconômica e maior viabilidade de urbanização. Burgos (2006, p. 49) ressalta que as favelas maiores implicariam em custos elevados, enquanto as menores poderiam dispersar os efeitos das ações. Além disso, as favelas de porte médio abrigam cerca de 40% da população local e representam um terço do total de favelas.

Segundo Gonçalves (2013, p. 328), o sucesso da primeira fase do projeto Favela-Bairro levou o município a criar o Programa de Regularização dos Estabelecimentos Populares do Rio de Janeiro (PROAP-Rio), por meio do Decreto nº 14.332, de 7 de novembro de 1995. Sob a gestão da Secretaria Municipal de Habitação (SMH) e com um financiamento de aproximadamente 200 milhões de reais do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o PROAP expandiu sua capacidade de atuação. De acordo com Brasileiro (2000, p. 80), entre os programas habitacionais da Prefeitura, apenas dois fizeram parte do PROAP: Favela-Bairro e Regularização de Loteamentos. Dessa forma, nessa nova fase, o Favela-Bairro selecionou 130 comunidades para integrar o programa.

Posteriormente, na gestão do prefeito Luiz Paulo Conde (1997-2000), foram implementados dois programas distintos que atenderam a essas diferentes situações. O primeiro, financiado pela Caixa Econômica Federal com um orçamento 56 milhões de reais, foi destinado às grandes favelas da cidade²⁴, beneficiando aproximadamente de 83 mil pessoas (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 1996). O segundo, conhecido como "Bairrinho"²⁵, funcionou como uma versão reduzida do programa

²⁴ O Programa Grandes Favelas concentrou seus esforços em obras de urbanização em três importantes favelas do Rio de Janeiro: Rio das Pedras, com 6.000 domicílios; Jacarezinho, com 12.000 domicílios; e Fazenda Coqueiros, com 2.965 domicílios (XIMENES E JAENISCH, 2019, p. 9); (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 1996, p. 31).

²⁵ Parque Conquista, Morro do Gari, Jurema Aires, Morro do Vigário, Vila Elza, Unidos de Santa Teresa, Santa Alexandrina; Morro Azul, Babilônia, Vila Pereira da Silva, Chapéu Mangueira, Vila Parque da Cidade, Vila Benjamin Constant, Vila Canoas, Pedra Bonita; Comunidade Agrícola de Higienópolis, Inácio Dias, Praia Rosa, Sapucaia, Vila Santo Antônio, Comunidade N. Sra. da Apresentação, Final Feliz, Vila

Favela-Bairro, com menor grau de intervenção, voltado para favelas com até 500 domicílios, beneficiando cerca de 43 mil pessoas (Brasileiro e Duarte, 2015, p. 81).

Em 2000²⁶, a Prefeitura do Rio de Janeiro renovou o contrato com o BID, permitindo a expansão do programa, beneficiando mais 96 favelas (Ximenes E Jaenisch, 2019, p. 9). Segundo Leitão *et al* (2022), nessa segunda fase, além da infraestrutura urbana, o Favela-Bairro também impulsionou o desenvolvimento de jovens, criando oportunidades de renda e trabalho para os moradores. No entanto, de acordo com Cardoso e Araújo (2007, p. 294) o PROAP II trouxe uma modificação significativa ao ampliar o limite de remoção de moradores de 5% para 8%, com o objetivo de reduzir a densidade populacional nas favelas.

Importa ressaltar que o *know-how* adquirido pelos técnicos do município que haviam trabalhado no projeto Mutirão, na década de 1980, foi fundamental para o sucesso do programa Favela-Bairro (Gonçalves, 2013, p. 327) e (Leitão *et al*, 2022). Este programa se revelou uma forma de gestão integrada, capaz de congrega diversos organismos públicos para realizar a urbanização das favelas.

De acordo com Brum (2018, p. 129) o principal benefício do programa era a geração de empregos locais, uma vez que parte da mão de obra, diferentemente de programas anteriores, devia ser contratada entre os próprios moradores e remunerada.

Uma das críticas ao papel dos poderes públicos nas favelas é a de que eles terceirizaram responsabilidades que lhes cabiam para setores privados, como Organizações Não Governamentais (ONGs) e associações de moradores. Gonçalves (2013, p. 328) argumenta que, dessa forma, a Prefeitura mantinha seus interesses clientelistas e reduzia seus gastos com pessoal. Assim, o programa Favela-Bairro ficou mais marcado por suas obras urbanísticas do que por seus avanços sociais.

Cambuci, Barro Preto; Novo Palmares, Tijuquinha, Muzema, Vila da Paz, Cambalacho; Carumbé, Vila Verde, Areal, Comunidade São Jerônimo, Jardim Bela Vista, Agulhas Negras, Luís Fernando Vitor Filho, Vila Moretti, Vila São Bento, Vila União da Paz (CARDOSO e ARAÚJO, 2007, p. 289).

²⁶ Segundo (Ximenes e Jaenisch, 2019, p. 9), esses dois contratos passaram a ser denominados PROAP I (1997-2000) e PROAP II (2000-2004).

Figura 10 — Mapa de Intervenções do Programa Favela Bairro



Fonte: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro²⁷.

Uma das questões que gerou insatisfação em relação ao Programa Favela-Bairro foi a percepção de injustiça por parte dos moradores dos bairros próximos às favelas beneficiadas. Segundo Brasileiro (2000, p. 83), esses moradores reclamavam de pagar um Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) elevado, enquanto as favelas recebiam melhorias sem custos diretos para seus residentes. Esse sentimento de desigualdade levou alguns a acreditar que o programa estava “recompensando” as invasões de terrenos, o que poderia, em suas opiniões, incentivar o surgimento de novas favelas e ocupações. Gonçalves (2013, p. 326) acrescenta que a gestão de César Maia, por meio do programa, visava converter os moradores das favelas em potenciais contribuintes.

A ausência de uma participação popular efetiva na elaboração e na execução do projeto também foi bastante criticada. Embora o Favela-Bairro incluísse a participação da comunidade como um de seus princípios fundamentais, na prática, essa participação se revelou limitada e insuficiente. As assembleias convocadas para discutir os projetos urbanísticos atraíram poucos moradores, e aqueles que compareceram não tinham o poder de decisão real sobre as intervenções. Assim, a participação popular acabou servindo mais como uma forma de legitimar as ações públicas do que como um verdadeiro mecanismo de democratização da política urbana (Gonçalves, 2013, p. 330).

Uma das medidas adotadas pela prefeitura para prevenir o crescimento descontrolado das favelas atendidas pelo projeto Favela-Bairro foi a criação do Posto de Orientação Urbanística e Social (Pouso). Esse órgão tinha a função de garantir a

²⁷ Disponível em: <http://www0.rio.rj.gov.br/habitacao/mapas.htm#>. Acessado em 22 de agosto de 2024.

conservação dos equipamentos e serviços instalados pelo projeto, além de orientar e fiscalizar as construções dos moradores. No entanto, como observa Gonçalves (2013, p. 332), a falta de investimentos municipais nessa área, aliada à inexistência de uma legislação específica para as edificações na maioria das favelas, limitou o papel dos Pousos a uma função meramente orientadora, sem condições de exercer uma fiscalização eficaz sobre as obras.

Ximenes, Cardoso e Luft (2023, p. 1000) apontam que a política habitacional durante a gestão do prefeito César Maia passou por alterações significativas. Entre 1993 e 2001, a gestão foi marcada por uma maior garantia de proteção, com ênfase no atendimento a demandas específicas formuladas por lideranças políticas externas à administração municipal. A partir de 2001, no entanto, houve uma mudança notável, com a incorporação da intermediação de vereadores e lideranças políticas locais nos processos decisórios da SMH. Burgos (2006, p. 51) destaca que, na primeira fase, o programa Favela-Bairro, se distinguiu por sua limitada exposição a atores políticos, operando sem o envolvimento direto de partidos e organizações sociais. Essa dinâmica sugere um modelo de gestão que, apesar das pressões externas, conseguiu preservar um certo grau de autonomia na execução dos projetos habitacionais.

Segundo Gonçalves (2013, p. 332), embora o Favela-Bairro tenha promovido melhorias nas condições de vida em várias favelas, o programa revelou importantes limitações, especialmente na formulação e execução de políticas sociais e na regularização fundiária desses territórios. Além disso, as obras realizadas pelo programa, frequentemente de qualidade questionável, não asseguraram a plena integração dessas áreas à administração municipal. Como resultado, os serviços públicos nessas regiões continuaram a ser oferecidos de forma precária, evidenciando uma disparidade em relação aos demais bairros da cidade.

Ainda assim, o Favela-Bairro evidenciou uma abordagem limitada e insuficiente diante da complexidade das favelas, ao focar em melhorias pontuais sem atacar as raízes estruturais da exclusão urbana. A falta de políticas sociais robustas e a precariedade das obras realizadas reforçaram o ciclo de desigualdade, deixando muitas comunidades à margem da cidade formal. Nesse contexto, o Programa Morar Carioca surgiu com a promessa de superar as falhas de seu antecessor, propondo uma política mais integrada e ambiciosa, mas também enfrentando desafios que colocariam em xeque sua efetividade.

1.3.3 Programa Municipal de Integração de Assentamentos Precários Informais - Morar Carioca (2009-2016)

O Programa Morar Carioca foi instituído como uma política voltada para a regularização urbanística e fundiária dos assentamentos precários e informais da cidade do Rio de Janeiro. Essa iniciativa está diretamente alinhada ao Plano Municipal de Habitação de Interesse Social e ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável. Lançado durante a gestão do prefeito Eduardo Paes, por meio do Decreto nº 36.388, de 29 de outubro de 2012, o programa definiu diretrizes essenciais para a reestruturação urbana da cidade.

Entre essas diretrizes, destacavam-se a implantação de infraestrutura urbana e o acesso a equipamentos públicos nas áreas reconhecidas e mapeadas pelo Instituto Municipal de Planejamento Pereira Passos (IPP). O programa também estabelecia a produção de unidades habitacionais nas proximidades dos assentamentos e a eliminação de áreas de risco, com realocação dos moradores quando necessário, por meio de indenização, compra assistida ou construção de novas moradias.

Além disso, o Morar Carioca propunha a regularização urbanística e fundiária de todos os assentamentos já urbanizados, a implementação de um programa de monitoramento para controlar a expansão de ocupações irregulares e a elaboração de subsídios para o reconhecimento oficial dos logradouros inseridos nos assentamentos, em apoio às atividades do POUISO. O programa também acompanhava projetos de financiamento, como o PROAP III, utilizando recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social ou de outras fontes, conforme definido no Regulamento Operacional (RIO DE JANEIRO, 2012).

De acordo com Ximenes e Jaenisch (2019, p. 11), o Programa Morar Carioca representou uma continuidade em relação às políticas anteriores de urbanização de favelas, mas incorporou inovações importantes que refletiam a conjuntura política da época. A concepção, o desenho institucional e as intervenções do programa foram estrategicamente alinhadas ao objetivo de preparar a cidade para os Jogos Olímpicos. O então prefeito Eduardo Paes apresentou o “ciclo olímpico” como principal viabilizador dessas intervenções, promovendo o Morar Carioca como parte de um “legado” para a cidade.

Conforme apontado por Cardoso et al. (2021, p. 111), Leitão et al. (2022) e Ximenes e Jaenisch (2019, p. 11), o programa Morar Carioca foi inicialmente anunciado

em julho de 2010, com o ambicioso objetivo de urbanizar todas as favelas da cidade até 2020, exceto aquelas já contempladas por políticas anteriores ou consideradas inviáveis para urbanização. O programa previa um investimento total de aproximadamente 8 bilhões de reais, dos quais 2 bilhões já haviam sido alocados até 2012, como parte do plano de metas da cidade para os Jogos Olímpicos de 2016 (Leitão e Delecave, 2011, p. 77).

A execução do Programa Morar Carioca foi estruturada em três fases. A primeira, como ressaltam Cardoso *et al.* (2021, p. 111) e Ximenes e Jaenisch (2019, p. 11), teve início nos primeiros meses de 2010 e envolveu a incorporação de projetos cujos financiamentos já estavam em fase de contratação e execução, ou que faziam parte do banco de projetos da Secretaria Municipal de Habitação (SMH). Obras como as realizadas nas favelas Chapéu Mangueira e Babilônia eram parte de iniciativas anteriores e ainda contavam com recursos do PROAP (Cavalcanti, 2017, p. 213).

Nesse contexto, Cardoso *et al.* (2021, p. 112) destacam que Paes se beneficiou do fato de que o PROAP III, negociado durante a gestão anterior de César Maia, só foi contratado efetivamente em sua administração. Essa circunstância permitiu a Eduardo Paes iniciar suas ações de urbanização enquanto capitalizava politicamente sobre a conclusão de obras iniciadas nas gestões anteriores. Essa interpretação é corroborada por Souza (2014, p. 5), que sugere que a declaração do secretário municipal de Habitação, Jorge Bittar, anunciando que as favelas Chapéu Mangueira, Babilônia, Pedreira, Chapadão e Turano seriam beneficiadas pelo programa Morar Carioca, conforme reportado pelo jornal O Globo²⁸, marcaria a primeira fase do programa.

Devido às fortes chuvas de 2010 e ao conseqüente risco de deslizamentos, em agosto daquele ano foram anunciadas intervenções urbanísticas no âmbito do programa Morar Carioca. As obras abrangeram os Morros da Coroa, em Santa Teresa e São José Operário em Jacarepaguá, conforme relatado por Souza (2014, p. 3).

A segunda fase do Programa Morar Carioca, iniciada em outubro de 2010, começou com o lançamento do “Concurso Morar Carioca: Conceituação e Prática em Urbanização de Favelas,” uma iniciativa promovida em parceria com o IAB/RJ, sob a presidência de Sérgio Magalhães²⁹. O objetivo do concurso, segundo a Prefeitura do Rio

²⁸ O Globo, 17 de janeiro de 2011.

²⁹ Sérgio Magalhães desempenhou funções importantes na administração pública, com destaque para os cargos de Subsecretário de Urbanismo (1986-1988) e Secretário Municipal de Habitação (1993-2000) na Prefeitura do Rio de Janeiro. Atuou também como diretor de Urbanismo na Prefeitura de Niterói (1989-

de Janeiro³⁰, era selecionar equipes multidisciplinares lideradas por arquitetos urbanistas para desenvolver projetos de urbanização em diversas favelas na cidade³¹. Como resultado, 40 escritórios de arquitetura e urbanismo foram escolhidos para conduzir esses projetos.

Essas equipes apresentaram intervenções mais ousadas, que incluíam significativas reestruturações da malha urbana das favelas. Entre as propostas, destacaram-se a abertura de vias de maior porte, a construção de teleféricos e planos inclinados, e a criação de conjuntos habitacionais verticalizados que liberariam áreas para espaços de recreação e lazer. Tais propostas, apresentadas em diferentes versões, visavam assegurar assim melhores condições de habitabilidade para a população local, conforme descrito por Leitão e Delecave (2011, p. 78).

Os escritórios de arquitetura e urbanismo receberam como áreas de atuação grupos de favelas organizados em agrupamentos. De acordo com Cavalcanti (2017, p. 217), essa nova metodologia de contagem, que introduziu o conceito de agrupamento, reduziu o número total de favelas de 1.020 para 625. Complementando essa análise, Corrêa (2019, p. 45) aponta que, com essa abordagem, 539 favelas foram organizadas em 144 complexos, enquanto 481 permaneceram isoladas.

Embora o programa Morar Carioca tenha recebido ampla visibilidade na mídia, poucos contratos foram firmados durante sua segunda fase, e as intervenções não seguiram o cronograma previsto. Como resultado desse comprometimento, o programa não avançou para a terceira fase, que, conforme o planejamento original, deveria abranger as demais favelas urbanizáveis com mais de 100 domicílios (Tribunal de Contas do Município/RJ, 2011). Segundo Cardoso *et al.* (2021, p. 113), o Programa Morar Carioca acabou se transformando em uma “marca de gestão”, pois apenas deu continuidade a ações que já estavam planejadas com financiamentos federais e internacionais.

Nesse cenário, as fragilidades do Morar Carioca são ilustradas de forma concreta ao se observar a realidade das favelas da Babilônia e do Chapéu-Mangueira, localizadas no Morro da Babilônia, Zona Sul do Rio de Janeiro. Apesar de sua localização privilegiada e de seu potencial para integração ao tecido formal da cidade, essas

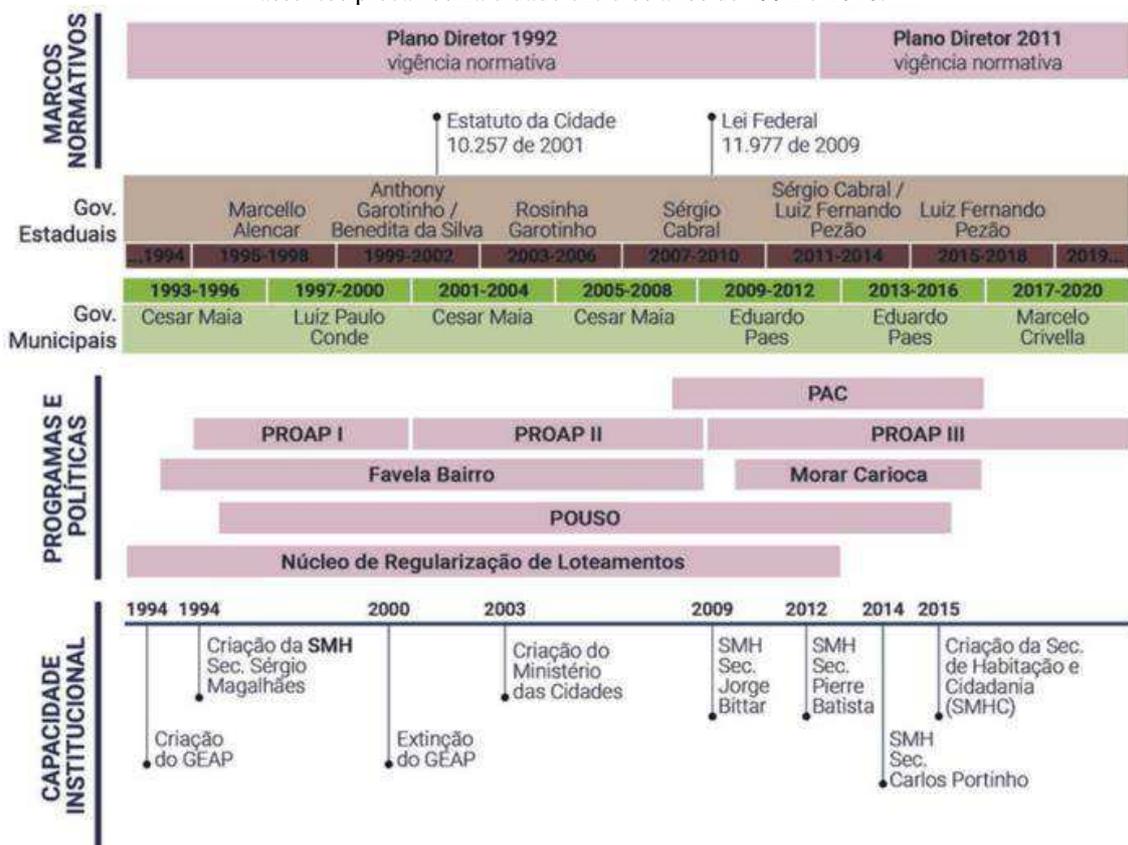
1992). No Governo do Estado do Rio de Janeiro, ocupou os postos de Secretário de Projetos Especiais (2001-2002) e Subsecretário de Desenvolvimento Urbano (2003-2004).

³⁰ O aviso de Edital do Concurso Público IAB-RJ/ SMH nº 01/2010 foi publicado no Diário Oficial do Município em 13 de outubro de 2010, p. 66.

³¹ Disponível em: <https://concursosdeprojeto.org/2010/10/16/concursomorararioca/>. Acessado em 24 de agosto de 2024.

comunidades continuam enfrentando desafios históricos decorrentes da ausência de políticas públicas efetivas e contínuas.

Figura 11 — Quadro-síntese dos principais marcos da trajetória de urbanização e regularização de assentos precários na cidade entre os anos de 1992 e 2016.



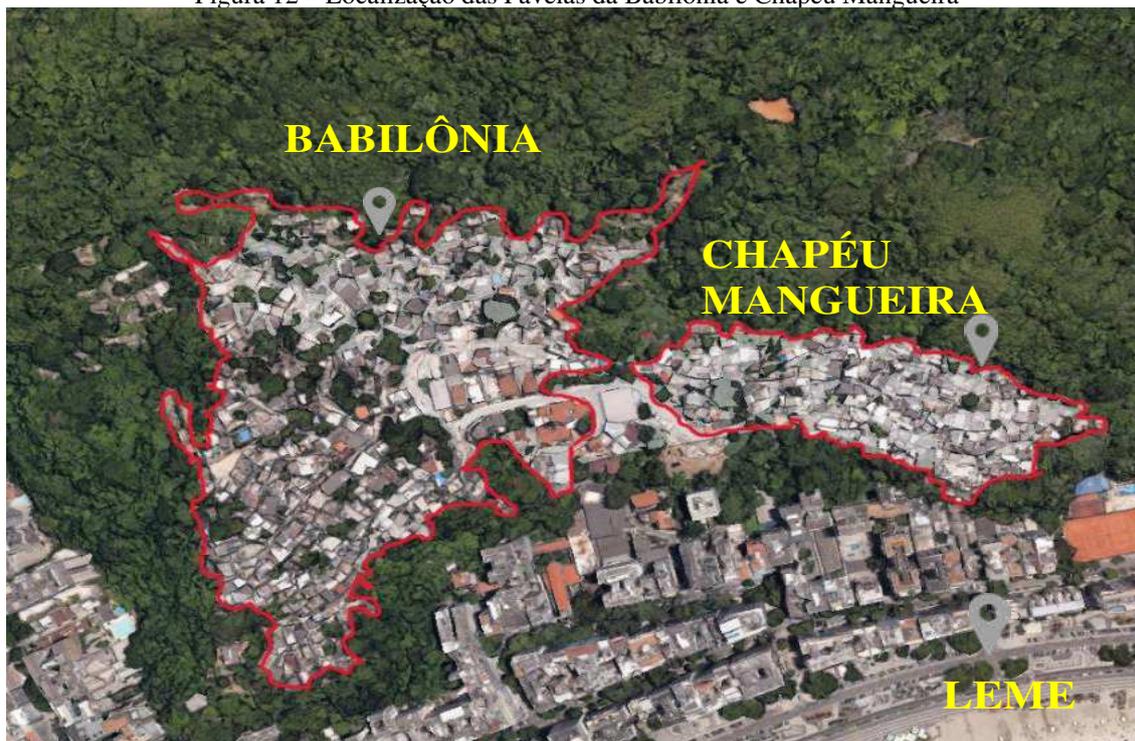
Fonte: Ximenes, Cardoso e Luft (2023, p. 1009).

2 A FAVELA DA BABILÔNIA E O PROGRAMA MORAR CARIOCA VERDE

2.1 BREVE HISTÓRICO DA FAVELA DA BABILÔNIA

O Morro da Babilônia, onde se localizam as favelas da Babilônia e Chapéu-Mangueira, está situado no bairro do Leme, Zona Sul do Rio de Janeiro, próximo ao Forte Duque de Caxias, no Morro do Leme. De acordo com Terry (2018), esse forte, que substituiu o Forte do Vigia construído entre 1776 e 1799, inicialmente não tinha funções de artilharia, sendo utilizado apenas para vigiar a entrada da Baía de Guanabara e sinalizar a presença de invasores para outros fortes da cidade.

Figura 12 – Localização das Favelas da Babilônia e Chapéu Mangueira



Fonte: Elaboração da autora com base no Google Earth, 2024.

A importância estratégica do Morro da Babilônia remonta ao século XIX, quando o governo e o exército brasileiros atribuíram à área uma função defensiva. Um exemplo dessa vocação é a construção da estação telegráfica em 1805, um ponto de observação militar erguido no topo do morro. Esse papel defensivo foi reforçado em meados do século XX, durante a Segunda Guerra Mundial. Em 1943, o Morro da Babilônia foi novamente utilizado pelo exército como base de vigilância costeira, o que levou à construção de casamatas no local (DOCUMENTAÇÃO COOPBABILÔNIA - REVISTA RIO SUL, 2015 apud GONÇALVES, 2017).

Em 1907, os periódicos *O Paiz e Correio da Manhã* já reportavam a ocupação da Babilônia, destacando a história de José Carlos de Andrade, um ex-militar que, impossibilitado de pagar o aluguel na cidade, estabeleceu sua moradia no morro. Andrade, que já vivia há 14 anos na favela da Babilônia, exemplifica como a falta de recursos econômicos para manter-se em habitações formais força indivíduos a buscarem alternativas em áreas informais. Sua história não é isolada, mas sim representativa de um fenômeno mais amplo, em que a exclusão econômica e a ausência de políticas habitacionais eficazes impulsionam a expansão das favelas.

- quanto paga você de aluguel por isto?

- alugué. uai! a gente não paga nada: o morro é do governo. lá p'ra baixo, sim, é d'um inglêz que aluga, mas d'aqui p'ra cima, como isso já teve baterias, é assim como veterano, é militá reformado. a gente chega, escoie um canto, finca os esteios, barreira e fica morando. (Correio da Manhã, 1907, edição nº 3050, de 02 de jun.)³².

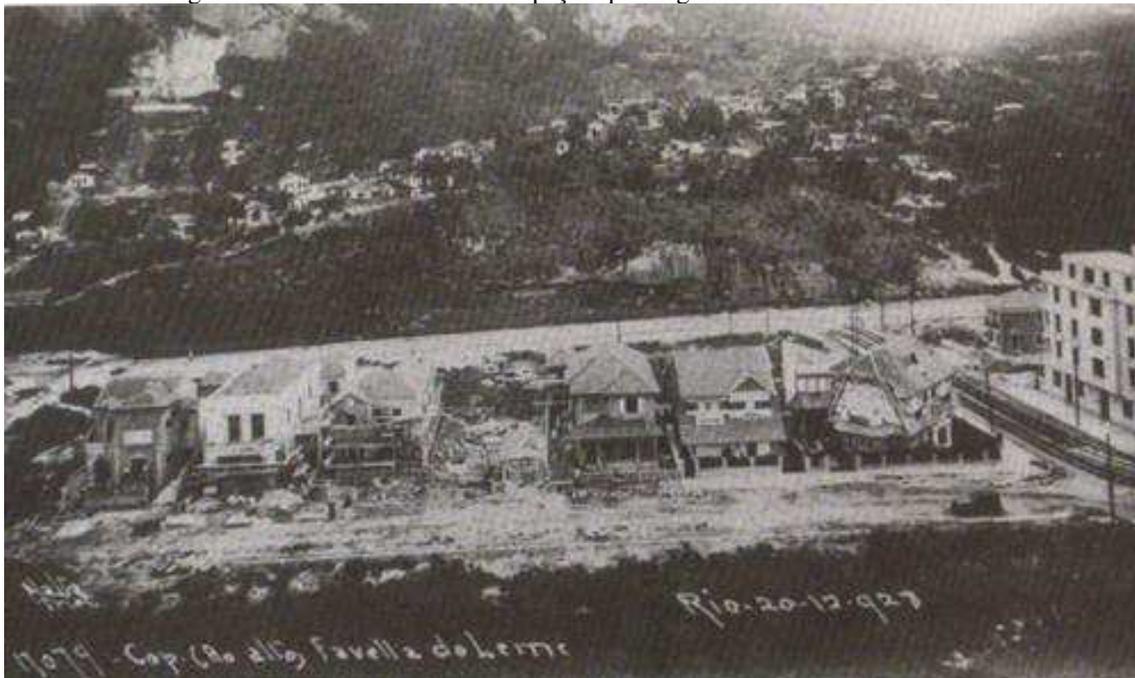
A reportagem reforça a ideia de que a ocupação da favela da Babilônia teve início no começo do século XX, impulsionada principalmente por militares da reserva de baixa patente, retomando a visão de Valladares de que as ocupações aconteceram com a autorização do Exército.

Em entrevista de campo, Morador 1 relatou que a favela da Babilônia se originou da Favela do Morro do Leme. Havia uma passagem externa ao portão do forte que conectava os dois morros, e a favela se localizava nesse espaço intermediário. A última moradora a deixar a ocupação foi a Dona Tereza, conhecida por oferecer água aos pescadores que passavam.

Minha família, parte de mãe, vem desse tempo, de 1915 a 1939, quando o Exército declarou a área como de segurança militar por causa da Segunda Guerra Mundial. Pouquíssimas casas ficaram, entre elas Dona Tereza, mãe da Emília, que foi a última moradora a deixar a ocupação chamada de Morro do Leme (ou Morrinho do Leme). Nessa linha do tempo, meu avô Seu Pedro Bananeira, chegou ao Leme por volta de 1916. Parte da minha família deixou a comunidade no final dos anos 30, e a outra pediu ao Comandante do Forte permissão para construir a casa mais para o lado da Babilônia. A casa da Tia Odília foi construída em 1938, onde depois construíram a primeira caixa d'água do morro, em um trabalho liderado por José Pinto da Gama, seu marido. Odília é a única filha do Pedro Bananeira que ainda mora na Babilônia (na mesma casa). Muitos tios fizeram suas casas na região que depois ficou conhecida como Cisterna. Meu padrinho, Waldemar Ferreira, casado com Dona Alcidéa, trabalhava na lubrificação no Bondinho da Praia Vermelha; ele também morava na Cisterna e foi ele que levou alguns pedidos para o Comandante do QG da Praia Vermelha, solicitando a permanência dos moradores (Morador 1, 2024).

³² Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_01&pagfis=13517. Acessado em: 09 de janeiro de 2024.

Figura 13 — Morro do Leme: ocupação que originou a Favela da Babilônia.



Fonte: Augusto Malta (20/12/1927).

Ainda de acordo com o relato dos moradores, identificou-se que, naquela época, o acesso à favela se dava principalmente pela Ladeira do Leme e pela Avenida Princesa Isabel, uma vez que a Ladeira Ary Barroso ainda não era uma rota permitida.

A favela da Babilônia se espalhava desde a Ladeira do Leme, dobrava para o lado da Avenida Princesa Isabel e ia até o Forte Duque de Caxias. A atual Ladeira Ary Barroso era propriedade particular, e não havia permissão de passagem por ela. A principal entrada passou a ser por Botafogo, próximo à Igreja Santa Therezinha e pela Praça Cardeal Arcoverde (Morador 1, 2024).

Polycarpo (2023) aponta que, até meados do século XX, a ocupação da favela avançou principalmente por três acessos, os quais desempenharam um papel fundamental em seu desenvolvimento. O primeiro era a Ladeira do Leme, que também oferecia passagem para o posto dos telégrafos. O segundo permitiu a expansão da favela Babilônia pela encosta oeste, voltada para a Avenida Princesa Isabel, por meio de uma escadaria de serviço que existiu até a década de 1940, próxima à entrada do Túnel Novo. Já o terceiro caminho se formou a partir de trilhas oriundas da área do Forte, ramificando-se em direção às instalações militares na Praia Vermelha e a pequenos núcleos de ocupação no topo da Pedra do Urubu e no caminho da Pescaria.

Inicialmente, a ocupação se organizava a partir das áreas mais altas do morro, espalhando-se pelos acessos que conectavam os extremos opostos da elevação. Somente a partir de meados do século XX a ocupação começou a se deslocar em direção a Ladeira

Ary Barroso. Com o tempo, novos acessos foram sendo abertos, como a escadaria conhecida como Beco do Zé — construída entre prédios da Rua Gustavo Sampaio, entre as Ruas Aurelino Leal e Martim Afonso —, além de uma pequena estrada que atravessa a mata, acessível pelos fundos do Shopping Rio Sul, na Rua Lauro Müller, em Botafogo.

Esses novos acessos passaram a coexistir diretamente com os bairros de camadas médias e altas da Zona Sul, especialmente após a expansão urbana dessas áreas.

Figura 14 — Ladeira Ari Barroso - atual acesso às favelas da Babilônia e Chapéu Mangureira



Fonte: Google Earth

Nas áreas mais altas do morro da Favela da Babilônia, ainda é possível encontrar antigas construções de pau-a-pique³³, que testemunham o início da ocupação no topo e sua posterior expansão para as partes mais baixas. Esse padrão de assentamento pode ser interpretado como uma estratégia para controlar o crescimento da favela, especialmente considerando que os primeiros moradores eram soldados do Forte do Leme. Além disso, o Código de Obras, em seu artigo 292, proibia especificamente a construção de barracos de madeira na Babilônia, o que reforça a tentativa de regulamentar o desenvolvimento da área.

A construção de casas de madeira só será permitida em Z.A. [Zona Rural Agrícola] e nos morros situados fora da Z.C. [Zona Comercial], Z.P. [Zona Portuária], Z.I. [Zona Industrial], Z.R.1 [Zona Residencial 1 – parte da Zona Sul atual e algumas ruas da Tijuca e Vila Isabel], não o sendo, entretanto, nos morros de Santa Teresa, do Pasmado, da Babilônia e nas vertentes do lado do mar dos morros de São João, da Saudade, dos Cabritos e do Cantagalo (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1937; Gonçalves, 2013).

³³ Técnica construtiva rudimentar, na qual a parede é feita de ripas ou varas entrelaçadas e revestidas por barro.

Figura 15 — Casa mais antiga da favela da Babilônia.



Fonte: Autora, 2024.

Ao longo de sua história, a Babilônia tem sido um refúgio para famílias oriundas do interior do Rio de Janeiro, Minas Gerais e do Nordeste, criando um mosaico de origens que reforça a diversidade cultural e social presente. Essa diversidade é um reflexo direto da migração interna, um fator crucial na formação das favelas urbanas.

De acordo com o Sistema de Assentamentos de Baixa Renda (SABREN)³⁴, em, 2010, as favelas da Babilônia e Chapéu Mangueira, juntas, somavam quase 4.000 moradores, distribuídos em cerca de 1.100 domicílios. A favela da Babilônia, em particular, abrange as localidades como Buraco, Caixa d'Água, Campinho Babi, Cemitério dos Vivos, Poço, Rodinho, Terreirão e Vila do Sossego.

³⁴ Disponível em: <https://sabren-pcrj.hub.arcgis.com/pages/favelabusca>. Acessado em 19 de agosto de 2023.

Tabela 2 — Quantidade de moradores da Babilônia e Chapéu Mangueira

	<i>Ano</i>	<i>População</i>	<i>Domicílios</i>	<i>Densidade (pop/dom)</i>
<i>Babilônia</i>	2000	1.426	381	
	2010	2.451	777	3,15
<i>Chapéu Mangueira</i>	2000	1.146	311	
	2010	1288	401	3,21

Fonte: Censo IBGE – 2000 e 2010.

Atualmente, existem cerca de 1987 pessoas morando em 838 residências na favela da Babilônia (O GLOBO, 02/08/2024)³⁵.

As favelas da Babilônia e Chapéu Mangueira foram oficialmente reconhecidas como favelas, em 23 de julho de 1981, pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro³⁶. Esse reconhecimento foi um passo importante para a proteção dessas áreas, que mais tarde seriam designadas como Área de Especial Interesse Social (AEIS) pela Lei Municipal nº 2.912, de 29 de outubro de 1999 (RIO DE JANEIRO (RJ), 1999).

No entanto, a importância histórica dessas regiões já havia sido reconhecida antes disso. Em 1973, o Morro da Babilônia foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), um marco importante para a preservação do patrimônio cultural do local.

Em 1995, o Morro da Babilônia recebeu dois importantes projetos de iniciativa da Prefeitura do Rio de Janeiro: o Projeto Mutirão de Reflorestamento, focado na recuperação de vegetação nas encostas e o controle da expansão das favelas, e o Programa Educativo em Áreas Protegidas. De acordo com Barbosa (2021), o projeto na Babilônia foi impulsionado por uma série de desastres naturais, como deslizamentos de terra durante as chuvas e incêndios nas secas, quando o capim-colonião, uma espécie invasora que substituiu a Mata Atlântica nativa.

A implementação desses projetos resultou na formação da Cooperativa de Trabalhadores em Reflorestamento e Prestação de Serviços da Babilônia (COOPBABILÔNIA), cuja mão-de-obra é composta pelos próprios membros da favela (Novaes, 2017, p. 117). Anos depois, por iniciativa da Prefeitura do Rio de Janeiro e da Associação de Moradores, foi criada a Área de Proteção Ambiental (APA) dos Morros

³⁵ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2024/08/02/crescimento-para-o-alto-verticalizacao-de-construcoes-explica-aumento-da-populacao-em-favelas-do-rio.ghtml>. Acessado em 13 de setembro de 2024.

³⁶ Disponível em: <https://sabren-pcrj.hub.arcgis.com/pages/favelabusca>. Acessado em 19 de agosto de 2023.

da Babilônia e de São João, por meio do Decreto nº 14.874, de 11 de junho de 1996 (RIO DE JANEIRO (RJ), 1996).

Mais recentemente, foi instituído o Parque Natural Municipal Paisagem Carioca (PNM Paisagem Carioca), pelo Decreto nº 37.231 de 5 de junho de 2013, com o objetivo de proteger e conservar a qualidade ambiental (RIO DE JANEIRO (RJ), 2013).

A partir de 2001, a recuperação ambiental no Morro da Babilônia começou a ser conduzida pela COOPBABILÔNIA, em parceria com o Condomínio do Edifício Rio Sul Center e a Prefeitura do Rio de Janeiro. Essa colaboração foi estabelecida como resultado de uma infração cometida pelo shopping. A construção do quarto pavimento do edifício excedeu os limites permitidos pela legislação, o que levou à aplicação de uma multa. Como medida compensatória, o shopping concordou em firmar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), comprometendo-se a financiar o projeto de reflorestamento por quatro anos. Segundo Carvalho (2016, p. 14), o sucesso do projeto foi tão expressivo que o Rio Sul continuou assumindo a responsabilidade pelo pagamento dos membros da CoopBabilônia.

Figura 16 - Morro da Babilônia e Morro de São João antes (1998) e após o reflorestamento (2008).



Fonte: <http://cidadeinteira.blogspot.com.br/2010/09/memoria.html>.

Essa experiência de reflorestamento no Morro da Babilônia, articulada por meio de parcerias público-privadas, demonstra como iniciativas locais podem aliar recuperação ambiental e inclusão social, servindo como referência para políticas de urbanização sustentável. Nesse contexto, o Morar Carioca Verde buscou ampliar essa abordagem, trazendo a sustentabilidade como eixo central para a requalificação das favelas cariocas.

2.2 MORAR CARIOCA VERDE

O Morar Carioca Verde, lançado em 2010 pela Prefeitura do Rio de Janeiro, foi uma iniciativa que buscava aliar a urbanização de favelas à promoção de práticas sustentáveis, visando a inclusão social e a sustentabilidade ambiental. Como parte do Morar Carioca, o projeto tinha a ambiciosa meta de urbanizar todas as favelas da cidade até 2020, beneficiando cerca de 280 mil domicílios. Entretanto, o Morar Carioca Verde se destacou por ir além da urbanização tradicional, propondo um modelo que integrasse a melhoria da infraestrutura com ações voltadas à redução dos impactos ambientais, em especial nas áreas mais vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas.

O projeto piloto “Morar Carioca Verde” foi implementado na favela da Babilônia, em 4 de junho de 2011, como parte de uma iniciativa da administração municipal do Rio de Janeiro para promover práticas de desenvolvimento sustentável, em consonância com os temas que seriam discutidos na Rio+20 – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. A ideia era aproveitar a visibilidade que o evento internacional traria para o Rio de Janeiro e promover um modelo de urbanização em áreas vulneráveis com um enfoque ambiental.

Segundo Perbeils e Bastos (2019, p. 1320), o plano original para a Babilônia previa a construção de três empreendimentos de habitação popular, dos quais apenas dois - os edifícios HAB 2 e HAB 3 - foram concluídos. O edifício HAB 2, com 16 unidades, foi financiado pela Caixa Econômica Federal (CEF) e se tornou o primeiro projeto de habitação popular do Rio de Janeiro a obter uma certificação ambiental, recebendo o Selo Casa Azul, nível ouro, devido às suas práticas sustentáveis.

A escolha das favelas Chapéu Mangueira e Babilônia para a implementação do Morar Carioca Verde foi estratégica, considerando sua localização privilegiada na Zona Sul do Rio de Janeiro, próximas a cartões-postais e à paisagem reconhecida como Patrimônio da Humanidade³⁷ pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Segundo Terry (2018), essas favelas já reivindicavam projetos de urbanização desde 2004, após a paralisação do programa “Bairrinho³⁸”,

³⁷ Em 01 de julho de 2012, o Rio de Janeiro foi reconhecido como Patrimônio Mundial Cultural e Natural pela Unesco. Entre os patrimônios da cidade encontramos o Cristo Redentor, o Pão de Açúcar, Morro do Leme, Forte do Leme, Aterro do Flamengo, Enseada de Botafogo, Praia de Copacabana. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1836/#:~:text=O%20patrim%C3%B4nio%20tombado%20inclu%C3%A9%20o,monumentos%20do%20Leme%20e>. Acessado em 30 de setembro de 2024.

³⁸ O Programa Bairrinho nas favelas mencionadas foi executado por meio do processo administrativo nº 16/001162/00, contrato nº 66/00 celebrado entre a Secretaria Municipal de Habitação e a Empresa Geomecânica S/A, com uma estimativa de custo das obras de R\$ 1.375.898,30. Na favela do Chapéu

evidenciando uma demanda histórica por melhorias urbanas. Além da localização, outros fatores foram determinantes para a seleção, como a presença de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP)³⁹, que proporcionava maior controle territorial, e o envolvimento ativo da favela em iniciativas ecológicas, reforçando a narrativa de sustentabilidade que o programa buscava promover. Vale destacar que ambas as favelas já haviam sido alvo de intervenções urbanísticas anteriores conduzidas pela Secretaria Municipal de Habitação (SMH), como observado por Carvalho, Terry e Javosky (2016, p. 688), o que também pode ter contribuído para a escolha desses territórios como projetos-piloto do programa.

Durante a Rio+20, mesmo com as obras do Morar Carioca Verde ainda em andamento, o projeto ganhou notoriedade internacional, especialmente com a visita de autoridades como o prefeito de Nova York, Michael Bloomberg, que foi às favelas da Babilônia e Chapéu Mangueira. Esse evento reforçou a imagem do Rio de Janeiro como uma cidade que buscava conciliar a urbanização de suas comunidades com práticas ecológicas, promovendo-as como espaços ecoturismo e de urbanização ecológica.

O investimento estimado em R\$ 43,4 milhões⁴⁰ pela prefeitura não se limitou à construção de unidades habitacionais, mas incluiu uma série de intervenções urbanísticas voltadas para a sustentabilidade. Essas intervenções incluíram a contenção de encostas, reflorestamento, instalação de iluminação pública com tecnologia LED, criação de áreas de lazer e praças, e a restauração de vias como a Ladeira Ary Barroso. Segundo Bovier (2016, p. 60), uma das maiores inovações do projeto foi a adoção de materiais alternativos e técnicas de microjardinagem, visando reduzir a impermeabilização do solo e mitigar os efeitos das enchentes, além de implementar sistemas de coleta seletiva e aquecimento solar.

O edifício HAB 2, um dos principais empreendimentos do projeto, foi construído com estruturas metálicas recicladas e tijolos ecológicos, e utilizava reuso de águas pluviais e esgotos tratados para descarga nos vasos sanitários. Medidores individuais de

Mangueira, a obra teve início em 02 de outubro de 2000 e foi concluída em 08 de dezembro de 2002. Já na Babilônia o início e a finalização da obra ocorreram, respectivamente, em 04 de dezembro de 2003 e 03 de setembro de 2005.

³⁹ Projeto da Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro, instituído pelo Decreto nº 41.650, de 21 de janeiro de 2009, e regulamentado pelo Decreto nº 42.787, de 06 de janeiro de 2011. O objetivo foi recuperar o controle territorial de áreas dominadas por grupos de criminosos armados e acabar com os confrontos armados nas favelas. A UPP Babilônia foi implementada em 10 de junho de 2009.

⁴⁰ Informação prestada pela SMH da Prefeitura do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/web/smh/exibeconteudo?article-id=2591671>. Acessado em 19 de agosto de 2023.

consumo de água foram instalados para promover o uso eficiente desse recurso. O projeto também incluiu a implantação do Posto de Orientação Urbanística e Social (Pouso) que oferecia suporte à urbanização local e prevenia a expansão desordenada da comunidade. Além disso, uma motovia foi construída para melhorar o acesso da comunidade aos serviços públicos da região. Estima-se que essas intervenções tenham beneficiado aproximadamente quatro mil moradores.

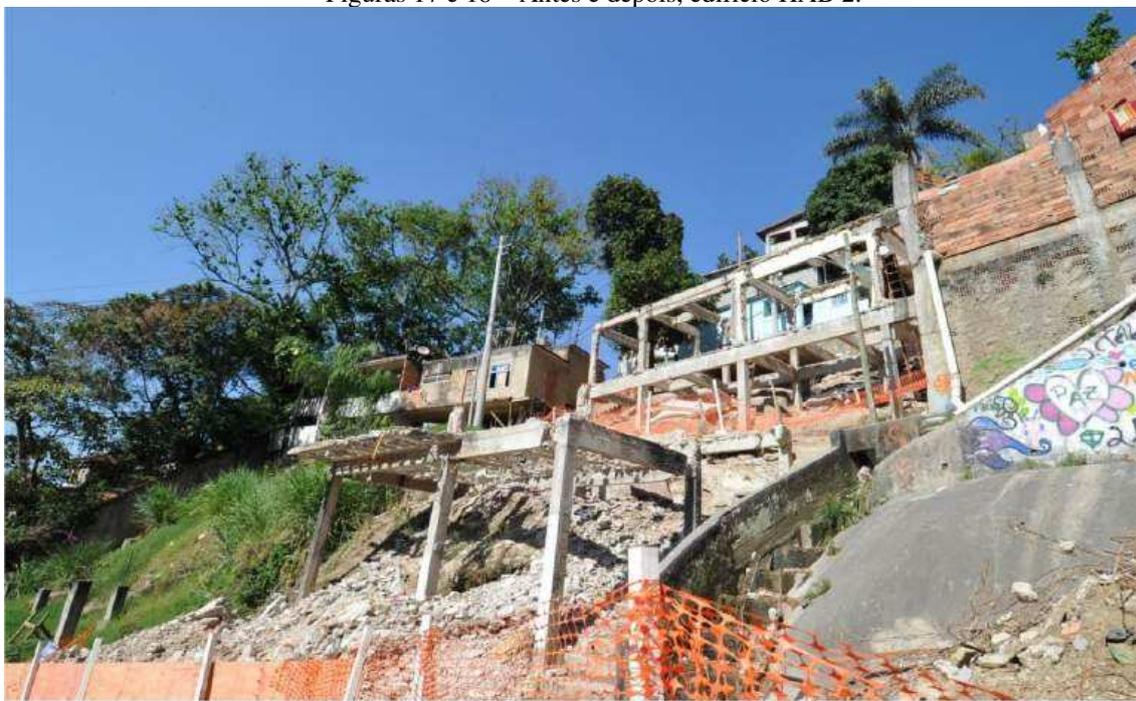
Durante a execução do projeto, 144 domicílios localizados na parte alta da favela da Babilônia, área próxima à APA (Área de Proteção Ambiental), precisaram ser realocados. De acordo com Bovier (2016, p. 60), considerando-se uma média de três moradores por residência, cerca de 432 pessoas foram deslocadas. Novaes (2020, p. 141) explica que, segundo o então presidente da Associação de Moradores da Babilônia, a Prefeitura ofereceu duas opções de reassentamento: na Zona Norte e no bairro de Santa Cruz, na Zona Oeste. Contudo, ambas as localidades ficam a mais de 35 km de distância da favela, o que gerou forte resistência por parte dos moradores, que se mobilizaram para permanecer na área original. O projeto também incluiu obras de infraestrutura que ultrapassaram os limites das favelas, beneficiando áreas próximas como a praia do Leme, onde o problema das "línguas negras" – manchas de poluição causadas pelas chuvas – foi significativamente reduzido por melhorias nos sistemas de esgoto e drenagem.

Além dessas intervenções físicas, Novaes (2020, p. 131) aponta que as favelas da Zona Sul do Rio de Janeiro passaram por um processo significativo de reestruturação, impulsionado por investimentos públicos em segurança, urbanização e fomento ao empreendedorismo local. Esses investimentos não só melhoraram as condições de vida, como também transformaram simbolicamente a imagem dessas áreas, antes associadas à pobreza e precariedade. As favelas começaram a ser vistas sob novas perspectivas, descritas como “Favela Ecológica”, “Favela Sustentável” e “Favela Turística”. Entretanto, o surgimento de novos empreendimentos voltados para a classe média, como bares, hostels e bistrôs, juntamente com a especulação imobiliária, elevou o custo de vida nessas regiões. Isso afetou diretamente os moradores, que muitas vezes se viram forçados a deixar suas casas devido à pressão econômica.

Esse cenário evidencia a complexidade das intervenções urbanas nas favelas, que, embora promovam melhorias físicas e simbólicas, frequentemente reproduzem as dinâmicas de exclusão e segregação típicas das cidades contemporâneas. Tal processo está intimamente relacionado ao debate sobre o direito à cidade, como proposto por Henri Lefebvre, que enxerga o espaço urbano como uma arena de disputas sociais e econômicas,

onde os interesses das classes populares são frequentemente marginalizados em prol das elites. A reflexão de Lefebvre, formulada em um período de intensas tensões sociais, ressoa de forma contundente na análise das cidades brasileiras, onde as desigualdades urbanas continuam a moldar os territórios e suas populações.

Figuras 17 e 18 – Antes e depois, edifício HAB 2.



Fonte: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro⁴¹.

⁴¹ Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/web/smh/morar-carioca>. Acessado em: 19 de agosto de 2023.

3.3.7 DIREITO À CIDADE

O conceito de "direito à cidade" introduzido por Henri Lefebvre, em sua obra "*Le Droit à la Ville*", publicada em 1968, emergiu em um período de tensões sociais, marcado pelos protestos de Maio de 1968 na França. Naquele contexto, as cidades como Paris tornaram-se epicentros de resistência e contestação, revelando as desigualdades econômicas e a alienação urbana. Lefebvre observava que as cidades não deveriam ser vistas apenas como espaços físicos, mas como arenas políticas, culturais e econômicas de disputa.

Lefebvre definiu o direito à cidade como um direito coletivo que vai além do simples acesso aos recursos urbanos. Para ele, a cidade não deve ser vista meramente como um local de troca de mercadorias ou como um bem a ser privatizado e explorado, mas como um espaço de convivência, criatividade e interação coletiva. O sociólogo David Harvey, um dos principais estudiosos contemporâneos do direito à cidade, complementa essa visão ao afirmar que o direito à cidade é um direito coletivo concentrado, englobando todos aqueles cujo trabalho contribui para a produção e reprodução da cidade (Harvey, 2014, p. 245).

Manuel Castells, outro teórico relevante no debate sobre o direito à cidade, amplia essa concepção ao analisar as lutas sociais urbanas como respostas às desigualdades estruturais das cidades. Castells argumenta que as cidades são produtos sociais, refletindo as contradições do capitalismo, e vê o direito à cidade como o direito de seus habitantes participarem ativamente na produção do espaço urbano. Segundo ele, a cidade não deve ser apenas um local de consumo, mas também de conflito, onde as demandas pela democratização do acesso à moradia, infraestrutura e transporte ganham forma concreta. Para Castells (2020, p. 324), o direito à cidade é essencialmente um direito coletivo, promovido por meio de práticas urbanas que resistem à exclusão e lutam por uma cidade mais inclusiva.

Uma das contribuições mais significativas de Lefebvre é a defesa de que a função primordial da cidade se encontra na convivência e celebração de vida coletiva. Ele enfatiza que o verdadeiro valor da cidade está em sua função social, em que o espaço urbano deve ser apropriado de forma coletiva. Em suas palavras, “o uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa” (Lefebvre, 2011, p. 12).

O direito à cidade envolve uma transformação contínua na forma como os cidadãos participam da construção e reinvenção do espaço urbano. Esse conceito questiona a lógica capitalista de mercantilização das cidades, transformando-as em bens sujeitos à privatização e à especulação imobiliária. Em vez disso, Lefebvre sugere um modelo no qual os moradores sejam protagonistas das dinâmicas sociais, culturais e políticas que moldam o ambiente em que vivem. Para ele, o espaço urbano deve ser pensado de forma mais inclusiva e democrática.

Neste trabalho, o direito à cidade é compreendido como a possibilidade de todos os habitantes, especialmente os mais vulneráveis, terem acesso justo e igualitário aos recursos, espaços e benefícios urbanos, ao mesmo tempo em que são protagonistas na construção e transformação do território que habitam. Esse direito não se limita ao uso ou à permanência no espaço urbano, mas inclui a participação ativa nas decisões políticas, culturais e sociais que moldam a cidade, promovendo uma convivência coletiva que respeite as identidades culturais e os laços comunitários.

Com base nessa definição, utilizarei no presente trabalho duas direções principais do conceito de direito à cidade:

Direção participativa: que enfatiza o protagonismo dos moradores na tomada de decisões urbanísticas, com foco na democratização do planejamento urbano e na superação das dinâmicas excludentes impostas pelo mercado e pelo Estado.

Direção socioespacial: que considera o acesso universal aos recursos urbanos como condição fundamental para a integração e inclusão social, destacando a necessidade de superar a segregação socioespacial e garantir que o uso do espaço urbano respeite seu valor social, em vez de ser subordinado à lógica de valorização do solo e especulação imobiliária.

Essas direções orientam a análise sobre as políticas urbanas aplicadas à Favela da Babilônia, permitindo avaliar até que ponto o Programa Morar Carioca Verde contribuiu para o exercício do direito à cidade pelos moradores da comunidade e quais foram os avanços e retrocessos observados no processo.

Segundo Lefebvre (2011, p. 11), a problemática urbana origina-se no processo de industrialização, que é considerado o motor das transformações sociais na sociedade moderna. Assim, a industrialização funciona como um indutor, resultando em desafios relacionados ao crescimento urbano, planejamento e ao desenvolvimento da realidade urbana, além de impactar questões ligadas ao lazer e a cultura.

Diante das consequências da industrialização, Lefebvre (2011, p. 112) propõe uma reforma do pensamento urbanístico, buscando criar cidades socialmente integradas e participativas, em vez de fragmentadas ou homogeneizadas pelo urbanismo tecnocrático. A ideia central é construir uma cidade que valorize a diversidade e a singularidade dos espaços sociais, mantendo uma estrutura urbana flexível, capaz de se adaptar às transformações sociais, econômicas e culturais. Isso implica criar um espaço urbano que responda às necessidades de seus habitantes, ao invés de ser rigidamente definido por normas técnicas ou econômicas.

De maneira complementar, Harvey (2014, p. 247) defende que a cidade seja recriada como um corpo político socialista, capaz de enfrentar os problemas estruturais da pobreza, da desigualdade social e da degradação ambiental. Para que isso aconteça, o autor ressalta a necessidade de ruptura com as formas capitalistas de desenvolvimento urbano, que promovem a acumulação de capital.

Essa crítica é compartilhada por Maricato (2015, p. 22), que define as cidades como o principal espaço de reprodução da força de trabalho, sendo vistas como grandes negócios lucrativos, especialmente para os capitais que se beneficiam da produção e exploração urbanas, gerando lucros, juros e rendas. Embora as cidades constituam um patrimônio histórico e social, sua apropriação ocorre de maneira desigual, com a renda imobiliária ou a localização determinando seu preço, a depender de seus atributos.

Na análise de Lefebvre, a sociedade urbana não pode ser entendida apenas pela lógica econômica da mercadoria e do mercado, pois possui uma dinâmica própria que transcende essa função meramente utilitária. Enquanto o mercado e a industrialização operam com base no valor de troca, a cidade e o urbano fundamentam-se no valor de uso, o que gera um conflito constante entre esses dois sistemas. Esse embate reflete uma separação fundamental entre o valor social da cidade, que está ligado à apropriação e ao uso do espaço urbano por seus habitantes, e a função econômica imposta pela lógica industrial. Lefebvre sintetiza essa tensão ao afirmar que:

A sociedade urbana, conjunto de atos que se desenrolam no tempo, privilegiando um espaço (sítio, lugar) e por ele privilegiados, altamente significantes e significados, tem uma lógica diferente da lógica da mercadoria. É um outro mundo. O urbano se baseia no valor de uso. Não se pode evitar o conflito” (Lefebvre, 2011, p. 87)

Essa tensão é particularmente visível em contextos contemporâneos, como o ocorrido no Rio de Janeiro durante a preparação para a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Esses eventos resultaram na remoção de moradores de baixa

renda de áreas centrais da cidade, que foram transformadas em locais de interesse para o mercado imobiliário e para a construção da infraestrutura voltada ao turismo e ao consumo. Esse processo não apenas deslocou fisicamente as populações, mas também desmantelou comunidades que, ao longo de décadas, tinham construído laços de solidariedade e identidade cultural. As remoções exemplificaram a tensão entre o uso social do espaço urbano e sua exploração comercial, orientada por interesses especulativos.

David Harvey, em seus estudos, explora esse fenômeno por meio do conceito de “ajuste espacial”. Ele argumenta que o capitalismo transforma continuamente o espaço urbano para maximizar o lucro, adaptando-o às suas necessidades de acumulação e expansão. Sob o pretexto de modernização e desenvolvimento, grandes eventos, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, serviram como catalisadores para a remodelação urbana das áreas centrais. Nesse processo, as populações mais vulneráveis são deslocadas para dar lugar à especulação imobiliária, e o espaço urbano se torna uma mercadoria, alienando seus habitantes de participarem ativamente na construção e gestão da cidade.

Esse fenômeno não se restringe ao Rio de Janeiro. Cidades como Barcelona e Londres, que também sediaram grandes eventos, experimentaram processos semelhantes de remodelação urbana, que priorizaram interesses comerciais em detrimento do bem-estar da população. A crítica de Lefebvre e Harvey a esse modelo de desenvolvimento sublinha a importância de uma cidade mais inclusiva, na qual os cidadãos tenham o direito não apenas de usufruir, mas também de moldar o espaço urbano em que vivem – e não apenas vê-lo como um lugar de circulação de capital e geração de lucro.

No Brasil, o conceito de direito à cidade teve uma recepção significativa a partir da década de 1970, quando as ideias de Lefebvre começaram a ser amplamente disseminadas entre intelectuais e movimentos sociais urbanos. Tavolari (2016, p. 98) identifica três principais fatores que contribuíram para a recepção dessas ideias no país. Em primeiro lugar, a difusão das ideias de Lefebvre, Castells e Harvey, que se inseriram num contexto em que noções de direito, justiça e democracia ganharam destaque em função do regime ditatorial brasileiro. Em segundo lugar, o crescente interesse de intelectuais e movimentos sociais pelos estudos urbanos e pela crítica ao modelo de desenvolvimento das cidades. Por fim, o papel dos intelectuais militantes, que atuaram como mediadores entre as teorias acadêmicas e as demandas dos movimentos sociais por moradia, transporte e acesso a serviços públicos.

Além desses fatores, Tavolari (2016, p. 99) destaca dois caminhos distintos pelos quais as ideias de Lefebvre chegaram ao Brasil. O primeiro estava vinculado à "sociologia da vida cotidiana", uma corrente marxista que rejeitava explicações estritamente baseadas nas leis de acumulação e nas condições objetivas, e que foi influenciada por pensadores como Thompson e Castoriadis. O segundo caminho ocorreu pelo estudo de *O capital*, de Karl Marx, que serviu de base para a leitura crítica de autores marxistas contemporâneos, incluindo Lefebvre.

Acadêmicos como José de Souza Martins, por exemplo, contribuíram para a disseminação das ideias de Lefebvre em seminários realizados na década de 1970, o que fomentou discussões sobre o direito à cidade tanto em círculos marxistas quanto entre estudiosos da vida urbana. Esse processo foi fundamental para consolidar o conceito no cenário acadêmico e político brasileiro, especialmente entre os pesquisadores de arquitetura e urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP).

A articulação teórica entre Lefebvre e Castells fornece uma lente crítica para compreender como os movimentos sociais urbanos emergem em resposta às dinâmicas de segregação e exclusão. Esses movimentos não são apenas reações ao processo histórico de apropriação desigual do espaço urbano, mas também questionam a relação intrínseca entre o modelo capitalista e a valorização do solo, que perpetua desigualdades estruturais. Nesse cenário, a segregação urbana, moldada pela lógica do mercado e pela ação do Estado, não apenas organiza os espaços de maneira hierárquica, mas também aprofunda as desigualdades sociais.

A ação de movimentos sociais urbanos no Brasil, especialmente aqueles ligados às questões de moradia e exclusão urbana, interpretou o direito à cidade como uma luta pelo acesso universal à cidade e seus recursos. Por exemplo, o movimento Ocupe Estelita, em Recife, e as mobilizações contra o aumento das tarifas de transporte em várias capitais brasileiras, que associaram diretamente a mobilidade urbana ao exercício pleno da cidadania. Nesse contexto, o direito à cidade tornou-se uma bandeira de luta contra a exclusão urbana e as desigualdades no acesso a serviços públicos e espaços de qualidade.

É importante destacar que a ideia de Lefebvre sobre o direito à cidade não emergiu exclusivamente dos debates intelectuais, mas também das ruas, como uma resposta às desigualdades vividas cotidianamente. Segundo Harvey (2014, p. 15), o direito à cidade é um "grito de socorro" das populações oprimidas em tempos de desespero, um apelo por justiça e inclusão.

A pluralidade do conceito de direito à cidade no Brasil reflete a multiplicidade de interpretações que ele recebeu ao longo do tempo, especialmente por autores como Ermínia Maricato, Pedro Jacobi, Nabil Bonduki, Ana Fani Alessandri Carlos, Eder Sader e Arlete Moysés Rodrigues. Cada um desses intelectuais trouxe uma perspectiva única sobre as lutas urbanas, enfocando aspectos como o acesso à infraestrutura, a cidadania e a reapropriação dos espaços públicos.

Tavolari (2016, p. 102) observa que essa multiplicidade de significados atribuídos ao conceito de direito à cidade é essencial para garantir sua relevância social e teórica, permitindo que ele continue a ser um tema central nas discussões acadêmicas e nas lutas sociais contemporâneas. Nesse contexto, Maricato destaca que o direito à cidade está intrinsecamente relacionado à produção desigual do espaço urbano e à necessidade de assegurar que todos os cidadãos, especialmente os mais vulneráveis, tenham acesso às infraestruturas e aos serviços básicos urbanos. Ela argumenta que nas grandes metrópoles brasileiras, a segregação socioespacial impede a população pobre de usufruir plenamente da cidade, transformando o direito à cidade em uma luta pela cidadania ampliada.

Segundo Maricato (1985, p. 408) “A cidadania prevê o direito, não apenas à terra, mas à cidade, com seu modo de vida, com seus melhoramentos, com suas oportunidades de emprego, de lazer, de organização política”. Essa cidadania não se limita ao direito de viver na cidade, mas inclui a participação ativa na construção do espaço urbano e nas decisões políticas que moldam a cidade. Maricato também associa o conceito à noção de “festa” de Lefebvre, ressaltando a importância da cidade como um espaço de encontro, celebração e convivência social.

Essa visão é complementada por Pedro Jacobi, que entende o direito à cidade vai além da simples noção de que o espaço urbano é um local físico. Segundo Jacobi (1986, p. 22) “Direito à cidade quer dizer direito à vida urbana, à habitação, à dignidade. É pensar a cidade como um espaço de usufruto do cotidiano, como um lugar de encontro e não de desencontro”. Ele incorpora a ideia de que todos os cidadãos devem ter direitos iguais ao uso e à apropriação desse espaço, o que inclui a participação ativa na sua construção e transformação. Essa abordagem visa garantir que o direito à cidade seja efetivo, abrangendo não apenas o acesso físico, mas também a capacidade de influenciar as decisões que moldam o ambiente urbano. Contudo, a igualdade de direitos é constantemente desafiada por formas de segregação socioespacial, que limitam o acesso dos grupos mais vulneráveis, como as populações de baixa renda e minorias raciais, às

infraestruturas e serviços urbanos essenciais. Na prática, fatores como classe social, raça e gênero continuam a influenciar o acesso desigual às oportunidades que a cidade oferece.

Jacobi critica a forma como as cidades cresceram e se desenvolveram, descrevendo o fenômeno da “urbanização desurbanizada”, no qual o crescimento desordenado das cidades perpetua a exclusão social e territorial. Ele argumenta que as cidades são construídas como um produto de consumo e, devido a isso, ficam fora do alcance da maior parte da população. Jacobi (1986, p. 22), observa que “para consumir a cidade é preciso ter poder aquisitivo, o que exclui dos benefícios urbanos e de muita coisa boa da vida a maioria da população.

Para o autor, o direito à cidade representa a possibilidade de transformação do espaço urbano de modo que todos os habitantes possam não apenas habitar, mas também participar plenamente do espaço em que vivem. Cada habitante possa habitar e participar plenamente do espaço onde vive. Para que isso se concretize, é essencial democratizar a gestão administrativa, ampliando as formas de participação e controle social. Isso permitiria uma articulação entre a democracia de base e a democracia representativa.

Além disso, o direito à cidade implica a criação de um movimento social urbano forte e organizado, que possa questionar e se opor às formas de poder estabelecidas na cidade. Para os mais pobres e excluídos, isso significaria garantir direitos essenciais como moradia, alimentação, saúde, educação e um transporte público de qualidade. Já para as classes médias, o foco está em questões como mais áreas verdes e menos poluição, além de enfrentar problemas que afetam a todos, como a violência urbana. No entanto, as limitações para alcançar esses objetivos não são apenas políticas, mas também culturais. O direito à cidade, em última instância, significa a construção de uma cidade democrática, capaz de romper com as amarras do passado.

Outra contribuição importante para o debate sobre o direito à cidade vem de Nabil Bonduki (1992, p. 30), que utiliza o termo para demarcar períodos das lutas dos movimentos sociais urbanos em São Paulo. Ele identifica o direito à cidade com reivindicações por melhorias de infraestrutura nos bairros pobres, direcionadas principalmente ao poder público. Bonduki vê o direito à cidade como um conjunto de demandas concretas que evoluem para questões mais amplas de cidadania e democracia.

Nesse contexto mais amplo, Ana Fani Alessandri Carlos (1986, p. 397), inspirada pelo pensamento de Henri Lefebvre, aprofunda a análise ao argumentar que o direito à cidade vai além das necessidades materiais imediatas, como habitação e infraestrutura, incorporando também as dimensões culturais e sociais do espaço urbano. Para Carlos,

alinhada à perspectiva lefebvriana, a cidade deve ser concebida como uma obra humana que reflete as relações e dinâmicas sociais em sua totalidade. Contudo, a autora expande a reflexão ao destacar que as demandas sociais, muitas vezes limitadas ao valor de uso dos espaços urbanos, não são suficientes para abarcar a complexidade desse direito.

Assim, seguindo a base teórica de Lefebvre, Carlos reforça que tanto a criação quanto a apropriação contínua dos espaços pelos habitantes são essenciais para compreender o direito à cidade, propondo uma crítica social que considere as transformações do espaço urbano como elementos centrais da vida em sociedade.

Eder Sader (1988, p. 118), por sua vez, oferece uma perspectiva que se alinha com as ideias de Bonduki ao destacar as lutas urbanas como uma resposta à exclusão social, particularmente durante a ditadura militar. Ele observa que a reestruturação urbana imposta pelo regime não apenas desmantelou espaços públicos de convivência e expressão política, mas também acentuou a alienação dos trabalhadores urbanos. No entanto, Sader, aponta que o cotidiano é um espaço de resistência, no qual a demanda por reapropriar os espaços públicos emergem como uma forma de recriar a vida política e a cidadania. Embora mencione o direito à cidade apenas em uma nota de rodapé, sua análise sintetiza o impacto da destruição dos espaços públicos em São Paulo como marco na reconfiguração das lutas sociais. Nesse contexto, o cotidiano transforma-se em um campo fértil no qual as práticas coletivas dos movimentos sociais impulsionam a recuperação dos espaços urbanos e a revitalização da participação política.

Arlete Moysés Rodrigues contribui para a discussão do direito à cidade ao focar as lutas por moradia e pelo uso do solo urbano nas favelas, que ela considera expressões concretas desse direito. Embora suas análises não explorem o conceito de forma teórica profunda, Rodrigues (2009, p. 161) se apoia em Lefebvre para contextualizar essas lutas, destacando que as reivindicações por habitação e acesso à terra em áreas marginalizadas refletem uma luta mais ampla por inclusão social. Para ela, essas mobilizações visam garantir o direito de todos pertencerem ao espaço urbano, reforçando o direito à cidade como uma demanda por justiça social e igualdade territorial.

De acordo com Tavorari (2016, p. 102), um ponto comum entre os autores é que o conceito de direito à cidade não se restringe a reivindicações imediatas dos movimentos sociais por serviços urbanos específicos. Pelo contrário, o conceito tem sido utilizado para unificar lutas fragmentadas e ampliar reivindicações específicas, inserindo-as em um contexto político mais amplo e de longo prazo. Dessa forma, ele funciona como um denominador comum para diversos movimentos sociais, permitindo uma conexão mais

integrada entre eles. Em vez de se concentrarem em demandas pontuais, esses movimentos buscam reestruturar a compreensão e a prática dos direitos urbanos, promovendo uma transformação na cultura política dos movimentos sociais urbanos.

Em continuidade a essa análise, Tavolari (2016, p. 103) argumenta que o Brasil deu mais destaque ao direito à cidade em comparação à Europa, especialmente através da linguagem de direitos usada pelos movimentos sociais urbanos. Enquanto o movimento de Maio de 1968, na Europa, não enfatizou essa linguagem, no Brasil ela foi crucial para as lutas sociais. A relação entre direito à cidade e cidadania, subexplorada por Lefebvre, ganhou força, assim como a crítica à tecnocracia durante a ditadura militar, quando grandes obras e a falta de participação política acentuaram a negação de direitos e a exploração das classes populares.

A expansão do conceito de direito à cidade para diferentes contextos, como acadêmico, social e legislativo, gerou críticas quanto à sua falta de precisão conceitual. A pluralidade de significados, embora evidencie a adaptabilidade e riqueza do termo, é vista por alguns como um obstáculo para a sua aplicação prática e defesa em contextos institucionais e jurídicos. Por outro lado, Tavolari (2016, p. 106), sugere que a tentativa de definir o direito à cidade de maneira fixa e absoluta limita a compreensão das múltiplas reivindicações sociais que se articulam em torno do conceito.

Assim, em vez de buscar uma essência única ou determinar o que Lefebvre "quis dizer", a autora defende que a força do direito à cidade está em sua indeterminação, permitindo que ele seja utilizado por diversos atores sociais e políticos. Essa pluralidade não deve ser vista como uma falha, mas como um campo comum de discussões que une diferentes movimentos e reivindicações ao redor do mundo. Essa amplitude é que permite ao conceito permanecer inclusivo e plural, sem excluir qualquer posição ou particularidade dentro do espectro de sua interpretação.

Harvey (2014, p. 21) argumenta que, embora o direito à cidade pareça uma utopia, ele possui uma dimensão prática e urgente. Os movimentos sociais que lutam por esse direito são formados pela população de baixa renda, pessoas sem-teto e jovens negros e grupos LGBTQ, que se organiza para garantir suas necessidades, como moradia digna, serviços essenciais e segurança nos espaços públicos. Esses movimentos buscam transformar a realidade urbana em algo mais inclusivo e justo.

A partir de 2013, houve uma mudança significativa na literatura sobre o "direito à cidade". Autores que antes consideravam o conceito esvaziado de significado passaram a vê-lo como mais relevante do que nunca, destacando seu potencial crítico renovado.

Essa transformação foi influenciada pelo surgimento de movimentos sociais que ocuparam ruas e praças, levando o "direito à cidade" a unificar a esquerda e a se tornar um símbolo de aspirações de justiça, democracia e igualdade nas cidades.

Desta forma, é possível afirmar que o conceito também tem um papel duplo: funciona como uma categoria analítica, útil para entender as dinâmicas urbanas e sociais, e como um horizonte de emancipação, representando a busca por uma cidade mais justa, autêntica e livre. Isso significa que o "direito à cidade" não só permite criticar a injustiça social, mas também denuncia a perda de autenticidade e liberdade nas cidades contemporâneas, onde processos de exclusão, desigualdade e mercantilização comprometem a vida urbana.

De acordo com Tavolari (2016, p. 107) Há duas vertentes de movimentos urbanos que, embora distintos, convergem no uso do conceito de direito à cidade para expressar suas demandas. A primeira vertente é formada por movimentos que lutam por moradia, terra urbana e transporte público, destacando a miséria social daqueles que não têm acesso a esses direitos básicos ou vivem sob a ameaça constante de despejo. Essas condições de vida precárias revelam a exploração e as desigualdades sociais, conectando-se a uma crítica social mais ampla que denuncia a injustiça estrutural nas cidades. Embora essas demandas possam ser articuladas de forma específica—como direito à moradia, à terra e ao transporte—, vinculá-las ao "direito à cidade" permite superar a fragmentação, tratando-as como questões interconectadas dentro de um contexto urbano mais amplo.

A segunda vertente refere-se a movimentos que defendem a preservação de espaços urbanos autênticos, como parques e cinemas de rua, e que se opõem à construção de grandes projetos comerciais e residenciais de luxo. Esses movimentos enfatizam a perda de espaços de encontro e convivência, criticando a padronização e mercantilização das cidades, que resulta na falta de autenticidade e diversidade nos bairros urbanos. O que está em jogo, nesse caso, é uma "nova miséria urbana", onde a luta é por manter espaços característicos que promovem o lazer, a espontaneidade e a singularidade da vida urbana.

As demandas pelo direito à cidade transcendem a simples formalização jurídica, oferecendo uma perspectiva nova sobre o conceito de direito. Embora alguns movimentos tenham como objetivo transformar o direito à cidade em lei ou inseri-lo em tratados internacionais reconhecidos pela ONU, os protestos de 2013 revelaram que essa reivindicação não depende necessariamente da institucionalização. Ou seja, o uso do termo "direito" não implica, obrigatoriamente, a busca pela sua tradução em um direito estatal tradicional.

Essa característica inovadora indica que o direito à cidade não é apenas uma questão de ampliar ou reformar a cidadania dentro dos parâmetros legais existentes, mas também de redefinir o próprio entendimento de "direito". A ideia é que a reivindicação pelo direito à cidade envolve tanto uma nova forma de se pensar a cidadania urbana quanto uma nova maneira de conceber os direitos, que não dependem exclusivamente de validação estatal para serem legítimos. Trata-se de uma demanda que ressignifica o espaço urbano e a participação social sem necessariamente buscar a aprovação formal do Estado.

Nesse sentido, surge também uma articulação teórica importante entre os pensamentos de Castells e Lefebvre. Segundo Tavolari (2016, p. 96), o amálgama entre esses dois autores parte da necessidade de compreender os movimentos sociais urbanos dentro da crítica social.

A articulação teórica entre Castells e Lefebvre fornece uma lente crítica para compreender como os movimentos sociais urbanos emergem em resposta às dinâmicas de segregação e exclusão. Esses movimentos não são apenas reações ao processo histórico de apropriação desigual do espaço urbano, mas também questionam a relação intrínseca entre o modelo capitalista e a valorização do solo, que perpetua desigualdades estruturais. Nesse cenário, a segregação urbana, moldada pela lógica do mercado e pela ação do Estado, não apenas organiza os espaços de maneira hierárquica, mas também aprofunda as desigualdades sociais. A análise dessas relações, como se verá a seguir, exige atenção às implicações históricas do avanço da urbanização e do desenvolvimento capitalista sobre a configuração das cidades.

3.1 SEGREGAÇÃO URBANA E VALORIZAÇÃO DO SOLO: O PAPEL DO ESTADO E DO MERCADO NA EXCLUSÃO DAS POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

A segregação espacial nas cidades, embora não seja um fenômeno recente, tornou-se mais evidente e complexa com o avanço da urbanização, especialmente a partir da Revolução Industrial. Esse período histórico promoveu uma reorganização significativa dos espaços urbanos, consolidando a separação entre as áreas de trabalho e de moradia como uma característica predominante das cidades industrializadas. Como ressalta Taschner (2003, p. 23), a Revolução Industrial inaugurou uma nova era na organização urbana, ao estabelecer uma clara distinção entre os espaços destinados à produção

econômica e aqueles reservados para a vida residencial. Essa separação foi intensificada pelo desenvolvimento do capitalismo, como observa Vaz (1985, p. 40), ao afirmar que “o espaço do trabalho não pode ser mais o espaço da moradia”, evidenciando que essa divisão é uma consequência direta da consolidação do modo de produção capitalista.

Nas grandes cidades brasileiras, essa organização espacial reflete diretamente a evolução e expansão do capitalismo no país. Santos (1981, p. 22) argumenta que esse processo se caracteriza por um uso cada vez mais seletivo do espaço urbano, no qual os valores econômicos se tornam progressivamente mais visíveis e determinantes. A combinação entre as dinâmicas de mercado e as políticas públicas contribuiu para a criação de padrões de segregação que excluem as populações mais vulneráveis dos núcleos centrais das cidades.

Segundo Lefebvre (2011, p. 99), embora a segregação social possa não ser imediatamente visível em todos os contextos, uma análise mais profunda revela pressões nesse sentido, bem como sinais claros de separação entre grupos. Esse fenômeno culmina, em seu extremo, na formação de guetos, que podem assumir diversas formas, desde guetos étnicos, como os de judeus e negros, até guetos ocupacionais ou de classe, como os de intelectuais e operários. Mesmo áreas de lazer e bairros de elite, caracterizados pela concentração de riqueza, podem ser vistos como formas de gueto. A segregação, assim, deve ser examinada por diferentes critérios, incluindo aspectos ecológicos, formais e sociológicos.

Essa dinâmica de segregação observada por Lefebvre não é um fenômeno restrito ao contexto europeu ou econômico. No Brasil, a segregação socioespacial também se manifesta de forma intensa e complexa, especialmente em razão das profundas desigualdades históricas e estruturais. Além das pressões ecológicas e formais, a segregação no país está enraizada em um modelo de desenvolvimento que reforçou essas desigualdades. O modelo desenvolvimentista, forjado sob o autoritarismo e o frágil regime democrático interrompido pela ditadura militar, consolidou um dos contextos mais desiguais do mundo. Nessa realidade, grande parte da população ainda enfrenta dificuldades no acesso a necessidades básicas, como a moradia. A ausência de uma política habitacional eficaz transformou a falta de habitação acessível em um dos maiores problemas sociais do país (Rolnik, 2019, p. 267).

Esse processo de desigualdade urbana se intensifica com a dinâmica de ocupação do solo urbano, que prioriza a especulação imobiliária e a propriedade privada. Segundo Bonduki e Rolnik (1979, p. 80), a segregação territorial é uma característica central das

cidades capitalistas, sendo amplamente influenciada pela manutenção da propriedade privada do solo como forma dominante de organização espacial. A renda da terra, isto é, o valor obtido pela posse exclusiva de terrenos urbanos, estabelece uma relação direta entre espaço e preços, fazendo com que as áreas mais valorizadas se tornem inacessíveis para as camadas de menor renda. Dessa forma, essas populações são "empurradas" para periferias cada vez mais desprovidas de infraestrutura e serviços, perpetuando a desigualdade e limitando seu acesso ao direito à cidade.

Davis (2006, p. 105), enriquece essa análise ao argumentar que a segregação urbana não é uma condição fixa, mas um processo dinâmico e contínuo, moldado por conflitos sociais e pela intervenção estatal. Sob justificativas como "progresso", "embelezamento" ou "justiça social para os pobres", o Estado recorrentemente promove intervenções no espaço urbano que, em vez de reduzir as desigualdades, acabam beneficiando grandes proprietários de terras, investidores estrangeiros, elites com imóveis e parte da classe média.

Santos e Bronstein (1978, p. 17) explicam que a expulsão dos pobres pode ocorrer de forma informal, como quando empresas privadas elevam os preços de terrenos e imóveis no núcleo urbano. Também por ser fruto de ação direta do governo, por exemplo, ao promover a renovação urbana de áreas centrais degradada, sem considerar o destino dos moradores ou trabalhadores que pagam aluguéis baixos em edificações antigas. Finalmente, a expulsão pode ser uma consequência indireta das políticas governamentais, como no caso das favelas, em que "vilas", os conjuntos habitacionais e centros de triagem, para onde os favelados são transferidos, muitas vezes funcionam como uma etapa provisória, da qual são posteriormente expulsos por inadimplência ou simplesmente por decisão própria, mudando-se para a periferia.

Um exemplo marcante desse fenômeno foi a Reforma Pereira Passos, implementada no Rio de Janeiro na primeira década do século XX e fortemente inspirada pelos modelos europeus de modernização urbana, especialmente o de Paris. Essa intervenção não apenas modernizou a cidade, mas também estabeleceu um padrão de segregação socioespacial que marcou o início de uma nova dinâmica entre o Estado e o espaço urbano. Medidas como a remoção de cortiços e a construção de grandes avenidas forçaram as populações mais pobres a se deslocarem para favelas ou subúrbios, estabelecendo um modelo de exclusão social que persiste na configuração da cidade até hoje.

Lago (2015, p. 24) aprofunda essa análise ao destacar que o processo de urbanização da metrópole carioca resultou em um cenário de exclusão das camadas mais pobres, deslocadas para as áreas economicamente menos valorizadas. Esse deslocamento não foi apenas físico, mas também social, pois essas populações passaram a ter menos acesso a serviços de qualidade, emprego e oportunidades de mobilidade social.

A partir de 1930, com a implementação de políticas de industrialização e urbanização implementadas pelo governo Vargas, ocorreu um expressivo movimento migratório de áreas rurais para os grandes centros urbanos, atraído pela maior oferta de empregos nas cidades. Segundo Rolnik (2019, p. 100), os programas de renovação urbana e embelezamento da cidade, promovidos em larga escala, atraíram muitos desses migrantes, que encontraram oportunidades, especialmente no setor da construção civil. Entretanto, a chegada massiva de trabalhadores de baixa renda, aliada à inexistência de políticas habitacionais voltadas para essa população, resultou na proliferação de assentamentos informais, frequentemente localizados em áreas de risco, como encostas sujeitas a deslizamentos e regiões propensas a enchentes.

Lefebvre (2011, p. 17) destaca que “camponeses sem posses ou arruinados afluem para as cidades a fim de nelas encontrar trabalho e subsistência”. Esse movimento populacional acelerou o crescimento das principais cidades brasileiras, com destaque para a capital federal, e contribuiu diretamente para o processo de favelização, marcado pela ocupação desordenada e precária das periferias urbanas.

Conforme observam Santos e Bronstein (1978, p. 7), o Rio de Janeiro serviu como modelo de metropolização, no qual um núcleo concentrador de renda e de recursos urbanísticos é cercado por áreas periféricas, que carecem de serviços e infraestrutura à medida que se afastam do centro. Essas regiões abrigam grandes massas de população de baixa renda, servindo tanto como moradia quanto como local para o exercício de algumas outras atividades econômicas.

A acumulação de capital em países em desenvolvimento, como o Brasil, está intrinsicamente ligada ao baixo custo da reprodução da força de trabalho e à existência do que Rolnik denomina de “exército industrial de reserva”. Esse grupo consiste em trabalhadores que não são absorvidos pelo mercado formal de emprego e, como resultado, vivem em condições precárias e na informalidade. Essa reserva de mão de obra, disposta a aceitar empregos com salários baixos, é essencial para que empresas de países periférico mantenham sua competitividade em relação às de países desenvolvidos, que contam com tecnologias avançadas, economias de escala e benefício da aglomeração.

Sob outra ótica, Lefebvre (2011, p. 15) oferece uma contribuição relevante ao enfatizar a importância das cidades na dinâmica capitalista. Ele argumenta que, além de concentrar capital e poder político, as cidades organizam de forma estratégica tanto a produção quanto a circulação de recursos. Além disso, ao reunir os meios de produção em um espaço limitado, as cidades também funcionam como reservas de mão de obra, onde o “exército de reserva do proletariado” desempenha um papel essencial na pressão sobre os salários e no aumento da mais-valia, de acordo com os princípios marxistas.

De acordo com Rolnik (2019, p. 267), as precárias condições de vida da classe trabalhadora foram utilizadas como uma das principais “vantagens competitivas” para impulsionar a industrialização tardia no Brasil. Esse processo, que Kowarick denominou “espoliação urbana”, consiste na exploração das deficiências urbanas como uma estratégia para manter os baixos custos da força de trabalho, contribuindo, assim, para a acumulação do capital.

O conceito de espoliação urbana, desenvolvido por Kowarick, é definido como:

o somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho (Kowarick, 1979, p. 59)

O autor expõe como os trabalhadores foram inseridos no espaço urbano de maneira desigual e excludente. A mão-de-obra barata passou a se concentrar em áreas distantes do centro, muitas vezes clandestinas e carentes de infraestrutura básica. A localização dessa classe trabalhadora foi direcionada pelos interesses imobiliários, que disponibilizaram as regiões mais periféricas e desprovidas de serviços essenciais para a aquisição por parte das camadas mais pobres. Nesse sentido, o autor destaca que o processo de segregação territorial foi impulsionado pela especulação imobiliária:

... processo de retenção dos terrenos à espera de valorização, levou ao surgimento de bairros cada vez mais distantes. Amontoam-se populações em áreas longínquas, afastadas dos locais de trabalho, impondo-se distâncias de deslocamento cada vez maiores. Acentua-se o processo de criação de “cidades-dormitório”, verdadeiros acampamentos desprovidos de infraestrutura. (Kowarick, 1979, p. 34)

O crescente distanciamento entre a residência e os locais de trabalho força os usuários de transportes coletivos a enfrentarem desafios como filas, superlotação e atrasos frequentes. As horas de espera e de deslocamento, tanto antes quanto depois do expediente, acarretam um desgaste físico e mental considerável. Esse tempo de exaustão, necessário para que o trabalhador mantenha sua condição de assalariado e morador

urbano, acaba se somando ao cansaço da própria jornada de trabalho, comprometendo ainda mais sua força produtiva.

Lefebvre crítica a rotina alienante que permeia a vida dos trabalhadores no sistema capitalista. Na modernidade urbana, o cotidiano se transforma em ciclo um exaustivo de trabalho, deixando pouco espaço para a realização pessoal ou a expressão criativa. Presos a uma engrenagem invisível, os indivíduos seguem suas rotinas de maneira automática, sem perceber como estão sendo absorvidos por um sistema que os desgasta física e emocionalmente.

Além dessa alienação generalizada, Lefebvre também examina como diferentes grupos sociais são afetados de maneira diversa. Ele descreve o cotidiano desses grupos como uma existência marcada pela repetição de tarefas, pela falta de perspectiva e pelo cansaço crônico. Como o próprio autor coloca:

Basta abrir os olhos para compreender a vida cotidiana daquele que corre de sua moradia para a estação próxima ou distante, para o metrô superlotado, para o escritório ou para a fábrica, para retomar à tarde o mesmo caminho e voltar para casa a fim de recuperar as forças para recomeçar tudo no dia seguinte (Lefebvre, 2011, p. 118).

Tavolari (2015, p. 32) destaca que, sob a ótica de Lefebvre, para que o indivíduo vivencie os dramas cotidianos da vida urbana, é necessário que direitos básicos como moradia, transporte, trabalho e capacidade de consumo estejam, mesmo que precariamente, assegurados. A expressão “*metrô, boulot, dodo*”⁴² resume de forma crítica a vida monótona e rotineira, focada principalmente no trabalho.

A citação de Kowarick e Tavolari reflete a interconexão entre o espaço urbano e as dinâmicas socioeconômicas que afetam diretamente a classe trabalhadora. Para Kowarick (1979, p. 41), a precariedade das condições de moradia, como as favelas, cortiços e habitações na periferia, é um reflexo direto dos baixos salários, que impedem o acesso a melhores condições de vida. A segregação espacial, portanto, torna evidente a desigualdade no acesso à moradia digna, sendo uma das expressões mais visíveis da exploração econômica. Nesse mesmo sentido, Tavolari (2015, p. 37) complementa que a concentração de moradias operárias em áreas segregadas intensifica a pauperização, pois reforça a exclusão social e a marginalização da classe trabalhadora.

Rolnik (2019, p. 157) acrescenta uma perspectiva importante ao discutir a disponibilização de moradia a preços baixos ou gratuitos. Ela argumenta que tal prática

⁴² Expressão francesa que se refere ao dia a dia nas grandes cidades. Literalmente traduzida como “metrô, trabalho e dormir”.

permite a manutenção de salários em níveis abaixo do mínimo necessário para uma vida digna. Dentro desse contexto, a autoconstrução da moradia se apresenta como uma expressão da superexploração da força de trabalho, perpetuada pelo sobre trabalho e pela espoliação urbana.

A autoconstrução surgiu como uma estratégia de sobrevivência para a classe trabalhadora excluída do mercado formal de habitação. Como aponta Kowarick (1979, p. 61), "uma não insignificante porcentagem das residências das classes trabalhadoras foi construída pelos próprios proprietários, utilizando dias de folgas, fins de semana e formas de cooperação como o 'mutirão'". Esse processo refletiu uma resposta à exclusão do mercado residencial privado, marcado pela especulação imobiliária e inacessível para grande parte da população. Maricato (2013, p. 20) complementa essa análise ao destacar que grande parte das nossas cidades foi construída pelos próprios moradores em áreas ocupadas de maneira irregular e sem respeito à legislação urbanística. Nesse contexto, a mão de obra envolvida, excluída da "cidade formal", tornou-se vulnerável à exploração econômica, o que permitiu que o capital reduzisse o custo de reprodução da força de trabalho, mantendo os salários em níveis constantemente rebaixados (Kowarick, 1979, p. 56).

Ampliando essa discussão, Castells (2020, p. 251) define a segregação urbana como a tendência das cidades se organizarem em áreas onde os moradores possuem características sociais semelhantes, enquanto há uma grande desigualdade entre essas áreas. Essa desigualdade não é apenas uma questão de diferenças entre bairros, mas também reflete uma hierarquia social, onde algumas regiões são mais privilegiadas e outras são marginalizadas. A distribuição espacial dos residentes é moldada por fatores econômicos, políticos e ideológicos, que determinam quem vive em quais áreas. Além disso, essa organização do espaço reforça a própria segregação, podendo até ultrapassar seus limites ou alterar a forma como o solo urbano é ocupado, dependendo das dinâmicas de poder e conflito entre as classes sociais que residem nessas áreas.

Rolnik (2009, p. 41) também contribui para essa análise ao afirmar que a segregação espacial, ou seja, a separação das classes sociais e funções no espaço urbano, transforma a cidade em território fragmentado por “cercas” ou fronteiras simbólicas. Como a autora ressalta “a fronteira entre um bairro popular e um bairro chique pode ser uma rua, uma ponte, ou simplesmente não ser nada muito aparente, mas somente uma imagem, um ponto, uma esquina.”. Essas delimitações, embora invisíveis, organizam o

espaço urbano de forma a definir o lugar de cada indivíduo e função na cidade, perpetuando as desigualdades e a exclusão social.

Harvey (2014, p.48) corrobora as afirmações de Rolnik ao apontar que as formas espaciais das cidades se transformaram em fragmentos fortificados, compostos por comunidades muradas e espaços públicos sob constante vigilância. A proteção neoliberal aos direitos da propriedade privada e seus valores tornou-se uma forma hegemônica de política, estendendo-se até mesmo à classe média baixa.

Um exemplo concreto desse fenômeno é a construção de condomínios fechados, que começaram a proliferar no Rio de Janeiro, especialmente na Barra da Tijuca, na década de 1980. Esses espaços, assim como os shoppings centers, atuam como “cercas” visíveis e invisíveis, criando ambientes exclusivos que segregam e controlam o acesso, reforçando as divisões sociais e econômicas. Enquanto os condomínios criam barreiras físicas com muros e portarias, os shoppings centers estabelecem barreiras econômicas e culturais, filtrando o acesso por meio do consumo.

Esse processo, de segregação e fragmentação urbana, contribui para a formação de espaços isolados, o que Harvey (2014) descreve como a criação de "microestados" dentro das cidades. O autor exemplifica essa tendência, observando que:

Está se dividindo em partes distintas, com a formação aparente de muitos “microestados”. Os bairros ricos, que contam com todos os tipos de serviços, como escolas exclusivas, campos de golfe, quadras de tênis e patrulha de policiamento privado ininterruptamente nas ruas, veem-se cercados por assentamentos ilegais onde a água só é disponível nas fontes públicas, não há serviços básicos de saneamento, a eletricidade é pirateada por poucos privilegiados, as estradas se transformam em lamaçais sempre que chove, e onde o compartilhamento de uma mesma casa por várias famílias é norma. Cada segmento parece viver e funcionar autonomamente, agarrando-se com todas as forças ao que conseguiu para si na luta cotidiana pela sobrevivência (Harvey, 2014, p. 48).

Ribeiro (2003, p. 33) identifica três causas da segregação. A primeira é a mudança nos modelos regulatórios e paradigmas motivados pela globalização, que disseminaram ideias neoliberais. Além disso, a distribuição da população é fortemente influenciada pelos preços imobiliários, reforçando as desigualdades de renda social e a organização do espaço urbano. Finalmente, a privatização dos serviços urbanos exacerbou as disparidades no acesso a serviços, afetando principalmente a qualidade.

Como consequência da fragmentação do espaço urbano, há uma separação entre os espaços de moradia, trabalho e lazer, que se tornam elementos autônomos e, frequentemente inacessíveis para determinadas parcelas da população. Essa autonomia

espacial contribui para o isolamento e acentua a desigualdade dentro da cidade. Nesse sentido, Carlos (2020, p. 362) observa que a existência da propriedade privada do solo é um fator fundamental que não apenas diferencia o acesso à moradia, mas também desarticula a prática socioespacial urbana.

Segundo O’Neill (1986, p. 64) na sociedade capitalista, a moradia é tratada como mercadoria, o que contribuiu para a fragmentação do espaço urbano. Essa dinâmica reflete as diferenças de classe e as ações dos diversos atores envolvidos na produção e organização do solo. Entre esses agentes, o Estado tem um papel fundamental, com sua capacidade de influenciar o espaço urbano de forma desigual. Através de medidas como políticas de zoneamento, alterações de impostos e investimentos em infraestrutura básica — como água, esgoto e estradas —, o Estado pode modificar significativamente os preços das terras e propriedades, impactando diretamente o desenvolvimento urbano.

Os investimentos em serviços ou infraestrutura básica têm um efeito imediato na valorização dos terrenos, como observa Kowarick (1979, p. 37). Um exemplo claro desse fenômeno foi verificado na favela da Babilônia, no Rio de Janeiro, onde a instalação da UPP levou a um aumento significativo nos preços dos imóveis. Conforme noticiado pelo jornal O Globo (2010, p. 19)⁴³, os aluguéis na região subiram, com valores como R\$ 4 mil por uma loja e R\$ 2 mil por um imóvel de dois quartos. O custo para compra de uma casa nesses morros chegou a R\$ 50 mil, representando um aumento de 66%.

Tabela 3 — Valor do aluguel nas favelas Chapéu Mangueira e Babilônia

Chapéu Mangueira e Babilônia	Parte Alta		Variação em %	Parte Baixa		Variação em %
	Antes da UPP (R\$)	Depois da UPP (R\$)		Antes da UPP (R\$)	Depois da UPP (R\$)	
Quarto e sala	300,00	450,00	50	300,00	500,00	66
2 Quartos	700,00	1.000,00	42	1.200,00	2.000,00	66
Loja Comercial	1.000,00	1.300,00	30	3.000,00	4.000,00	33

Fonte: Bovier (2016, p. 86).

Esse processo de valorização imobiliária nas áreas pacificadas também foi reconhecido pelo então presidente da Associação de Moradores da Babilônia, Carlos

⁴³ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/>. Acessado em 07 de setembro de 2024

Palô⁴⁴, que afirmou: “todas as comunidades pacificadas⁴⁵ estão passando pela especulação imobiliária” (JORNAL DO BRASIL, 18/03/2014)⁴⁶. Tal dinâmica ilustra uma tendência mais ampla destacada por Ribeiro e Santos Junior (2020, p. 9), que apontam para a mudança no perfil socioeconômico dos residentes nas áreas em que o governo estadual interveio com o projeto das UPPs.

Por outro lado, (Maricato, 2013, p. 21) observa que os programas de urbanização, ao implementarem melhorias nas favelas, frequentemente assumem um caráter de clientelismo político. Intervenções como a pavimentação de ruas, a instalação de iluminação pública, a construção de unidades de saúde ou a criação de linhas de ônibus são, muitas vezes, realizadas em troca de votos. Rolnik (2019, p. 181) reforça essa visão, explicando que os investimentos em urbanização possuem grande relevância político-eleitoral, servindo tanto como instrumento para a obtenção de votos populares quanto como meio de garantir o acesso a financiamentos de campanha, isto é, as melhorias urbanísticas são utilizadas como moeda de troca.

Essas transformações indicam não apenas um aumento nos valores dos imóveis, mas também sugerem a possibilidade de exclusão social, à medida que a especulação imobiliária torna o custo de vida insustentável para os moradores de baixa renda, forçando muitos a deixar suas casas. Nessa abordagem, a valorização do solo deixa de ser um reflexo apenas de melhorias na infraestrutura, passando a ser um fator de intensificação da segregação urbana.

Esse processo de segregação urbana ganha ainda mais força em eventos que atraem grande atenção internacional, como os megaeventos esportivos. Ao promover uma imagem global de modernização e desenvolvimento, tais eventos frequentemente mascaram as consequências sociais profundas que recaem sobre as comunidades locais, muitas vezes deslocadas em nome do espetáculo.

Nesse contexto, os megaeventos esportivos tornam-se não apenas uma oportunidade para o marketing global das cidades, mas também instrumentos de reconfiguração urbana que intensificam os processos de segregação. Ao priorizarem interesses econômicos e políticos, essas iniciativas ampliam as desigualdades sociais e territoriais, afetando principalmente as populações vulneráveis que ocupam áreas de

⁴⁴ Carlos Antônio Pereira da Silva, mais conhecido como Palô, foi presidente da Associação de Moradores da Babilônia. Ele é filho de Percília, uma destacada líder comunitária.

⁴⁵ Entende-se por “comunidade pacificada” aquela que recebeu uma UPP.

⁴⁶ Disponível em: <https://www.jb.com.br/rio/noticias/2014/03/18/especulacao-imobiliaria-sobe-do-asfalto-para-a-favela.html>. Acessado em: 07 de setembro de 2024.

interesse estratégico. Como se verá a seguir, os megaeventos não apenas projetam uma imagem de modernidade, mas também ocultam a despossessão de populações locais, evidenciando as contradições do desenvolvimento urbano contemporâneo.

3.2 OS MEGAEVENTOS E A RECONFIGURAÇÃO URBANA: ENTRE O ESPETÁCULO GLOBAL E A DESPOSSESSÃO DAS COMUNIDADES LOCAIS.

Nas duas últimas décadas, megaeventos como as Olimpíadas e a Copa do Mundo foram catalisadores de desenvolvimento urbano e econômico. Cidades-sede foram retratadas como globais e investidos bilhões em infraestrutura e modernização para atrair turismo e capital estrangeiro. No entanto, esse cenário de progresso esconde um lado sombrio: o impacto social e territorial imposto a comunidades inteiras.

A partir desse episódio, atores políticos e econômicos buscaram projetar o Rio de Janeiro como uma “cidade de eventos”. Sob essa ótica, Gonçalves (2013, p. 325) observa que, conforme o Plano Estratégico da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, homologado em 1995, o então prefeito César Maia pretendia transformar a cidade em uma metrópole competitiva e um centro internacional de ciência e negócios. Todavia, ele destaca que o objetivo do plano estratégico era, na verdade, legitimar os projetos de certos grupos dominantes na cidade. Complementando essa perspectiva, Vainer (2002, p. 76) argumenta que a adoção do planejamento estratégico, pelas administrações locais, incentivadas por seus defensores, ocorreu porque as cidades passaram a enfrentar condições e desafios semelhantes aos das empresas, como a busca por competitividade, atração e investimentos e consolidação de uma imagem favorável no cenário global.

Um plano estratégico, na visão de Castells e Borja (1996, p. 158), deve ser capaz de construir ou transformar a imagem que a cidade tem de si mesma e a forma como se projeta no exterior. Trata-se de um Projeto de Cidade que integra diagnósticos, concretiza ações públicas e privadas, e estabelece uma base coerente para a mobilização e cooperação entre os atores sociais urbanos. Esses atores incluem tanto as instituições políticas quanto a sociedade civil, cuja articulação é fundamental para o sucesso das intervenções planejadas.

O Rio de Janeiro é descrito por Gonçalves como uma “cidade espetáculo”, projetada para a realização de grandes eventos, mas que acaba ignorando as práticas e

necessidades da população local. Com isso, a cidade passou por um processo de transformação em produto, uma “cidade-*commodity*”, a ser comercializada. De forma semelhante, Vainer (2002, p. 78) define a cidade como mercadoria a ser vendida em um mercado competitivo, apropriada por interesses empresariais globais. Esse fenômeno está intimamente relacionado com a crítica de Lefebvre ao urbanismo tecnocrático.

Este urbanismo se pretende científico. Baseia-se ora numa ciência, ora em pesquisas que se pretendem sintéticas (pluri ou multidisciplinares). Este cientificismo, que acompanha as formas deliberadas do racionalismo operatório, tende a negligenciar o 'fator humano', como se diz. [...] Esse urbanismo tecnocrático e sistematizado, com seus mitos e sua ideologia (a saber, o primado da técnica) não hesitaria em arrasar o que resta da Cidade para dar lugar aos carros, às comunicações, às informações ascendentes e descendentes (Lefebvre, 2011, p. 31)

Diante dessa realidade, é importante reconhecer que, sob a lógica capitalista, a cidade deixa de ser apenas um espaço de convivência social ou exercício da cidadania e passa a ser moldada como mercadoria. De acordo com Harvey (2012), a urbanização não é um processo neutro, mas sim um reflexo dos interesses das classes dominantes, que controlam o uso do excedente de capital. A infraestrutura urbana, como estradas, edifícios e redes de transporte, é desenvolvida para atender aos interesses do capital, muitas vezes em detrimento das classes populares. Esse capital excedente é reinvestido na criação de novas paisagens urbanas, o que acaba gerando deslocamentos sociais, exclusão e conflitos de classe.

A urbanização, nesse contexto, não prioriza mais as necessidades da população, mas passa a ser orientada pelas demandas do capital, que busca não só controlar, como também mercantilizar o espaço urbano. A cidade se transforma em um produto, onde o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso, servindo aos interesses de quem detém o capital, e não às necessidades de seus moradores (Maricato, 2015, p. 23).

A radicalização do processo de transformação das cidades em empresas, foi denominada “democracia direta do capital” por Vainer (2011, p. 11). De acordo com Rolnik (2019, p. 244), esse modelo, baseado no discurso neoliberal de eficiência, modernização e competitividade, justifica profundas intervenções urbanas. O resultado desse processo é uma cidade moldada por contratos e produtos imobiliários, como centros culturais, shoppings e empreendimento corporativos. Esses espaços constroem paisagens homogêneas e globalizadas, que ignoram as particularidades locais e promovem uma crescente padronização urbana, indiferente à diversidade cultural e às necessidades das comunidades que ali habitam.

Nesse sentido, Tavorari (2016, p. 102) afirma que projetos de reestruturação urbana frequentemente destroem espaços de convivência, lazer e discussão política, ao desconsiderar as relações sociais já estabelecidas em detrimento de uma racionalidade tecnocrática que privilegia a eficiência e o desenvolvimento econômico. Valladares (1978, p. 21) já havia apontado que, historicamente, grandes obras públicas tendem a atender a interesses econômicos ou político, deixando em segundo plano as necessidades da população. Rolnik aprofunda essa discussão ao destacar os impactos da padronização em escala global:

Tanto faz se estamos em Dubai, Astana, Joanesburgo, Mumbai ou Rio de Janeiro: falamos a mesma língua, nos identificamos na mesma paisagem, estamos pisando o mesmo chão, abstrato, abstraído – e subtraído – do território vivido por quem estava ali. Nada de puxadores de *tuk-tuk* passeando no meio de vacas, nada de vendedores ambulantes oferecendo comidas exóticas, nada de modos de vida e modos de ser particulares (Rolnik, 2019, p. 245)

Essa reconfiguração urbana é, portanto, uma máquina de aniquilamento material e simbólico de modos de vida locais. Ao apagar os traços das comunidades que originalmente habitavam essas áreas, o projeto urbano transforma a cidade em um produto genérico, adaptado às demandas do mercado global e alheio às histórias e culturas que formaram sua identidade.

O auge desse processo de mercantilização foi marcado pela escolha do Rio para sediar uma série de eventos internacionais, como os Jogos Pan-Americanos em 2007, Jogos Mundiais Militares em 2011, Rio+20 em 2012, a II Jornada Mundial da Juventude em 2013, além das finais da Copa das Confederações em 2013 e da Copa do Mundo em 2014, culminando com os Jogos Olímpicos de 2016.

Ribeiro e Santos Junior (2020, p. 1 e 9) argumentam que os megaeventos consolidaram uma coalizão de forças políticas em três níveis de governo - municipal, estadual e federal – em aliança com grandes corporações envolvidas em obras públicas. Essa aliança criou um cenário propício para remodelar a cidade segundo princípios neoliberais, em que a administração local atuou como promotora das intervenções urbanas. A prefeitura articulou e executou diversos projetos, financiou diretamente várias intervenções, concedeu incentivos e isenções fiscais para atrair empresas privadas e adotou novos arranjos institucionais, além de modificar as regulamentações do setor de construção. O envolvimento dos governos federal e estadual foi igualmente importante, principalmente no que se referiu ao investimento direto e ao financiamento de projetos de

transporte urbano, elementos fundamentais para a reestruturação da cidade e a preparação para os eventos de grande escala.

Nos últimos decênios, o neoliberalismo provocou mudanças profundas no modelo de governança urbana, impulsionando ajustes e reestruturações socioespaciais em diversas cidades da América Latina, incluindo o Rio de Janeiro (Santos Junior, Werneck e Novaes, 2020, p. 2). Essas políticas neoliberais, caracterizadas pela promoção do livre mercado e pela redução do papel do Estado, são descritas por Ribeiro e Santos Junior (2020, p. 2) como processos moldados por trajetórias históricas e particularidades locais e institucionais. Nesse sentido, os megaeventos, como as Olimpíadas de 2016, não apenas catalisaram essas transformações, mas também serviram para intensificar o uso da terra urbana e reconfigurar os espaços da cidade.

Sob esse ponto de vista, Vainer (2013, p. 37) explica que a adoção de políticas neoliberais, alterou as relações entre capital, Estado e sociedade a partir dos anos 1990, tendo importantes impactos no papel desempenhado pela cidade dentro do processo de acumulação. A cidade passou a ser utilizada de forma mais direta para a valorização do capital, tornando-se progressivamente financeirizada. Ou seja, os espaços urbanos passaram a ser cada vez mais regidos pelas dinâmicas de investimento financeiro e especulação imobiliária, em detrimento de funções sociais e usos tradicionais.

Segundo Maricato (2015, p. 41), a mercantilização dos espaços urbanos no Brasil seguiu uma dinâmica comum aos países que sediam grandes eventos. A articulação de interesses entre entidades internacionais, governos e grandes capitais foi utilizada para justificar gastos públicos vultosos. Esses investimentos foram legitimados sob o pretexto do urbanismo do espetáculo. Maricato também destaca que, para viabilizar a expansão imobiliária e criar uma imagem de "cidade global", grandes obras promoveram a remoção forçada de moradores, especialmente das áreas periféricas, priorizando os interesses do capital em detrimento das necessidades sociais da população. No caso do Rio de Janeiro, as Olimpíadas resultaram na remoção de comunidades inteiras, como a Vila Autódromo, ilustrando como esses eventos exacerbam a especulação imobiliária e aprofundam desigualdades sociais e territoriais.

Figura 19 — Moradores Vila Autódromo resistem à remoção de casas.



Fonte: Agência Brasil, Tânia Rego (2015)⁴⁷

Rolnik (2019, p. 149) reforça os argumentos de Maricato ao destacar que as remoções são as manifestações mais visíveis e perturbadoras da insegurança fundiária, cujos impactos agravam a pobreza e desmantelam comunidades inteiras, deixando milhões de pessoas em condições de extrema vulnerabilidade. Além disso, as intervenções urbanísticas, voltadas a adaptar as cidades para sediar megaeventos, têm sido uma fonte adicional de insegurança e de remoções, frequentemente destruindo áreas ocupadas pela população de baixa renda para a construção de novas infraestruturas.

Além da intensificação do uso da terra urbana promovida pelos megaeventos, essa nova configuração neoliberal também aprofunda desigualdades jurídicas no espaço urbano. Conforme argumenta Alfonsin (2008, p. 22), a dinâmica capitalista de produção das cidades é marcada por desigualdades não apenas econômicas, mas também sociais e jurídicas. No espaço urbano, a desigualdade jurídica se baseia no direito à propriedade, que se torna um elemento central na política urbana. A posse e o controle sobre a terra determinam quem tem acesso aos benefícios do desenvolvimento urbano, exacerbando as disparidades sociais e limitando o acesso de populações mais vulneráveis a esses espaços transformados.

⁴⁷ Disponível em: https://www.cidadenova.org.br/editorial/informa/2460-justica_global_pede_que_onu_acompanhe_pr. Acessado em 29 de setembro de 2024.

As desigualdades no acesso à terra e aos benefícios urbanos se agravam ainda mais quando se observa os mecanismos de financiamento adotados pelos municípios, que frequentemente recorrem à expropriação de terras públicas como fonte de recursos. Rolnik (2019, p. 222), acrescenta que as terras são vendidas ou cedidas em regime de *leasing* para incorporadores privados ou parcerias público-privadas (PPPs) em projetos de infraestrutura, ou ainda usadas como garantia para empréstimos.

A partir das análises de Santos Junior, Werneck e Novaes (2020, p. 10), observa-se que as políticas neoliberais adotadas no Rio de Janeiro, especialmente no contexto dos megaeventos, promoveram o dismantelamento parcial das regulações e acordos políticos vigentes. Essas práticas foram substituídas por novas formas de gestão institucional voltadas para o capital e o mercado. Nesse cenário, a cidade transformou-se em uma plataforma de investimentos, o que incluiu a criação de um arcabouço jurídico e normativo que favoreceu os interesses do setor privado, em especial grandes empreiteiras, por meio da flexibilização de normas urbanísticas e da concessão de benefícios fiscais.

O processo de urbanização, especialmente nas últimas décadas, transformou-se em um fenômeno global, impulsionado pela integração dos mercados financeiros e pelos fluxos de capital, com impactos significativos em economias locais e no cenário global. Exemplos como o desenvolvimento urbano na China, que absorveu vastas quantidades de capital excedente, e os megaprojetos urbanos no Oriente Médio, ilustram como a urbanização se tornou um dos principais mecanismos de estabilização do capitalismo global." (Harvey, 2012, p. 79).

No Brasil, essa dinâmica global também se reflete em grandes projetos de reestruturação urbana. Um exemplo dessa transformação foi o projeto Porto Maravilha, que visava a revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro, uma área historicamente popular e marcada pela informalidade. O projeto atraiu vultuosos investimentos em infraestrutura, com melhorias na mobilidade, telecomunicações e saneamento, além da previsão de novos equipamentos culturais. Essas intervenções buscaram transformar a região em um polo de expansão imobiliária, voltado para empreendimentos de médio e alto padrão, atraindo novos moradores e convertendo a área em um dinâmico centro de desenvolvimento (Santos Junior, Werneck e Novaes, 2020, p. 10).

Esse tipo de abordagem, voltada para a regeneração de áreas urbanas degradadas por meio de investimentos e a criação de novos atrativos, reflete uma tendência mais ampla nas estratégias contemporâneas de revitalização urbana, conforme descrito por Harvey:

A valorização de regiões urbanas degradadas, a inovação cultural e a melhoria física do ambiente urbano (incluindo a mudança para estilos pós modernistas de arquitetura e design urbano), atrações para consumo (estádios esportivos, centros de convenção, shopping centers, marinas, praças de alimentação exóticas) e entretenimento (a organização de espetáculos urbanos em base temporária ou permanente) se tomaram facetas proeminentes das estratégias para regeneração urbana (Harvey, 2005, p. 176).

Entre a designação da cidade anfitriã e a realização dos megaeventos, inicia-se um período crítico em que grandes obras são empreendidas, demandando vastos espaços para a construção de estádios, alojamentos, infraestrutura de mobilidade e áreas de lazer. Frequentemente, essas intervenções exigem a demolição de moradias existentes e a reconfiguração de bairros inteiros, resultando em despejos forçados e deslocamentos massivos. Assentamentos autoconstruídos, favelas e conjuntos habitacionais populares, tidos como esteticamente negativos e contrários à imagem internacional que se busca promover, tornam-se os principais alvos dessas remoções.

O processo de preparação de cidades para sediar megaeventos esportivos tem se tornado um dos cenários mais visíveis para a transformação urbana contemporânea, onde a lógica do capital se sobrepõe ao interesse público. A essa transformação Vainer (2011, p. 10) denominou de “cidade de exceção”, uma vez que as formas institucionais da democracia como o poder executivo e o legislativo, continuam aparentemente em operação, contudo abdicam de parcela de suas atribuições e poderes. Os processos decisórios, que antes deveriam ocorrer em instâncias republicanas, passam a ser progressivamente deslocados para arenas invisíveis, onde a influência de grupos de interesse empresarial domina. Esse deslocamento se traduz em uma nova configuração de poder, que centraliza as decisões nas mãos de elites econômicas e políticas, promovendo o enfraquecimento dos mecanismos democráticos tradicionais.

Na cidade de exceção, as fronteiras entre o Estado e o capital privado se tornam indistinguíveis. O Estado, em vez de mediar os interesses da sociedade de forma equitativa, passa a atuar como um facilitador direto dos interesses privados, utilizando o poder público para maximizar o retorno de grupos econômicos específicos. As decisões que afetam a cidade – desde o planejamento urbano até a alocação de recursos públicos – tornam-se opacas, excluindo a participação cidadã e consolidando uma nova modalidade de exercício hegemônico, onde o "interesse geral" deixa de ser uma prioridade real. Nesse cenário, o poder público justifica suas ações sob o discurso de eficiência e modernização,

mas o que ocorre, na prática, é uma profunda reconfiguração do espaço urbano, priorizando os interesses do capital.

Por sua vez, Rolnik (2019, p. 245), evidencia que esses eventos mobilizam a opinião pública e o patriotismo em torno de um sentimento de coesão social, o que facilita a aceitação de projetos de reurbanização massiva e a destinação de recursos públicos para empreendimentos privados. No entanto, sob essa fachada de progresso e modernização, esconde-se um processo profundo de despossessão e violência contra as populações mais vulneráveis. As comunidades afetadas são frequentemente removidas sem diálogo ou consulta prévia. Alternativas aos despejos raramente são exploradas, e as indenizações, quando oferecidas, são insuficientes para que os desalojados consigam acessar moradias equivalentes. Na maioria dos casos, os moradores – sejam proprietários, locatários ou ocupantes sem título formal – enfrentam pressões por parte das autoridades e dos agentes imobiliários para abandonar suas casas. A urgência dos prazos é utilizada como justificativa para a violência dos despejos, e direitos fundamentais são desconsiderados em nome da preparação do evento.

O cenário de expulsão e deslocamento forçado se entrelaça com os efeitos das reformas políticas neoliberais, que, não conseguiram cumprir a promessa de promover um crescimento econômico robusto. Segundo Chang (2004, p. 212), as reformas prometiam um crescimento mais rápido, mesmo com o aumento da desigualdade tanto a curto quanto a longo prazo. Com o tempo, isso traria benefícios a todos de maneira mais eficaz do que as políticas intervencionistas adotadas no período pós-guerra. Contudo, os dados das últimas duas décadas mostram que apenas a previsão negativa se concretizou: a desigualdade de renda aumentou, enquanto o crescimento econômico esperado não se materializou. Na verdade, comparado ao período de 1960 a 1980, o crescimento econômico desacelerou acentuadamente, sobretudo nos países em desenvolvimento.

Tanto Rolnik (2019, p. 30) quanto Maricato (2015, p. 21) abordam, de maneira complementar, as consequências do avanço do neoliberalismo e o enfraquecimento do Estado de bem-estar social sobre as dinâmicas urbanas. Rolnik observa que, apesar de ser um fenômeno global, a transição para as políticas neoliberais se manifestou de forma desigual entre os países, influenciada por contextos institucionais e políticos específicos. No Brasil, por exemplo, o desmonte das políticas de habitação social foi expressivo, embora distinto de outros países da América Latina. Isso resultou em uma destruição parcial do sistema de proteção social, ao passo que novas estruturas econômicas e sociais foram criadas para se adaptar ao contexto local. Maricato, por sua vez, ressalta que, nos

países centrais do capitalismo, essa transição coincidiu com o declínio da importância social das cidades, promovendo a mercantilização crescente dos espaços urbanos.

Diante desse enfoque, Harvey (2014, p. 47) reflete sobre os riscos da ética neoliberal, ao valorizar o individualismo. Ele argumenta que essa tendência pode gerar transformações na socialização da personalidade humana, intensificando o isolamento, a ansiedade e as neuroses, ainda que essas políticas surjam em um contexto de grandes conquistas sociais, que deveriam, teoricamente, promover a realização dos desejos humanos mais profundos.

Esses mesmos princípios neoliberais, quando aplicados ao planejamento urbano, podem ser observados nos desafios e limitações enfrentados pelo Programa Morar Carioca Verde na Favela da Babilônia. Embora o programa tenha trazido melhorias significativas ele não foi capaz de atender de maneira equitativa às necessidades de todas as áreas da comunidade, expondo falhas estruturais que continuam a perpetuar a exclusão.

Essas limitações evidenciam como os princípios neoliberais aplicados à gestão urbana, ao priorizarem interesses econômicos e resultados imediatos, acabam negligenciando a complexidade das demandas sociais e ambientais das comunidades vulneráveis. Na Favela da Babilônia, essas contradições se manifestam de maneira clara, revelando tanto os avanços proporcionados pelo Morar Carioca Verde quanto os desafios de transformar o espaço urbano em um território inclusivo e sustentável. A seguir, analisa-se como essa comunidade específica reflete as dificuldades e possibilidades do programa, considerando sua localização estratégica e as contradições sociais que a cercam.

3.3 DESAFIOS E LIMITAÇÕES DO PROGRAMA MORAR CARIOCA VERDE NA FAVELA DA BABILÔNIA

A pesquisa foi conduzida na Favela da Babilônia, localizada na Zona Sul do Rio de Janeiro, no bairro do Leme. A região é caracterizada pela mistura entre áreas de ocupação informal e proximidade com bairros de alta renda, refletindo as contradições urbanas e sociais da cidade. Essa localização gera uma dualidade nas dinâmicas sociais e econômicas, tema que será explorado à luz do conceito de "direito à cidade", conforme desenvolvido por Henri Lefebvre e outros autores contemporâneos.

A escolha dos marcadores de saúde, infraestrutura de saneamento básico, lixo, educação, gestão participativa, sustentabilidade, habitação e acessibilidade, identidade cultural e remoções é estratégica para estruturar a análise da realidade da Favela da

Babilônia e para compreender de forma ampla os impactos do Programa Morar Carioca Verde e de outras dinâmicas urbanas na favela. Cada marcador corresponde a aspectos essenciais que permitem avaliar tanto as condições de vida dos moradores quanto as transformações urbanísticas, sociais e ambientais vivenciadas na área.

Além disso, esses marcadores são fundamentais para a análise do direito à cidade, pois permitem identificar como os moradores da Babilônia vivenciam a inclusão ou a exclusão das dimensões que compõem esse conceito.

Foram realizadas um total de quatro visitas entre os meses de abril e julho, em diferentes dias e horários para captar a diversidade de vivências da comunidade. Durante esse período, entrevistei oito moradores da Babilônia, incluindo figuras relevantes da comunidade, como líderes de associações e moradores antigos. A coleta de dados foi composta por entrevistas semiestruturadas e observações de campo, com o objetivo de entender tanto as trajetórias individuais quanto as percepções coletivas sobre o espaço urbano e as mudanças promovidas pelo programa Morar Carioca Verde na comunidade.

As entrevistas foram gravadas com o consentimento dos participantes, e muitas vezes ocorreram em locais estratégicos como as ruas principais da comunidade e residências. Fotografias tiradas durante as visitas documentam aspectos da infraestrutura local, pontos turísticos emergentes, e as condições de vida dos residentes.

Para acessar a Favela da Babilônia, utilizei principalmente carros de aplicativo, uma opção prática e segura até o início da comunidade. Em uma das visitas, escolhi usar o mototáxi, uma alternativa muito comum entre os moradores para enfrentar as ladeiras íngremes. No entanto, descobri que apenas os mototaxistas da própria comunidade têm permissão para subir a ladeira, cobrando uma tarifa de R\$ 5,00 pelo serviço. O acesso principal se dá pela Ladeira Ari Barroso, um trajeto que é recomendado para visitantes devido à maior segurança. Além desse caminho, existem duas servidões que partem da Rua Gustavo Sampaio, mas, sendo visitante, preferi utilizar a entrada principal. Minha conexão com a comunidade foi facilitada pelo fato de minha sobrinha ter estudado na Creche Dona Marcela, no Chapéu Mangueira, e por ter amigos que residem na Babilônia, o que me ajudou a criar uma relação de proximidade com os moradores.

A seleção dos entrevistados seguiu critérios que asseguraram uma visão abrangente e detalhada da realidade da Babilônia, com foco especial no impacto do Programa Morar Carioca Verde. Entre os escolhidos estavam líderes comunitários que desempenharam o papel de presidentes da Associação de Moradores durante o período de execução do programa, bem como moradores que foram contemplados com unidades

habitacionais no edifício HAB2, o popular "predinho", e residentes que nasceram e cresceram na comunidade. Essas escolhas foram fundamentais para entender as mudanças urbanas vivenciadas na Babilônia.

Para compreender as dinâmicas sociais, econômicas e culturais da Favela da Babilônia e os impactos das intervenções urbanas, foi essencial selecionar um grupo diversificado de entrevistados. A tabela a seguir apresenta as principais características dos moradores entrevistados, incluindo informações sobre o tempo de residência na comunidade, suas relações com as intervenções urbanísticas e seus papéis dentro do território. Essa diversidade de perfis permitiu captar perspectivas distintas sobre as transformações ocorridas, abrangendo tanto lideranças comunitárias quanto moradores de longa data e beneficiários diretos do Programa Morar Carioca Verde.

Tabela 4 – Perfil dos Moradores entrevistados na Favela da Babilônia.⁴⁸

Entrevistados	Sexo	Morador desde o Nascimento?	Ainda é morador?
Morador 1	masculino	Sim	Sim
Morador 2	masculino	Sim	Sim
Morador 3	feminino	Sim	Sim
Morador 4	masculino	Não	Sim
Morador 5	masculino	Sim	Sim
Morador 6	masculino	Sim	Sim
Morador 7	masculino	Sim	Sim
Morador 8	feminino	Não	Sim
Morador 9	feminino	Sim	Sim
morador 10	masculino	Sim	Não

Fonte: Autora, 2024

Além disso, os entrevistados foram indicados por amigos da comunidade. A rede de contatos construída a partir dessas indicações facilitou o acesso a comunidade, garantindo que as entrevistas fossem realizadas com pessoas que vivenciaram as transformações ocorridas.

Durante as visitas, a dualidade entre a favela da Babilônia e os bairros formais próximos tornou-se evidente. Apesar da proximidade física com a elite da Zona Sul, os moradores relataram sentir-se à margem da cidade formal, sem acesso a serviços urbanos adequados, como coleta postal padronizada e transporte eficiente. A noção de "cidade partida" emergiu como um conceito-chave para entender essa segregação espacial e social.

⁴⁸ Os nomes dos moradores entrevistados na Favela da Babilônia foram substituídos em conformidade com os princípios estabelecidos pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), visando à proteção da identidade dos participantes e à garantia da confidencialidade das informações coletadas..

A Babilônia passou por duas intervenções urbanísticas nas últimas décadas, o programa Bairrinho e o Morar Carioca Verde. Essas intervenções, inicialmente planejadas para melhorar a infraestrutura e a qualidade de vida dos moradores, têm gerado impactos ambíguos. Por um lado, a comunidade foi beneficiada com serviços de saneamento básico e melhorias em vias públicas. Por outro, essas mudanças também aceleraram processos de valorização do solo, elevando o custo de vida e criando tensões sobre a permanência dos moradores antigos.

O ecoturismo na comunidade é um aspecto de destaque, especialmente pela exploração das trilhas locais que atraem um fluxo crescente de visitantes, gerando benefícios econômicos para os moradores. Essas atividades turísticas têm fomentado iniciativas de turismo sustentável, oferecendo oportunidades de trabalho e geração de renda para a população local. No entanto, esse turismo também levanta preocupações entre os residentes, que o veem como um fator de incentivo à especulação imobiliária, intensificando o interesse de investidores externos e contribuindo para a valorização dos terrenos na área. Esse processo reflete o que o sociólogo Kowarick (1979) define como "espoliação urbana", em que o crescimento econômico impulsionado por atividades externas acaba por deslocar os residentes originais, transformando o espaço urbano em um objeto de disputa e mercantilização, muitas vezes em detrimento da comunidade local.

Com base nas entrevistas, ficou evidente que os moradores possuem uma compreensão particular do que significa o "direito à cidade". Muitos associam o termo a um sentimento de pertencimento ao espaço urbano e à luta por condições de vida dignas, que envolvem infraestrutura básica, segurança e acesso a serviços sociais. No entanto, há uma percepção generalizada de que a favela permanece excluída das benesses oferecidas aos bairros nobres adjacentes. Essa exclusão é explicitada em práticas cotidianas, como a entrega de correspondências, que são centralizadas na Associação de Moradores devido à ausência de um Código de Endereçamento Postal (CEP) próprio na favela.

Por fim, a presença da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) na Babilônia é vista com desconfiança por parte dos moradores. Embora traga uma aparente segurança, muitos consideram que a iniciativa foi utilizada para "pacificar" o espaço em favor de interesses econômicos e turísticos, reforçando a ideia de que a cidade é um espaço de disputa constante, onde o valor de uso muitas vezes é sobreposto pelo valor de troca.

3.3.1 Infraestrutura de Saúde

No contexto da saúde pública, é fundamental considerar as ações progressas que moldaram a situação atual. O posto de saúde que atende as favelas Chapéu Mangueira/Babilônia foi resultado de um esforço comunitário, coordenado pela missionária católica francesa e enfermeira Renné de Lorne, que atuou como voluntária no Chapéu Mangueira. Porém, após a implantação da UPP, o centro municipal de saúde (CMS) foi fechado, e as suas atividades passaram a ser realizadas em um espaço cedido pela Associação de Moradores da Babilônia (AMB).

Foto 20 e 21 – Clínica da Família



Fonte: Autora (2024)

A inauguração da Clínica da Família Chapéu Mangueira-Babilônia, em 27 de junho de 2024, no âmbito do projeto Morar Carioca, representou um avanço importante na prestação de serviços de saúde para a comunidade. Essa nova estrutura ampliou a capacidade de atendimento para 200 consultas diárias e passou a contar com duas equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF). Segundo a Prefeitura (2024)⁴⁹, a mudança para o novo local foi justificada pela inadequação da antiga localização do CMS, que não oferecia condições adequadas para a chegada de ambulâncias em uma eventual transferência de pacientes.

A Moradora 3 reconhece os avanços recentes, mas ressalta que as limitações no atendimento especializado ainda obrigam muitos a buscar assistência fora da comunidade: “Tem um posto. Foi inaugurado no mês passado. E quando não há especialidade a gente utiliza a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Siqueira

⁴⁹ Disponível em: <https://prefeitura.rio/habitacao/chapeu-mangueira-e-babilonia-ganham-unidade-de-saude-com-capacidade-para-200-atendimentos-por-dia/>. Acessado em 03 de agosto de 2024.

Campos”. Por outro lado, Morador 7⁵⁰, expressou satisfação com a ampliação dos serviços oferecidos pela Clínica da Família, recentemente inaugurada:

Tinha uma clínica da família que funcionava na Associação de Moradores e agora com a retomada do Morar Carioca no Chapéu Mangueira, nós aumentamos a capacidade da clínica da família indo para um espaço maior, que prioriza o atendimento das pessoas, mas também facilita o deslocamento de ambulância, de material que chega para a clínica (Morador 7, 2024).

Apesar dos avanços, o projeto Morar Carioca apresentou falhas importantes. O Morador 5 pontuou que: “Saúde a gente avançou bastante, mas é preciso mais atenção para o acesso aos cuidados de emergência e transporte especializado”

Complementando essa perspectiva, o Morador 2⁵¹ defendeu a importância do Sistema Único de Saúde (SUS) como um instrumento de inclusão social:

No SUS, sim. Lá tem uma clínica da família que funciona de forma razoável. Poderia ter um funcionamento melhor, mas eu sou sempre favorável à defesa do SUS. Acho que com todos os problemas que o Sistema Único de Saúde tem no Brasil, nós ainda temos uma saúde pública que é acessível para os pobres. Nós temos que lutar para aprimorar a prestação de serviço através do SUS, mas jamais pensar em fazer uma crítica que viabilize aos liberais privatizar o SUS (Morador 2, 2024).

As Moradoras 8 e 9 quando entrevistadas, expressaram-se de forma mais breve, afirmando que a clínica da família atende, de maneira geral, às demandas da comunidade. O Morador 6, por sua vez, compartilhou a mesma opinião e demonstrou sentir-se atendido pela nova unidade de saúde.

O Morador 1 informou que a Clínica da Família atende à comunidade, embora existam algumas reclamações. Ele também ressaltou a importância da presença do Estado na região, destacando como essencial a continuidade de serviços públicos na Babilônia.

eu acho que atende sim, evidentemente temos reclamações, mas eu acredito que a proximidade de ter o Estado na comunidade, a vantagem de ter um médico que faz o atendimento e o acompanhamento do paciente, tudo isso é bacana. Uma outra coisa, é que tem um cadastro da comunidade. A clínica da família conseguiu fazer um cadastro de praticamente 100% da comunidade, mais de 4 mil pessoas. Isso é o número de habitantes do Chapéu Mangueira e Babilônia (Morador 1, 2024).

⁵⁰ Morador e ex-presidente da Associação de Moradores da Babilônia, é uma das principais lideranças da comunidade.

⁵¹ O Morador 2 é ex-presidente da Associação de Moradores da Babilônia. Neto uma figura reconhecida por alfabetizar as crianças da favela. Sua avó, ao lado de Renée, enfermeira comunitária, teve um papel de destaque tanto no processo de urbanização quanto no desenvolvimento social da favela. Ela contribuiu para a construção da creche, que leva seu nome como homenagem. Além disso, atuou como professora na escolinha, que atualmente é administrada pelo município e funciona no prédio da Associação de Moradores do Chapéu Mangueira. Sua colaboração também foi fundamental na criação do posto de saúde.

3.3.2 Infraestrutura de Saneamento Básico (Água e Esgoto Sanitário)

Além da saúde, as infraestruturas de saneamento básico representam serviços indispensáveis à população para poder viver com dignidade. A relação dos moradores da Babilônia com a água foi se transformando ao longo dos anos. Segundo relatos de moradores mais antigos, até 1940, o morro não contava com serviços de água e energia elétrica. Nesse contexto, o Morador 4, marido da Moradora 3, orgulha-se de sua contribuição ao levar esses serviços básicos para a comunidade: “eu subia o morro com poste, ajudei a colocar luz, água aqui no morro, a fazer as escadarias, ajudei tudinho”.

Nas décadas de 1960 e 1970, os moradores da Babilônia organizaram-se para melhorar as condições de acesso à água. Morador 1 recorda que, nos anos 70, a água chegava por sistemas clandestinos, instalados na Avenida Princesa Isabel, ao lado do Teatro Villa Lobos. O primeiro reservatório de água, também chamado de caixa d’água, foi construído em 1964, em um mutirão organizado pelos próprios moradores. Esse reservatório, que frequentemente precisava de reparos para conter vazamentos, já não está mais em funcionamento.

Figura 22 – Mutirão para reparos do antigo reservatório de água.



Fonte: Foto Cedida por Morador 1.

Figura 23 – Primeiro reservatório de água, construído por mutirão da comunidade.



Fonte: Autora (2024)

Ao longo dos anos, o acesso à água, esgoto e serviços de coleta de lixo passou por transformações importantes. Inicialmente, o acesso à água era uma tarefa árdua e diária para os moradores. O Morador 6 lembra as dificuldades que enfrentadas nessa época:

A água aí, a gente apanhava água com lata. Agora tem água canalizada. (...) É, não era assim, exatamente, tipo...A lata, que eu digo assim, no sentido de você tinha um chafariz aqui, cada lugar tinha um chafariz. Nós chamamos de chafariz, é uma coisa que tem uma torneira, ela é fechada (Morador 6, 2024).

O Morador 10, ex-morador da Babilônia, reforça a narrativa do Morador 6, sobre a organização comunitária em torno do abastecimento de água. Ele explica que, durante os anos 1960, a água era distribuída em 10 chafarizes espalhados pela comunidade. O controle dessa distribuição era realizado por Isaldino, um prestador de serviços da AMB, que monitorava o nível da água no reservatório e acionava a bomba para garantir a distribuição adequada.

A distribuição de água na comunidade seguia um sistema organizado, dependendo da localização das casas. Como explica o Morador 10: "Às segundas, quartas e sextas, o lado A recebia água; às terças, quintas e sábados, era a vez do lado B." Entre 1965 e 1969, o Morador 6 desempenhou voluntariamente a tarefa de abrir as válvulas dos registros por volta das 14:00, garantindo o fornecimento de água nos dias e horários estipulados. Naquele período, a comunidade contava com cerca de 200 moradores.

A mobilização da comunidade continuou ao longo dos anos. Em 2003, a Companhia Estadual de Água e Esgoto (CEDAE) construiu um novo reservatório, fruto

das negociações entre a então presidente da AMB, Dona Percília e Presidente da CEDAE. A reivindicação da comunidade era a inauguração do novo reservatório o mais rápido possível.

O Morador 1 explicou que a construção do reservatório de água começou durante o Programa Bairrinho, mas enfrentou uma série de atrasos. A obra só foi concluída em 2013, e mesmo após a finalização, foi necessário aplicar uma manta protetora para garantir a impermeabilização.

São mais de 10 de anos de história. Ele começa lá no Bairrinho em 2003, 2004 e só foi inaugurado em 2013. Dez anos. E depois dele pronto ainda precisou aplicar uma manta para segurar o barranco. Uma norma legal. E a gente teve que esperar ainda para aplicação da manta. Foram anos de luta e muita paciência até o projeto Morar Carioca chegar e assumir a responsabilidade (Morador 1, 2024).

Figura 24 – Reservatório de Água construído pela CEDAE, em 2003.



Fonte: Foto cedida pelo Morador 1.

Além disso, o Morador 1 detalhou o funcionamento do atual sistema de abastecimento de água da Babilônia, incluindo o percurso da água desde a base do morro até as residências da favela:

O sistema de abastecimento vem pelo número 120 da Avenida Princesa Isabel, que conta com bombas que abastecem o reservatório que fica numa parte alta do Morro da Babilônia, na fronteira com a mata, bem acima da área urbanizada. Esse reservatório abastece 80 a 90% das casas da Babilônia (Morador 1, 2024).

Figura 25 – Sistema de distribuição de água



Fonte: Foto cedida por Morador 1.

Paralelamente às melhorias no acesso à água, houve importantes avanços no saneamento da Babilônia. O Morador 7 destacou o impacto das obras de urbanização na comunidade, que incluíram a instalação de redes de esgoto, drenagem de águas pluviais, canalização de água potável e gás, além de pavimentação:

(...) essa ladeira aqui, ela nunca tinha passado por uma obra. Então foi feita toda a drenagem de águas pluviais, foi feito esgoto. a canalização de gás, de água potável e um asfalto que atende às nossas demandas, entendeu? Nós saneamos a nossa comunidade. Hoje a gente tem quase 100% de água potável e esgoto para os moradores (...) (Morador 7, 2024).

No entanto, os desafios permanecem. A Moradora 3 observou que, apesar das melhorias, o tratamento dos resíduos ainda não é adequado, questionando se o esgoto realmente passa por tratamento antes de ser despejado: “essa água que sai do esgoto, ela é tratada? Não, vai pro esgoto”. Além disso, o Morador 5 enfatizou que o crescimento desordenado da comunidade impede que toda a população tenha acesso aos serviços de saneamento: “na Babilônia, no Chapéu, acho que acredito que não, mas na Babilônia tem uma parte ainda que não tem...”.

Figura 26 – Hidrômetro e Esgoto Sanitário, na Rua do Rosário.



Fonte: Autora (2024)

Durante a última visita à comunidade, foi possível observar a instalação de hidrômetros pela concessionária Águas do Rio nas áreas mais baixas da Babilônia. No entanto, não foram identificados hidrômetros no edifício HAB-2, o que gerou questionamentos entre os moradores. O Morador 6 comentou sobre essa situação: “Antes, a gente tinha os hidrômetros da CEDAE, mas tiraram. Agora, disseram que vão colocar. O pessoal da Águas do Rio está trabalhando na favela”.

O Morador 1 confirma a versão do Morador 6: “Recentemente a água passou a ser cobrada. Há muita reclamação por parte dos moradores em relação aos serviços prestados pela empresa Águas do Rio. Atualmente, parte da população paga a taxa d'água, parte não”.

Figura 27- Hidrômetro instalado pela Águas do Rio, na Rua Primeiro de Março.



Fonte: Autora (2024)

As Moradoras 3, 8 e 9 não pagam taxa de água.

Enquanto isso, os residentes da Ladeira Ari Barroso, considerada uma área formal, já possuem hidrômetros e pagam regularmente pela água consumida. Ainda assim, as contas podem ser bastante elevadas, superando R\$ 1.000,00 mensais, o que gera descontentamento entre os moradores.

3.3.3 Lixo

Além das melhorias em infraestrutura, persistem desafios significativos relacionados à gestão dos resíduos sólidos na comunidade. O Morador 2 ressaltou, em seu depoimento, que uma questão crítica é a dificuldade no acesso aos serviços de coleta de lixo, especialmente nas partes mais altas do morro. Ele explicou que o caminhão de lixo não chega até essas áreas, e os pontos de coleta são distantes das residências, tornando o descarte adequado uma tarefa ainda mais difícil. Apesar do uso de triciclos pela Comlurb para tentar suprir essa lacuna, a coleta permanece insuficiente, deixando as regiões mais vulneráveis sem atendimento adequado:

Na região que eu te falei do Poço, existe ali, em algumas encostas, os moradores, para não levar o lixo nas caçambas de lixo, que são somente duas, que estão situadas na Ladeira Ari Barroso, que é a área formal que dá acesso à Babilônia, eles acabam jogando esses lixos. O trabalho da Comlurb na Babilônia não é a contento. Eles destacam para lá quatro garis. Não dá. Não é a contento. Então, o recolhimento desse lixo não é a contento. Isso acaba gerando em algumas determinadas regiões da Babilônia verdadeiros lixões (Morador 2, 2024).

Figura 28 - Recolhimento do lixo na subida da Ladeira Ari Barroso



Fonte: Autora (2024)

A situação era amenizada pela presença dos chamados garis comunitários, responsáveis pela limpeza das áreas inacessíveis aos garis da Comlurb, como becos e vielas. No entanto, segundo o Morador 2, esse serviço foi descontinuado devido a problemas de corrupção envolvendo a gestão das verbas:

Então, nós tínhamos o gari comunitário. Mas por causa de desvio de verbas de alguns presidentes da associação, essa prestação de serviço que tinha um recurso destinado pela prefeitura foi encerrada. E isso afetou muito os moradores, porque os garis comunitários eram aqueles que limpavam os becos, as vielas, aonde os garis não chegam. Os garis fazem a limpeza da área formal da favela, que é a Ladeira de Barroso. E aí o caminhão de lixo vem e recolhe os lixos da caçamba. Mas os becos e vielas ficavam sobre a supervisão dos garis comunitários. Mas como eu disse para você, teve casos de corrupção e o prefeito na época, Eduardo Paes, decidiu suspender essa prestação de serviço. Então, automaticamente, a questão do lixo na favela não é uma questão que contempla os moradores (Morador 2, 2024).

A falta de alternativas para a gestão de resíduos motivou o Morador 2 a tentar implementar um programa de reciclagem durante sua gestão como presidente da AMB. Contudo, a iniciativa não avançou devido à ausência de apoio governamental:

Quando eu fui presidente, eu tentei realizar um trabalho. Porque quando você pensa no lixo, você pensa já em algo descartável, que você precisa jogar fora. Mas antes desse lixo se tornar descartável, ele pode ter umas centenas de serventias. Então a gente queria trabalhar muito com a questão da reciclagem do lixo. A gente tentou implementar esse trabalho, mas a gente não teve um suporte do poder público e acabou que esse trabalho não foi pra frente, infelizmente (Morador 2, 2024).

Esses obstáculos na coleta e descarte adequado de resíduos têm impacto direto no cotidiano dos moradores. Em uma reportagem ao Jornal O Globo (2011), Vilma, uma residente de uma das áreas mais altas da Babilônia, relatou que, para alcançar o ponto de coleta mais próximo, precisa descer cerca de 300 degraus. Essa dificuldade leva muitos moradores, como ela, a descartar o lixo em encostas próximas às suas residências.

O lixo está presente em várias partes da favela, sendo um problema visível. Na Vila do Sossego, por exemplo, há de eletrodomésticos descartados na mata, evidenciando a dificuldade no manejo adequado dos resíduos na região.

Figura 29- Lixão na Vila do Sossego, Favela da Babilônia.



Fonte: Autora (2024)

3.3.4 Educação

Na Babilônia, não há uma escola específica para atender aos moradores. As instituições que servem à comunidade são a Creche Dona Marcela, localizada no Chapéu Mangueira, e a Escola Municipal São Tomás de Aquino, situada na Rua Gustavo

Sampaio. Além disso, a comunidade não conta com uma escola de Ensino Médio. As opções mais próximas para esse nível de ensino estão localizadas em Copacabana ou na Urca.

O Morador 2 menciona as escolas da região, para as quais os moradores da Babilônia e Chapéu Mangueira são direcionados:

Você tem a São Tomás de Aquino, que é no final do Leme, você tem o Roma e você tem o Infante Dom Henrique. Que são as escolas para onde os moradores da favela da Babilônia e do Chapéu Mangueira são destinados, mas muitas das vezes vai também para as escolas existentes na Urca, em especial aquela escola antes da Estácio. Minas Gerais. Minas Gerais, eu estudei lá. É uma excelente escola, muito boa. Estudei lá (Morador 2, 2024).

Em 1991⁵² foi fundada a Escolinha da Tia Percília. A escola atendia cerca de 200 crianças e funcionava na sede da AMB. A escolinha atuava como uma espécie de reforço escolar para crianças matriculadas na rede pública de ensino e residentes da Babilônia e Chapéu Mangueira.

(...) a gente teve um período de auge da Escolinha Tia Percília, quando a gente teve o convênio com a Secretaria de Educação, que depois no governo Crivella se perdeu, abandonou tudo. E hoje a gente infelizmente não conseguiu retomar, porque a educação é um projeto caro (Morador 7, 2024).

O Morador 7 sinaliza que, embora a comunidade tenha progredido na área de saúde, ainda há lacunas na educação: “Mas, por exemplo, não vejo... É um projeto específico para a questão de educação”. Ele sugere a criação de uma escola dentro da comunidade que possa atender à população todos os dias da semana, incluindo sábados e domingos.

Voltando aqui a questão da educação, ela tem uma característica muito peculiar das duas comunidades, Dona Marcela e Tia Percília, criaram as primeiras escolinhas aqui na comunidade. Então, a gente teve lá a escola, que depois virou uma escola municipal, hoje a gente tem a creche Dona Marcela (...). (...) Eu acho que como a gente tem a clínica da família, o município podia pensar em ter uma escola no interior da comunidade, como tem na maioria, entendeu? E a escola hoje, ela não é uma escola mais rígida, que só funciona de segunda a sexta no horário pré-determinado. Tem escola que atende no final de semana, que além da questão da educação, tem uma questão alimentar também, de criação de vínculos, né? E isso aí é importante, de fortalecimento, que é uma das questões também que a gente ainda precisa melhorar muito (Morador 7, 2024).

Por fim, o Morador 6 relata a suspeita sobre a possível construção de uma creche no local do antigo CMS.

⁵² Disponível em: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100068101113513>. Acessado em 25 de março de 2024.

3.3.5 Gestão Participativa

A gestão participativa enfrentou desafios significativos, e muitos moradores expressaram descontentamento com a forma como suas demandas foram atendidas, especialmente no que diz respeito à infraestrutura. Embora tenham participado de algumas etapas do processo, muitos sentiram que suas necessidades não foram plenamente consideradas.

Morador 7 considera a chegada do Programa Morar Carioca Verde uma verdadeira vitória para a comunidade. Ele atribui essa conquista à coesão entre as lideranças locais e os moradores, destacando que a união foi essencial para que as demandas da comunidade fossem ouvidas e atendidas.

Então, a Babilônia e o Chapéu Mangueira são duas comunidades muito pequenas. As pessoas são muito politizadas. Para a Prefeitura, para o Governo do Estado ou a União trazer algum projeto para essas comunidades, as lideranças precisam estar muito bem articuladas, sabedoras das necessidades dos seus associados, dos seus moradores (Morador 7, 2024).

Os relatos apontam que, embora houvesse reuniões regulares entre a Prefeitura e a comunidade, as informações não eram prestadas adequadamente pelos servidores municipais. A Moradora 3 destacou que, entre os representantes da Prefeitura, apenas o Subprefeito fornecia informações concretas e claras.

(...) É, mas pelo pessoal que estava trabalhando nesse projeto. Pelo subprefeito, não. Eu esqueci o nome daquela moça, como é que é o nome dela? Da moça que falou que chegava até a chorar. Esqueci o nome dela. O pessoal que estava trabalhando nisso é que ela só tinha certeza de uma coisa, que a minha vizinha estava lá, o nome dela estava lá. O resto... O resto não... (Moradora 3, 2024).

Particpei sim, particpei. Desde o início. Assim que chegou para a gente lá na comunidade, a Associação de Moradores, a gente reuniu os moradores fizemos várias assembleias. Foi um projeto da Prefeitura, realizado pela Secretaria Municipal de Habitação a gente teve o Morar Carioca Verde que foram as duas favelas modelo, Babilônia e Chapéu Mangueira. Foi em 2012. (...) A gente debateu bastante sobre isso lá, a construção dos prédios, mas a obra não foi até o final (Morador 5, 2024).

Minha mãe era presidente e eu o vice-presidente da Associação de Moradores. Houve algumas comissões de moradores das duas comunidades. E alguns moradores também ficaram participando das comissões de obra, de saneamento, entendeu? (Morador 7, 2024).

Além disso, a distribuição dos apartamentos foi feita sem a participação dos moradores. Muitos moradores que estavam vivendo em áreas de risco ainda estão aguardando nova moradia (autor desconhecido).

O Morador 2 critica o formato das reuniões, afirmando que, apesar dos encontros com a comunidade, as decisões finais acabam refletindo apenas o que a Prefeitura determina. Ele classifica essa prática como uma “falsa democracia participativa”,

ressaltando que a participação da comunidade muitas vezes não tem impacto real nas decisões tomadas.

E aí a prefeitura, ela idealizou e materializou aquilo que nós chamamos de falsa democracia participativa. Onde eles enviavam um assistente social pra chamar a favela, pra escutar a favela, pra dar um espaço de escuta. Agora, era só um espaço onde os moradores apresentavam as demandas. Mas na hora de deliberar, essa deliberação se dava a critério daquilo que a prefeitura pensava do que era melhor para as favelas. Por isso que a gente chama de falsa democracia participativa. Então eu estou fazendo essa crítica aqui porque é importante os moradores entenderem. Porque muitas das vezes eles enviam um assistente social, criam um espaço de uma falsa participação da democracia, eles recebem as demandas, mas na hora de deliberar os moradores não participam. (...) eles criam esse engodo da falsa participação democrática, onde você só escuta, você cria um espaço de escuta para as demandas, mas na hora de deliberar, a prefeitura delibera de acordo com os seus interesses, sem a participação de uma comissão e do presidente da associação. Então é muito importante a gente entender isso e combater isso. Porque no final das contas, essas pessoas tiravam fotos dessas reuniões pra depois alegar que teve um espaço de escuta pra escutar os moradores. Eles escutaram as demandas, mas não adianta você ter um espaço de escuta para discutir as demandas, se na hora de deliberar, que é o mais importante para nós moradores, não ter no mínimo uma comissão constituída pelos moradores com a participação da associação para participar da deliberação. E é isso que acontece. (Morador 2, 2024).

Em 13 de junho de 2011, ocorreu uma reunião na AMB. Entre os participantes estavam o Secretário de Habitação, Jorge Bittar, a então Presidente, Dona Percília, além de outros membros da comunidade local. O objetivo do encontro foi a apresentação do Programa Morar Carioca Verde.

Figura 30 – Reunião Morar Carioca Verde



Fonte: Morador 1.

3.3.6 Sustentabilidade

A comunidade da Babilônia sempre se destacou pelo seu engajamento com a sustentabilidade. Um exemplo disso envolve a construção do primeiro reservatório de água, um episódio importante resgatado pela memória de Morador 10, ex-morador da favela. Segundo ele, a ideia para a construção do reservatório surgiu de seu pai, José, que enfrentava a escassez de água com uma solução inovadora: armazenar água da chuva em uma cisterna instalada em sua própria casa.

Naquela época, a comunidade ainda era abastecida por diversas nascentes, e o projeto do reservatório foi pioneiro para melhorar o acesso à água. O antigo reservatório foi construído próximo ao poço do João Batuqueiro, tornando-se uma referência para a organização da distribuição de água na Babilônia.

Com o passar do tempo, a comunidade passou por mudanças na forma de se orientar e identificar os endereços. Morador 1, destaca que os nomes oficiais das ruas acabaram substituindo os apelidos tradicionais que marcavam a geografia local. Ele cita referências antigas como o poço dos Caboclos, João Batuqueiro, Dona Augusta, Pedra do Amor e Volta da Macumba, que serviam para localizar os moradores de forma mais direta: “A pessoa dava ao visitante essas referências. Assim o visitante perguntava pelo nome da moradora ou morador e pela localidade”.

Devido ao destaque da comunidade em iniciativas de sustentabilidade, como já evidenciado pelo sucesso do Mutirão de Reflorestamento, a Prefeitura decidiu implementar o projeto piloto Morar Carioca Verde, prometendo a construção de residências sustentáveis.

Então, a história de ocupação do Morro da Babilônia começa com os índios e com os portugueses no alto do morro. Os portugueses vieram respeitar a cultura dos índios e usar a sabedoria dos índios para fazer a vigia do litoral do Rio de Janeiro. Então, para nós, quando eles saem, fica o vazio. Por isso que tem o reflorestamento. Porque o Alto do Morro começou ocupado por um capim que veio da África, que se dispersava muito fácil e que se queimava. Então, ele suprimia a vegetação de mata Atlântica. Por isso existe o reflorestamento. Quando o reflorestamento vem, começa a preservar essas áreas e também as pessoas começam a sair pelas dificuldades (Morador 7).

É inegável que o Morar Carioca trouxe melhorias significativas para a comunidade. O Morador 7 retrata que o programa projetou a comunidade internacionalmente: “O Morar carioca, ele projetou, além do Orfeu Negro de 59, projetou a comunidade novamente pra esse cenário internacional”. Contudo, a implementação do projeto também introduziu novos desafios, que serão revelados por meio dos depoimentos dos próprios moradores.

O Morador 6 trabalhou nas obras do Morar Carioca e relembra como a comunidade mudou ao longo dos anos: “É bem diferente. Muito diferente. Aqui era um barranco, aqui foi asfaltado. Aqui não existia nada disso aqui. Essa escada que você subiu ali não existia”. No entanto, ele também aponta que essa facilidade de acesso trouxe um aumento no fluxo de pessoas, seja na forma de turistas ecológicos ou de novos moradores.

A narrativa do Morador 6 revela que, embora o Morar Carioca Verde tenha facilitado o acesso à comunidade, gerando emprego e renda para os moradores – incluindo ele próprio, que afirma: “Gerou uma renda, gerou uma renda” -, também trouxe desafios. Um desses desafios é o aumento da presença de pessoas de fora da comunidade, que buscam aproveitar as oportunidades oferecidas pelo crescente turismo ecológico.

Tem uma trilha aqui também, que nós temos uma trilha. E olha, se a gente ficar sentado daqui a pouco você vai ver subir um bonde aí de pessoa pra ir pra trilha. Então, isso trouxe muito benefício. E pessoas aproveitando a situação onde a gente tá vendo, tá ganhando vantagem em cima da gente ainda. Pega um povo lá embaixo, diz que tem uma trilha aqui, não conhece. Sobem com quem não é morador e que aí ganha vantagem em cima. E ganha vantagem em cima, né? Então, isso acabou, de uma certa maneira, prejudicou, porque facilitou o acesso. Que nós mesmos, nós mesmos, quer dizer, nós mesmos, quer dizer, viemos de renda. Cada um trabalha no seu trabalho, mas isso aqui é uma fonte de renda, entendeu? De forma, é, tipo, como é que eu vou dizer? Uma ajuda, um salário. Já cada pessoa aqui, nós não, eu não cobro nada a ninguém. Eu não cobro nada, eu levo pessoas. É um prazer mostrar isso. O meu prazer de levar uma pessoa assim não é mostrar, é contar a história da comunidade. teve essa vantagem de relação de turismo, Entendeu? Muitos turistas sobem aqui para visitar. Então isso criou também esse foco de movimento para a comunidade. Que só aqui que tem essa favela. Ih, vem a artista da Globo, muita gente vem. visitar aí, vir fazer filmagem aí, porque semana passada teve um filme sobre ela. Em relação a isso, deu total envolvimento pra nós mesmos, ganhar dinheiro. Tem isso aqui também. Depois de meio dia aqui, você não tem nem lugar pra sentar aqui. Tanta gente que almoça aí. Grande benefício mesmo (Morador 6, 2024).

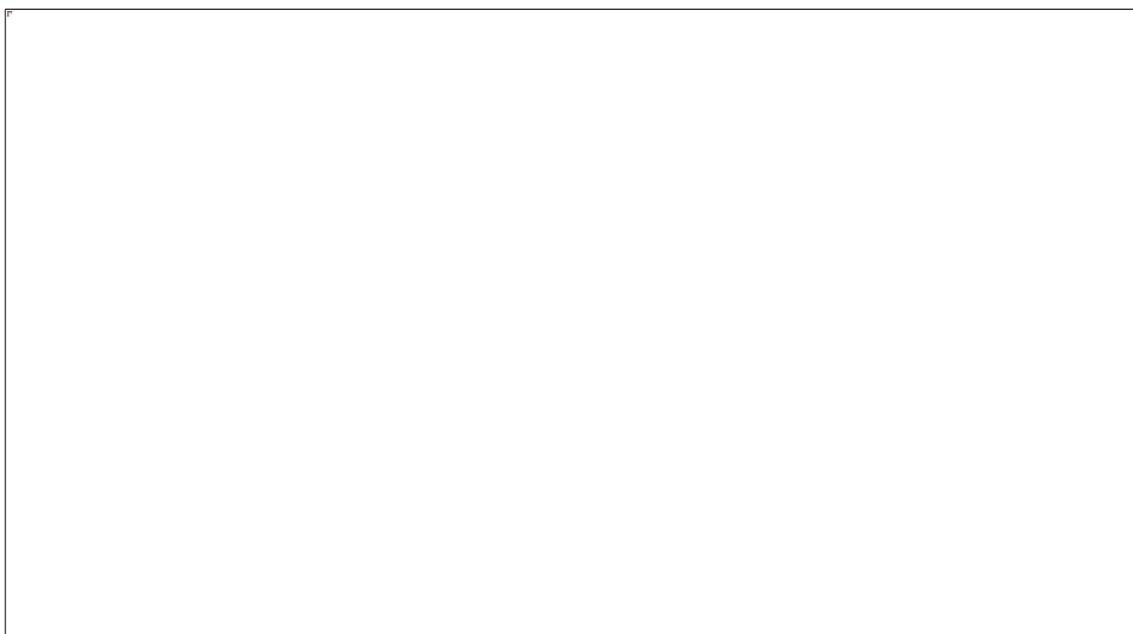
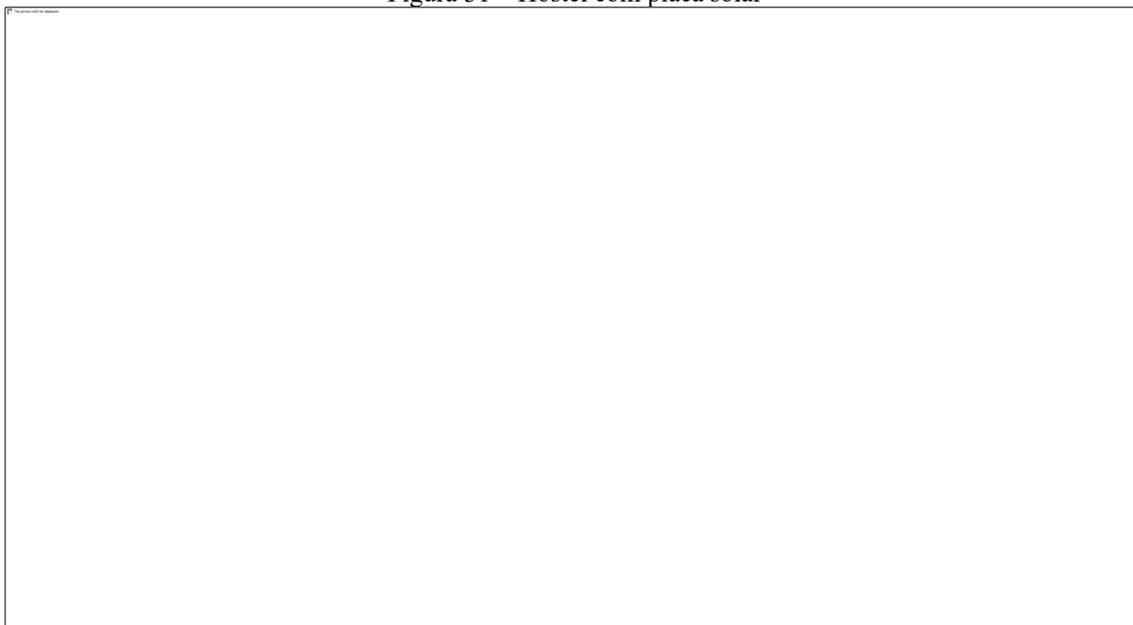
O Morador 7 destaca que o Morar Carioca teve um papel importante na geração de renda para os moradores da Babilônia. Com a implementação do projeto, surgiram novas oportunidades de trabalho, especialmente em atividades ligadas à construção e ao turismo ecológico, o que permitiu que muitos residentes aumentassem sua renda e contribuíssem para o desenvolvimento da própria comunidade.

Hoje a gente tem um parque que serve também de fonte de renda. Não é só a mata que está lá. Além da questão da fauna e da flora, é emprego e renda para muita gente. Que é a CoopBabilônia, principalmente no reflorestamento e no ecoturismo, que nós conseguimos formar outras pessoas. E isso abriu um espaço para qualificação de oportunidade de geração de renda (Morador 7, 2024).

O Morador 5 destaca que o turismo tem desempenhado um papel importante no aumento da renda da comunidade e menciona a contribuição da Cooperativa Revolusolar

para o desenvolvimento do turismo ecológico. Ele explica: "Traz, traz muito. Eu sou filho de turismo, então... A gente fez o Corredor Solar, que é o primeiro curso tecnológico que a gente fez no Brasil." O Morador 5 conta que, por meio desse projeto, os visitantes têm a oportunidade de conhecer a história local: "O Corredor Solar fala de várias vizinhas, conta o nome de cada uma, a história de lideranças como Percília e Lúcio."

Figura 31 – Hostel com placa solar



Fonte: Autora (2024)

3.3.7 Perfil dos Moradores

O Morador 6 observa uma mudança no perfil dos moradores da favela. Ele explica que, enquanto no passado a maioria dos habitantes era originária do interior do Estado, de Minas Gerais e do Nordeste, hoje a situação é bem diferente: “Aqui mora muito gringo. Italiano, francês, colombiano, argentino, equatoriano, mora tudo aqui. Inglês, alemão, mora tudo aqui. Tem casa aqui. Na época antes dessa obra não tinha nada disso. Depois que foi realizada essa obra, esse pessoal veio pra cá”.

Nesse contexto, a Moradora 3 expressa sua preocupação com a mudança na dinâmica da favela. Ela observa que muitos antigos moradores começaram a alugar suas casas para pessoas de fora, o que tem levado a uma perda do senso de vizinhança, além do aumento do custo de vida: “E aí ela faz essas casas e aluga para as pessoas. Geralmente essas pessoas vêm de fora da comunidade, não são pessoas daqui de dentro. A gente conhecia os vizinhos, mas não conhece ninguém. Tudo vem de fora. Então, para que a gente possa ir mais caro, né?”.

O Morador 6 compartilha da mesma preocupação. Ele observa que a chegada de novos moradores impacta a favela de várias maneiras:

É complicado de dizer. É pessoa diferente, você não sabe a origem dela. Aluguel aí também, a pessoa...É, R\$ 800 pra cima, o aluguel aqui. Mas é uma qualidade boa, bem mobiliada, com piso, tudo bonitinho. Agora, em relação às pessoas que alugam, que é o problema. A pessoa não faz ficha, não diz a origem do dinheiro, não diz o caráter da pessoa, por que ela vai morar aqui, de onde ela veio (Morador 6, 2024).

O Morador 7 também aponta que o maior desafio enfrentado na favela é a preservação de sua cultura. Ele acredita que, com as mudanças trazidas pelo Morar Carioca Verde e a chegada de novos moradores e turistas, há o risco de a identidade cultural local se diluir. Para ele, manter vivas as tradições e a história da comunidade é essencial para que a transformação social não signifique perda de raízes.

Manter a nossa cultura é um dos principais desafios. Porque tem ali a dona Socorro que tá descendo agora, ela me viu nascer. Ela já ocupava uma área dessa comunidade, de uma família tradicional. Então quando você vem também com alguns investimentos, a gente tem que se preocupar com isso também. E manter aquela cultura daquele ambiente. Mas de forma integrada com o bairro também. Pra que essas culturas não sejam suprimidas, não se dispersem. Então, quando você faz um investimento, seja em qualquer área da cidade, vou dar um exemplo para Botafogo, Botafogo está crescendo muito, então você leva pessoas de outra cultura para aquele ambiente, de certa maneira você altera a rotina daqueles moradores, porque se eu moro num outro país e venho morar em Botafogo, ou se eu moro no centro e venho morar em Botafogo, você traz essa cultura pra essa região. Então eu acho que os projetos deveriam olhar um pouco com esse cuidado, de preservar a história da região,

de preservar a cultura. Lógico que você pode trazer outras oportunidades, mas preservar esses espaços públicos principalmente (Morador 7, 2024).

O Morador 1 observa que parte da cultura local já se dissipou, resultado do avanço das intervenções urbanísticas que, segundo ele, acabam apagando uma parte da identidade da Babilônia. Como exemplo, ele menciona que os nomes oficiais das ruas substituíram os apelidos tradicionais que, por muito tempo, orientavam a geografia local. Referências antigas, como o Poço dos Caboclos, João Batuqueiro, Dona Augusta, Pedra do Amor e Volta da Macumba, eram pontos de referência fundamentais: “A pessoa dava ao visitante essas referências. Assim, o visitante perguntava pelo nome da moradora ou morador e pela localidade.”

Foto 33 – Poço do João Batuqueiro



Fonte: Autora (2024)

3.3.8 Habitação e Acessibilidade

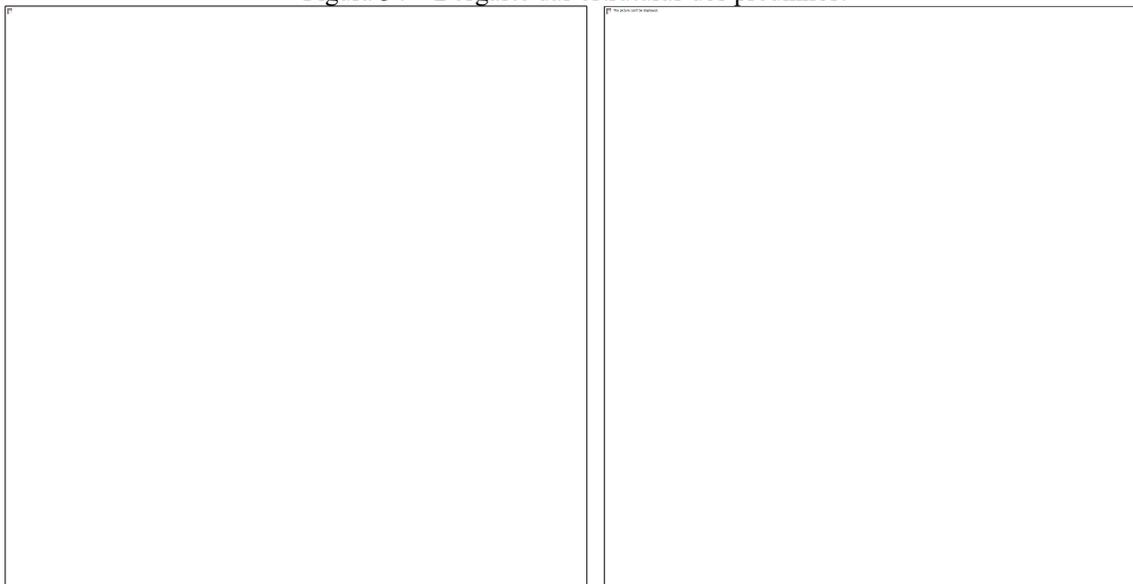
Para o Morador 7, a maior contribuição do Morar Carioca Verde na redução da desigualdade social foi na área habitacional. Ele destaca que o projeto trouxe uma significativa melhoria na qualidade de vida dos moradores, proporcionando condições de moradia mais dignas e seguras, o que, segundo ele, representa um passo importante na

luta contra a desigualdade na comunidade: “A questão habitacional pra gente foi fundamental, porque tinha muita gente que tava morando em área de risco, morando em barraco de pau a pique, que saíram e que vão ser contemplados agora também nessa nova etapa do Morar Carioca”.

Contudo, a Moradora 9 discorda e expõe sua crítica: “Porque a minha casa era grande, quintal grande. E o apartamento entregaram pequeno e ainda por cima com as estruturas hoje em dia tudo caindo”. Para ela, as melhorias prometidas pelo Morar Carioca Verde não compensaram a perda do espaço e a qualidade de construção tem se mostrado insatisfatória.

A qualidade dos materiais utilizados nas obras do HAB-2 tem sido alvo de reclamações por parte de quase todos os moradores. Muitos apontam que as estruturas apresentam sinais de desgaste precoce, o que gera preocupações sobre a durabilidade das construções e a segurança das moradias entregues pelo projeto. Como descreve a Moradora 9: “As placas estão tudo se estourando. As escadas do lado de fora os ferros tudo aparecendo”.

Figura 34 – Desgaste das estruturas dos predinhos.



Fonte: Autora (2024)

Essa situação de desgaste estrutural é também motivo de preocupação para a Moradora 3, que compartilha experiências semelhantes sobre as condições das moradias e dos espaços comuns. Ela observa que diversos elementos da construção apresentam problemas, prejudicando a segurança dos moradores.

Essa cerquinha aqui, verde, tá acabando. Tá em ferro já, tem andar isso aí que não tem, tá faltando pedaço. Até que a gente queria que o Paes viesse dar uma olhada, porque também tem apartamentos aí, e o chão tá... Tá levantando. Parede rachada, não sei lá. Aqui é muito pouco os que estão arrumados, muito

pouco. Essas escadas ali também, tá? Qualquer hora dessas elas vão quebrar. Até o vizinho falou assim, eu quero ver a hora que quebrar e cair uma lá de cima aqui embaixo.

Além disso, há uma preocupação crescente quanto à falta de reformas estruturais adequadas. O Morador 4 relembra que a única vez em que a prefeitura realizou uma obra nos “predinhos” foi após a queda de uma árvore. “Eles só fizeram a reforma aqui, porque uma árvore caiu e bateu no quinto andar”, comenta ele. Desde então, nenhum outro reparo estrutural foi realizado. Quando questionado sobre o motivo dessa falta de manutenção, o Morador 4 responde: “A prefeitura disse que só vai fazer isso e mais nada. Que não tem mais nada a ver com isso aqui. Cada um cuida do seu”.

Uma postagem em rede social reafirma as preocupações dos Moradores 3,4 e 9, ecoando as críticas quanto à falta de manutenção e à deterioração das estruturas dos “predinhos.” A publicação destaca as condições precárias dos edifícios e menciona o descaso das autoridades, reforçando os relatos de insegurança e abandono enfrentados pela comunidade.

Essa é uma página para expor os problemas do programa Morar Carioca Verde, da maneira como ele foi implementado na comunidade da Babilônia, no Leme, Rio de Janeiro. Apesar de ter sido premiado internacionalmente, as obras do projeto pararam em 2015. As obras que foram terminadas apresentam uma série de problemas. Outras obras extremamente necessárias, como a construção do terceiro bloco de apartamentos prometido desde o início, não foram sequer iniciadas. Os dois blocos que foram feitos apresentam problemas decorrentes da qualidade dos materiais utilizados na construção. Além disso, a distribuição dos apartamentos foi feita sem a participação dos moradores. Muitos moradores que estavam vivendo em áreas de risco ainda estão aguardando nova moradia.

A Prefeitura divulgou o Morar Carioca na Babilônia como um exemplo de sustentabilidade por utilizar materiais e métodos de construção ambientalmente corretos, mas o resultado é um projeto insustentável. Não cumpriu o prometido e não respeitou os moradores que mais precisam de moradia. (Autor desconhecido, 2017)⁵³.

Figura 35 – Rachaduras e Desgaste das cercas guarda-corpo.

⁵³ Disponível em:

<https://www.facebook.com/overdadeiromorarcariocaverde/posts/pfbid0FSexk1TCbsEWBvMx65cPXN8Nrb82oNdZVdpqsgGwES1SntWpXxBuB8DFfzSaZqB2l>. Acessado em 29 de julho de 2024.



Fonte: Autora (2024)

Quanto à acessibilidade, os problemas continuam sendo uma preocupação para a Moradora 3. Ela observa que muitos locais da comunidade ainda são de difícil acesso, especialmente para idosos e pessoas com mobilidade reduzida. Ela também reclama que, com as obras, a rua ficou mais estreita.

A rua era mais larga. Então, com o que eles fizeram agora, ficou mais estreito e os carros ficam em cima da calçada. A gente tem que passar pelo meio da ladeira. Aí a moto sobe. Eu tenho pavor de sair à noite por causa das motos. Sobe e desce, sobe e desce. É um movimento intenso. E a gente tem que ir pelo meio da ladeira. Não tem calçada pra gente andar. Tem que andar no meio da ladeira. Passa carro um do lado do outro. Uma vez um deles falou pra mim assim, vai pra calçada, tia. Se tiver calçada, né?

O casal de Moradores 3 e 4 também reclamam de uma falta de condução para subir a Ladeira Ari Barroso. Atualmente, só existe o ponto de mototáxi, mas para idosos e deficientes esse tipo de transporte não é pertinente.

O Morador 5 comenta que, para ajudar na mobilidade no acesso a comunidade, uma kombi servia de transporte para alguns moradores. Contudo, o Morador 4 sinaliza que a kombi não funciona adequadamente. “Porque tinha uma menina que tem uma kombi, mas a kombi só funciona quando quer. É, porque fica mais quebrada do que outra coisa. A gente tem que fazer a pé”. O mototáxi é a opção que alcança áreas mais altas da Babilônia, porém não é uma opção para idosos e deficientes.

O acesso às várias localidades da favela ocorre predominantemente por escadas. Como consequência, a acessibilidade para idosos, pessoas com deficiência física é bastante limitada, gerando uma situação de exclusão. Morador 2 reforça a necessidade de melhorias na acessibilidade da Babilônia, destacando que a falta de infraestrutura afeta principalmente pessoas com deficiência e idosos:

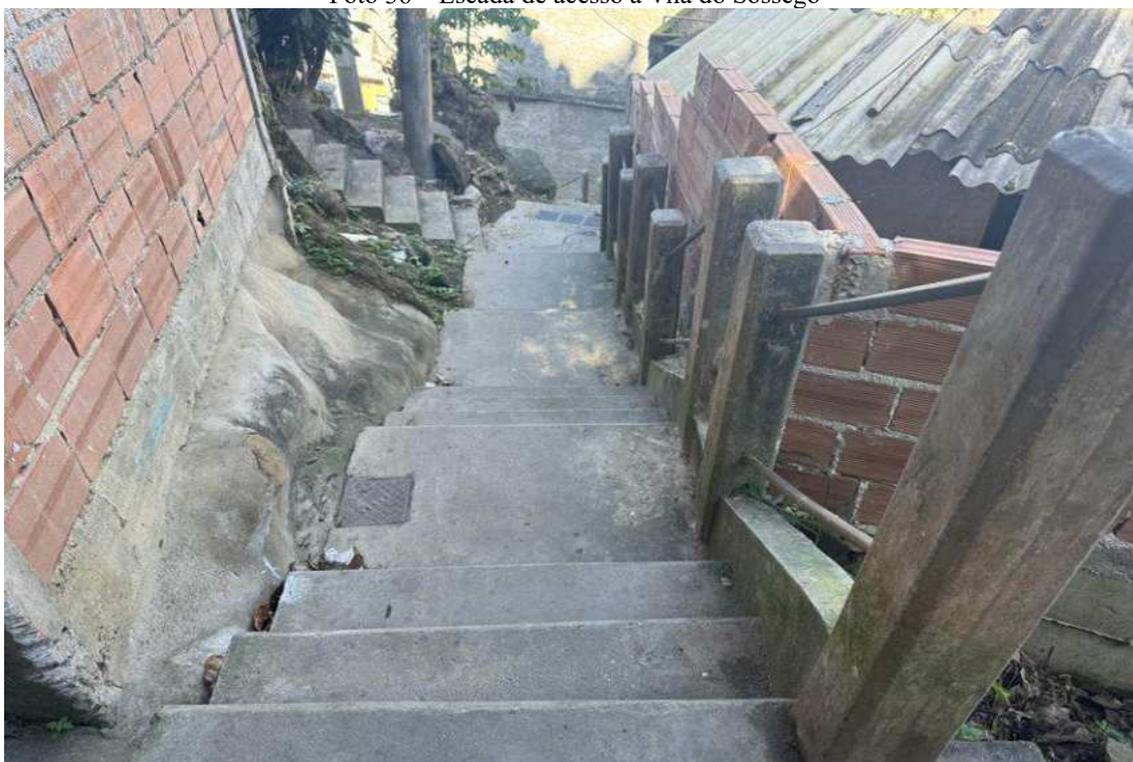
E isso é muito importante porque você tem pessoas com deficiência física, você tem idosos. E se você não tem esse tipo de transporte, as pessoas ficam isoladas no alto do morro, como acontece na Babilônia. As pessoas não conseguem descer e vir à rua fazer uma compra, porque não tem como fazer. Então, assim,

elas estão sendo excluídas da cidade. A nossa cidade é muito excludente (Morador 2, 2024).

Ainda em relação à acessibilidade, o Morador 2 relata que, durante seu período como presidente da AMB, conseguiu garantir uma unidade habitacional do Morar Carioca para um jovem cadeirante que vivia na Vila do Sossego. “Você tem um jovem que mora na Vila do Sossego, que a gente conseguiu uma unidade habitacional pra ele justamente porque ele era um cadeirante, ele ficava preso na favela. Como é que ele ia descer? Tem como, cara?” destaca Morador 2.

Corroborando o comentário do Morador 2, a Moradora 3 enfatizou os desafios de mobilidade e acesso enfrentado pelos moradores: “Tem uma senhora que mora lá em cima, que é cadeirante, e tem que carregar. Tem que carregar. Tem que ter gente para carregar ela. Ela faz hemodiálise toda terça, quinta e sábado”. A situação relatada pela Moradora 3 ilustra a falta de infraestrutura adequada para pessoas com mobilidade reduzida e destaca a necessidade urgente de melhorias na acessibilidade da comunidade.

Foto 36 – Escada de acesso à Vila do Sossego



Fonte: Autora (2024)

Regiões como a Vila do Sossego e o Poço ainda sofrem com a falta de saneamento básico e de serviços públicos adequados, deixando seus moradores em uma situação de exclusão, mesmo em uma favela que já experimentou projetos de urbanização.

Figura 37 – Vila do Sossego, parte alta da Babilônia.



Fonte: Autora, (2024)

Figura 38 – Poço, parte alta da Babilônia.



Fonte: Autora, (2024)

3.3.9 Remoções

O Morador 6 relembra que as primeiras remoções na Babilônia ocorreram na década de 1970, quando alguns moradores foram realocados para áreas como Cidade Alta

e Cidade de Deus. No contexto do Morar Carioca Verde, a situação foi diversa: alguns moradores receberam indenizações e decidiram sair da comunidade, enquanto outros optaram por comprar imóveis dentro da própria Babilônia. Há ainda aqueles que continuam recebendo aluguel social enquanto aguardam uma solução definitiva.

Casos como o dos Moradores 3 e 4 ilustram a diversidade de experiência dos moradores. Após três anos recebendo aluguel social, eles finalmente conseguiram um apartamento nos "predinhos". A Moradora 9, por sua vez, permaneceu na comunidade porque seu pai foi indenizado, mas continuou residindo na Babilônia. No entanto, ela se questiona sobre a necessidade de sua própria mudança para um dos apartamentos, já que a casa onde vivia não foi demolida. “Tiraram a gente da nossa casa e não fizeram nada. O terreno ainda está abandonado”, desabafa a Moradora 9.

Em uma das visitas à Babilônia, foi possível observar que, para a construção de parte da motovia, várias residências foram demolidas, e alguns dos moradores afetados foram realocados para o apartamento do projeto.

Morador 2 explica que, no âmbito do Morar Carioca, havia planos para realocar algumas pessoas para bairros distantes, como Bangu e Santa Cruz. Ele defende, contudo, que em casos de remoções, os moradores deveriam ter o direito de permanecer na própria comunidade, preservando seus vínculos locais e a proximidade com redes de apoio. Os Moradores 1 e 7 compartilham dessa visão, enfatizando que a relocação para áreas distantes rompe a identidade comunitária e os laços construídos ao longo dos anos, enfraquecendo as conexões sociais que sustentam a vida na comunidade.

O Morador 2 argumenta que o prefeito Eduardo Paes ultrapassou Pereira Passos em termos de impacto negativo nas comunidades, ao promover um processo semelhante ao implementado por Passos na zona portuária do Rio de Janeiro. Cita o Morador 2:

A zona portuária era uma zona que era classificada como uma região nobre da cidade do Rio de Janeiro na época, e você tinha os cortiços, cabeça de porco, onde estavam os negros e negras. Ele fechou tudo isso com o pretexto de transformar a zona portuária em uma nova Paris e esses negros foram inseridos no processo de favelização (Morador 2, 2024).

Nesse contexto, o Morador 7 destaca a regulação fundiária como o principal desafio enfrentado pela comunidade. Embora o programa tenha prometido avanços nessa área, ele observa que até agora não houve progresso significativo. A falta de regularização fundiária deixa os moradores em uma situação de insegurança, dificultando o acesso a direitos e investimentos que poderiam melhorar a infraestrutura e a qualidade de vida na Babilônia.

Eu vejo hoje, poderia abordar a questão fundiária. A questão fundiária é primordial para as comunidades. Não adianta você dar o apartamento para 50 e para 60, se você não definiu os loteamentos de gabarito. E já existe uma lei. Já existe uma lei municipal definindo os gabaritos, pelo estudo feito pela GeoRio, pela Defesa Civil e pela Secretaria de Habitação e pelo Meio Ambiente, que define os gabaritos de acordo com o grau de risco daquela região. Eu acho que, para nós, o que ficou faltando foi essa definição fundiária. Tem a posse, mas não tem a propriedade (...) E a Babilônia, como Chapéu Mangueira, ela cresceu muito, avançou muito em termos de construção. Mas pra quem sofreu os anos da ditadura militar aqui no Morro da Babilônia, tem muita gente que ainda vive assombrado com isso, com as emoções que houve na década de 70. Então o título de propriedade, ele liberta a família. Ele liberta a família e ele possibilita também que você use esse título pra gerar outros benefícios. Pra quem vivia nos barracos de pau a pique, hoje a gente tem casas muito bem estruturadas. Então tinha que definir, sim, no final do projeto, cada morador ter seu título de propriedade (Morador 7, 2024).

Morador 2 também acredita que a titularização da terra seria um passo fundamental para reparar o processo de exclusão sofrido pela população favelada.

Nós não temos, até hoje, a titularização da terra. Então, por isso que eu não romantizo morar na favela. A favela, ela nasce de um processo de exclusão. Da falta dessa reparação por parte do Estado burguês a nós descendentes de negros escravizados africanos e também da falta da materialização da reforma agrária (Morador 2, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, o conceito de "direito à cidade" tornou-se central nos estudos urbanos, destacando as complexas tensões que surgem dos processos de urbanização em contraste com as necessidades e demandas das comunidades historicamente marginalizadas. Os marcadores utilizados – saúde, infraestrutura de saneamento básico, lixo, educação, gestão participativa, sustentabilidade, habitação e acessibilidade, identidade cultural e remoções – aproximaram-se do conceito de direito à cidade ao fornecer um panorama detalhado das múltiplas dimensões que compõem a vivência urbana. Eles permitiram evidenciar os avanços e retrocessos que atravessam a Favela da Babilônia como objeto de políticas públicas e como território repleto de contradições.

Além disso, esses marcadores destacaram a complexidade do direito à cidade, ao expor as discrepâncias entre a visão do Estado, que frequentemente enxerga a favela como um obstáculo à modernização, e a perspectiva do morador, que vê no território o espaço de sua identidade e pertencimento.

A Favela da Babilônia, à luz do "direito à cidade" de Henri Lefebvre (2011), ilustra as contradições entre o ideal de convivência urbana e a realidade de exclusão vivida por seus moradores. Tradicionalmente tratada pelo poder público como um "problema" ou

"obstáculo" à modernização, a favela é frequentemente reduzida a um objeto de intervenção estatal, onde o planejamento urbano é imposto de fora para dentro, desconsiderando as especificidades locais e as vozes da comunidade. Essa abordagem problematiza a favela como um território marginal a ser controlado, e não como uma parte legítima da cidade. Essa visão estigmatizante reforça a ideia de que a favela precisa ser controlada, removida ou transformada, ao invés de ser reconhecida como parte legítima da cidade.

A participação limitada nas decisões urbanísticas que afetam diretamente a comunidade revela um cenário de “falsa democracia participativa”, termo criticado por David Harvey (2014), que argumenta que, para o direito à cidade ser efetivo, as populações locais devem ocupar o papel de protagonistas na configuração do espaço urbano. Contudo, como denunciam os moradores da Babilônia, o processo decisório é opaco, privilegiando interesses econômicos externos ao território, o que reforça a favela como um espaço de exploração e subestima as necessidades e demandas reais da população.

A falta de acesso adequado a serviços públicos – como saneamento, transporte e coleta de lixo – é emblemática da exclusão urbana que marca a Babilônia. Para Lefebvre, o direito à cidade envolve a apropriação coletiva do espaço urbano e a garantia de condições dignas de vida para todos os habitantes. Autores como Maricato (2013) e Tavolari (2016) observam que a marginalização das favelas reflete um processo contínuo de negligência e segregação, onde a ausência de infraestrutura adequada cria “fronteiras invisíveis” que delimitam áreas populares e bairros nobres adjacentes, intensificando a fragmentação socioespacial. Essas fronteiras, por sua vez, evidenciam a complexidade do direito à cidade, que não se limita ao acesso a bens e serviços, mas também inclui o reconhecimento social e a integração simbólica de cada território ao todo urbano.

As barreiras invisíveis, apontadas por Rolnik (2019) como um mecanismo de exclusão, deslegitimam as demandas dos moradores e reforçam a desigualdade estrutural no espaço urbano, impedindo a efetiva integração da favela ao restante da cidade.

Um dos aspectos mais dramáticos dessa exclusão urbana é o processo de remoções forçadas, que se intensificou em períodos de grandes eventos internacionais no Rio de Janeiro, como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Durante esses eventos, as intervenções urbanas priorizaram o desenvolvimento turístico e a especulação imobiliária, negligenciando o valor social das áreas ocupadas historicamente pelas favelas. Esse fenômeno se conecta ao conceito de “ajuste espacial” de Harvey (2014), no

qual o capital reorganiza o espaço urbano com a intenção de maximizar o lucro sob a justificativa de modernização. As favelas, vistas como "barreiras" para o crescimento econômico e a estética urbana desejada, tornaram-se alvos prioritários de remoções. Nesse cenário, os moradores da Babilônia enfrentam um deslocamento duplo: físico, com a remoção forçada, e simbólico, pela ruptura dos laços comunitários e culturais.

A espoliação urbana, discutida por Kowarick (1979), descreve o processo em que o mercado imobiliário e o Estado se sobrepõem ao direito à moradia e à permanência das populações de baixa renda, priorizando a valorização do solo em detrimento das favelas estabelecidas. Rolnik (2019) acrescenta que as remoções são realizadas sem considerar o valor social e afetivo que esses espaços possuem para seus moradores. O desaparecimento das referências culturais locais exemplifica como a mercantilização transforma o território, alienando seus habitantes e dificultando a concretização do direito à cidade.

Esse processo transforma a moradia em uma mercadoria, em que o valor de troca da terra substitui seu valor de uso, alienando os habitantes de seus próprios territórios. A pressão econômica que decorre da especulação imobiliária, especialmente nas áreas "pacificadas" pelas UPPs, elevou o custo de vida na Babilônia, obrigando muitos a abandonar o local, mesmo sem serem removidos formalmente, devido à inviabilidade de permanecerem em uma área financeiramente inacessível.

Além da perda de moradia, as remoções também desmantelam referências culturais e marcos identitários que caracterizavam o território. Essas referências carregam significados essenciais para a vida comunitária e representam um elo entre o espaço físico e a dimensão simbólica do direito à cidade. Na Babilônia, referências como o "poço dos Caboclos", "João Batuqueiro", "Dona Augusta", "Pedra do Amor" e "Volta da Macumba" eram carregadas de simbolismo e memória coletiva, consolidando o espaço social e promovendo a coesão comunitária. Essas referências, ao se perderem em meio à padronização e oficialização dos nomes das ruas, ilustram um processo de "despersonalização" do espaço urbano. Lefebvre critica esse fenômeno, apontando o urbanismo tecnocrático como uma abordagem que homogeneiza o espaço, desconsiderando a diversidade e a riqueza cultural dos locais (Lefebvre, 2011). Essa padronização transforma o território em um espaço burocrático, onde a lógica de eficiência e controle anula as expressões culturais locais, essenciais para uma cidade viva e inclusiva.

Maricato (2013) e Vainer (2002) ressaltam que a marginalização das favelas e os processos de remoção são frequentemente justificados como medidas de "melhoria

urbana" ou "revitalização" do espaço, mas, na realidade, atendem aos interesses do capital, convertendo a cidade em uma "mercadoria" a ser vendida. Vainer chama atenção para a "cidade de exceção", um conceito que descreve como, em nome da eficiência e da competitividade global, as decisões urbanas se tornam monopolizadas por interesses empresariais, enquanto as necessidades locais são ignoradas. A lógica neoliberal transforma as áreas de interesse econômico em produtos de alto valor, enquanto as áreas populares e de baixo custo permanecem fora do alcance dos investimentos públicos.

Os processos de mercantilização e homogeneização urbana não apenas comprometem o direito à cidade, mas também desestruturam as redes de solidariedade e os vínculos afetivos que sustentam a vida comunitária. Rolnik (2019) observa que a cidade, quando tratada apenas como espaço de troca econômica, perde sua autenticidade e transforma seus habitantes em meros espectadores do progresso. De forma semelhante, Gottdiener (2016, p. 271) indica que a dinâmica comunitária local tem se alterado pela perda das ruas e espaços públicos como locais de interação, sendo substituídos por uma valorização da privacidade doméstica. Nesse contexto, os espaços de socialização passam a ser ambientes controlados e moldados pela lógica do consumo, como shopping centers, bares de solteiro, parques de diversão e quintais suburbanos.

Para os moradores da Babilônia, por exemplo, o desaparecimento das referências geográficas e a ausência de protagonismo nas decisões urbanísticas refletem a perda de controle sobre seu próprio espaço de vida, um direito que Lefebvre considerava fundamental para a construção de uma cidade justa e verdadeiramente democrática.

Essa análise, portanto, sublinha as contradições inerentes aos processos de urbanização excludente que desconsideram o direito à cidade e reforçam a exclusão social. A luta dos moradores da Babilônia por condições dignas de vida, permanência e reconhecimento cultural reflete a resistência frente ao avanço de um modelo urbano que privilegia a mercantilização e a especulação imobiliária, em detrimento da construção de uma cidade para todos.

Para que programas como o Morar Carioca Verde possam realmente se alinhar ao direito à cidade, é fundamental que as políticas de urbanização incorporem estratégias de longo prazo que contemple não apenas a construção de infraestrutura, mas também a integração de serviços e o fortalecimento das redes sociais e culturais locais. Além disso, é essencial que o poder público promova a continuidade das melhorias e estabeleça mecanismos de monitoramento e análise para garantir que as intervenções realmente tenham impacto positivo na vida dos moradores a longo prazo.

Por derradeiro, o verdadeiro direito à cidade se concretiza apenas quando todas as vozes são ouvidas e valorizadas, e a construção do espaço urbano reflete as necessidades e aspirações de cada cidadão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de Almeida. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro. **Espaço e Debates**, São Paulo, v. 14, n. 37, p. 34-46, 1994. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/572601867/Mauricio-Abreu-Reconstruindo-uma-historia-esquecida>. Acesso em: 11 jan. 2024.

_____. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, IPLANRIO 1997, 156 p.

_____. Da habitação ao hábitat: A questão da habitação popular no Brasil. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 210-234, maio/agosto 2003. Disponível em: http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_10/10-MauricioAbreu.pdf. Acesso em: 11 jul. 2023.

ALFONSIN, Betania de Moraes. **A Política Urbana em disputa: desafios para a efetividade de novos instrumentos em uma perspectiva analítica de Direito Urbanístico Comparado (Brasil, Colômbia e Espanha)**. Orientador: Dr. Pedro Abramo. 2008. 265 p. Tese (Doutorado de Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://objdig.ufrj.br/42/teses/692081.pdf>. Acesso em: 24 out. 2023.

BARBOSA, Natasha. O Projeto Mutirão de reflorestamento do Morro da Babilônia. In: **Laboratório de História e Natureza**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://labhen.historia.ufrj.br/projeto-mutirao-de-reflorestamento-do-morro-da-babilonia/#:~:text=O%20Mutir%C3%A3o%20Reflorestamento%20se%20prop%C3%B4s,de%20renda%20aos%20seus%20moradores>. Acesso em: 25 ago. 2024.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: Um Haussmann Tropical**. Biblioteca Carioca. Rio de Janeiro. 1992.

BONDUKI, Nabil. **Habitação & autogestão: Construindo territórios de utopia**. Rio de Janeiro: Fase, 1992. 178 p.

BONDUKI, Nabil Georges; ROLNIK, Raquel. Periferias: Ocupação do Espaço e Reprodução da Força de Trabalho. Programa de Estudos em Demografia e Urbanização PRODEUR: Cadernos de Estudo e Pesquisa, São Paulo, n. 2, ed. 1ª, p. 130, 1979.

BOVIER, CLARA MONA-LISA. **Dinâmicas urbanas e mecanismos de gentrificação nas favelas do Rio de Janeiro a véspera dos megaeventos: o caso do Chapéu Mangueira**. Orientador: Dr. Rafael Soares Gonçalves. 2016. 129 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana e Ambiental) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana e Ambiental da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=33712@1>. Acesso em: 13 jan. 2024.

BRASILEIRO, Alice de Barros Horizonte. **Espaços de Uso Comunitário em Programas Habitacionais no Rio de Janeiro: entre o Discurso e a Prática**. Orientador:

Dra. Cristiane Rose de Siqueira Duarte. 2000. 161 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <https://lasc.fau.ufrj.br/public/upload/2016-05-25/58a2be62e209e072bcff24548a8b1251.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2024.

BRASILEIRO, Alice; DUARTE, Cristiane. O Favela-Bairro no Rio de Janeiro, início dos anos 90: o contexto de uma política habitacional municipal, os espaços de uso comunitário e a integração das favelas à cidade. In: DICKMAN, Ivo; DICKMAN, Ivanio. **A questão da habitação popular**. Curitiba: Base Editorial, IBEP, 2015, p. 79-97.

BRUM, Mario. Breve história das favelas cariocas: das origens aos Grandes Eventos. In: MAIA, Rosemere. **Rio (Re)visto de suas Margens**. 2ª. ed. [S. l.]: Letra Capital, 2018. p. 108-135. Disponível em: https://www.academia.edu/38406504/Breve_Hist%C3%B3ria_das_Favelas_Cariocas_das_origens_aos_Grandes_Eventos_pdf. Acesso em: 21 dez. 2023.

BURGOS, Marcelo Baumann. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. **Habitação em questão**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 25-60. ISBN 85-225-0253-6.

CARDOSO, Adauto Lucio; ARAUJO, Rosane. **A política de urbanização de favelas no município do Rio de Janeiro**. In: Adauto Cardoso (Org.) Coleção Habitar - Habitação Social nas Metrópoles Brasileiras - Uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. Porto Alegre, 2007.

CARDOSO, Adauto Lucio; LUFT, Rosangela; XIMENES, Luciana; NOHL, Alice; PINA, Alice. **Direito à Cidade e Habitação**: Condicionantes institucionais e normativas para a implementação de políticas (programas e projetos) de urbanização de favelas no Município do Rio de Janeiro. 2021. Relatório Final (Grupo de Pesquisa Habitação e Cidade) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, INCT Observatório das Metrópoles Núcleo Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2021/04/Relatorio-Final_Rio-de-Janeiro_UFRJ.pdf. Acesso em: 28 dez. 2023.

CARDOSO, Adauto Lucio; LUFT, Rosangela; XIMENES, Luciana; PINA, Alice; NOHL, Alice. Urbanização de favelas no município do Rio de Janeiro: Condicionantes políticas, institucionais e normativas. In: CARDOSO, Adauto Lucio; LUFT, Rosangela; XIMENES, Luciana. **Urbanização de Favelas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023. p. 35-234. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/urbanizacao-de-favelas-no-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 9 jan. 2024.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (RE)produção do espaço urbano: O caso de Cotia**. Orientador: Dra. Léa Goldenstein. 1986. 449 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, São Paulo, 1986.

_____. Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o “direto à cidade”. **Revista de Direito e Praxis**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 01, p. 349-369, 2020. DOI: 10.1590/2179-8966/2020/48199. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/3cBsV3Vx7Yvw9SqvcqyVrbc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 4 out. 2024.

CARVALHO, Solange; TERRY, Tatiana; JAVOSKY, Daniela. MORAR CARIOCA VERDE: Urbanização das favelas da Babilônia e Chapéu Mangueira. **II Congresso Internacional de Habitação Coletiva Sustentável**, São Paulo, p. 688-693, abril 2016. Disponível em: https://issuu.com/laboratoriovivienda21/docs/livro_actas__book_r04_livro_digital_35ce959f8857c7. Acesso em: 25 ago. 2024.

CARVALHO, Thays Lima Gottgroy de. O turismo no Morro da Babilônia (RJ): do reflorestamento ao Ecoturismo. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 11-28, fev/abr 2016. DOI <http://dx.doi.org/10.34024/rbecotur.2016.v9.6447>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/334181213_O_turismo_no_Morro_da_Babilonia_RJ_do_reflorestamento_ao_Ecoturismo. Acesso em: 26 ago. 2024.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Tradução: Arlete Caetano. 7ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020. 602 p. ISBN 978-85-775-3080-9.

CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. Tradução: Omar Ribeiro Thomaz. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 45, p. 152-166, julho 1996.

CAVALCANTI, Mariana. Vida e morte do "agrupamento 26": breve etnografia do Morar Carioca na "Barra Olímpica" (2011-2013). **Revista de Antropologia**, USP, São Paulo, v. 60, n. 3, p. 211-235, 2017. DOI <http://dx.doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2017.141744>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/141744/137171>. Acesso em: 9 jan. 2024.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. ISBN 978-85-359-3009-1.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. Tradução: Luiz Antônio Oliveira de Araújo. 3ª. ed. São Paulo: Unesp, 2004. 267 p. ISBN 85-7139-524-1.

CORRÊA, Evelyn da Silva. **Entre a promessa de futuro e o presente de retrocessos: a (des)construção do Programa Morar Carioca**. Orientador: Dr.^a Rosângela Lunardelli Cavallazzi. 2019. 110 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.proureb.fau.ufrj.br/integrantes/evelyn-da-silva-correa/>. Acesso em: 24 ago. 2024.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. Tradução: Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006. 272 p. ISBN 978-85-7559-087-4.

FORTUNA, Affonso A. P.; FORTUNA, João Paulo P. Associativismo na favela. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p. 103-152, 1974. Disponível em: <https://hml-bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/5980>. Acesso em: 10 ago. 2024.

GONÇALVES, Ana Cristina de Souza. **Patrimônio Mundial e Comunidade: um estudo de caso da atuação da CoopBabilônia na zona de amortecimento do sítio Rio de Janeiro** - paisagens cariocas entre a montanha e mar no Morro da Babilônia (1995 - 2015). Rio de Janeiro: Centro Lúcio Costa-CLC, IPHAN, 2017. 1ª Chamada de Pesquisas.

GONÇALVES, Rafael Soares. **Favelas do Rio de Janeiro: História e Direito**. Rio de Janeiro: Editora PUC RIO e Pallas Editora, 2013. 408 p.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. Tradução: Geraldo Gerson de Souza. 2ª. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - Edusp, 2016. 312 p. ISBN 978-85-314-0102-2.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução: Carlos Szlak. 1ª. ed. São Paulo: Annablume, 2005. 252 p. ISBN 85-7419-496-4. Disponível em: http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/02_babel/textos/harvey-producao-capitalista-espaco.pdf. Acesso em: 24 out. 2023.

_____. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p. 73-89, julho/dezembro 2012. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/272071/mod_resource/content/1/david-harvey%20direito%20a%20cidade%20.pdf. Acesso em: 21 dez. 2023.

_____. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Tradução: Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014. ISBN 978-85-8063-161-6.

JACOBI, Pedro. A Cidade e os cidadãos. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, v. 2, n. 4, 1986. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451986000100004>. Acesso em: 21 dez. 2023.

KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 203 p.

LAGO, Luciana Corrêa do. **Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. 175 p. ISBN 978-85-7785-361-8. Disponível em: https://observatoriodasmetroles.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/desigualdade_metroplerj_lucianalago.pdf. Acesso em: 12 set. 2024.

LEITÃO, Gerônimo Emílio Almeida; COELHO, Luiza Teixeira; OLIVEIRA, Bruno Moitinho de; CARVALHO, Janaina Silva de. Do “Favela-Bairro” ao “Morar Carioca”: uma reflexão sobre as políticas públicas de urbanização de assentamentos informais na cidade do rio de janeiro, ao longo dos últimos vinte e sete anos. **Anais do 20º Encontro de História da Anpuh-Rio: 1822/2022: 200 anos de História e Historiografia**, Rio de

Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.encontro2022.rj.anpuh.org/site/anais>. Acesso em: 24 ago. 2024.

LEITÃO, Gerônimo; DELECAVE, Jonas. O programa Morar Carioca e a urbanização da cidade do Rio de Janeiro. **Boletim Científico Sapiens Research**, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 75-80, 2011. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6181570.pdf>. Acesso em: 14 set. 2024.

LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. **A Sociologia do Brasil Urbano**. Tradução: Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. 143 p.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro Editora, 2011. 143 p.

MARICATO, Ermínia. Direito a terra ou direito a cidade. **REVISTA DE CULTURA VOZES**, Rio de Janeiro, ano 79, v. LXXIX, n. 6, ed. 2^a, p. 405-410, 1985.

_____. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano do Brasil. *In*: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A CIDADE DO PENSAMENTO ÚNICO: Desmanchando Consensos**. 3^a. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 121-188.

_____. É a questão urbana, estúpido!. *In*: MARICATO, Ermínia. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 19-26. ISBN 978-85-7559-341-7.

_____. **Para entender a crise urbana**. 1^a. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 112 p.

NOVAES, Patrícia Ramos. **Gentrificação periférica na cidade do Rio de Janeiro: um estudo sobre as favelas Babilônia, Chapéu Mangueira, Vidigal e Santa Marta**. Orientador: Dr. Orlando Alves dos Santos Junior. 2017. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, 2017.

_____. Favelas and gentrification: Reflections on the impacts of urban restructuring on the city of Rio de Janeiro. *In*: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; BIGNAMI, Filippo. **The Legacy of Mega Events: Urban transformations and citizenship in Rio de Janeiro**. Lugano, Suíça: Springer, 2020. cap. 8, p. 131-148. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/the-legacy-of-mega-events-urban-transformations-and-citizenship-in-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 15 set. 2024.

O'NEILL, Maria Monica Vieira Caetano. Condomínios Exclusivos: um estudo de caso. **REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA**, Rio de Janeiro, ano 48, n. 1, p. 63-81, jan./mar. 1986. Disponível em: <https://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/issue/view/200>. Acesso em: 14 set. 2024.

PARISSE, Luciano. **Favelas do Rio de Janeiro: EVOLUÇÃO - SENTIDO**. 1^a. ed. Rio de Janeiro: Centro Nacional de Pesquisas Habitacionais - CENPHA, 1969.

PERBEILS, Henriette da Silva; BASTOS, Leopoldo Eurico Gonçalves. O potencial da sustentabilidade na produção da habitação popular: o caso do edifício HAB 2 no Rio de Janeiro, Brasil. In: ENCONTRO LATINO AMERICANO E EUROPEU SOBRE EDIFICAÇÕES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS, 3., 2019. **Anais [...]**. [S. l.], 2019. p. 1318–1329. Disponível em: <https://eventos.antac.org.br/index.php/euroelecs/article/view/2877>. Acesso em: 19 out. 2024.

PERLMAN, Janice E. O Mito da Marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro. Tradução: Waldívia Marchiori Portinho. 3ª. ed. São Paulo: Paz e Terra S/A, 2002. 377 p. ISBN 85-219-0438-X.

POLYCARPO, Clara. Favelas Chapéu-Mangueira e Babilônia. In: **Dicionário de Favelas Marielle Franco**. Rio de Janeiro, agosto 2023. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/Favelas_Chap%C3%A9u-Mangueira_e_Babil%C3%B4nia. Acesso em: 24 ago. 2024.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - Plano estratégico da cidade do Rio de Janeiro - Rio Sempre Rio. 1996. Disponível em: <http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/handle/123456789/687#:~:text=http%3A//hdl.handle.net/123456789/687>. Acessado em: 25 ago. 2024.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Lei nº 2912, de 29 de outubro de 1999**. Diário Oficial do Município, 8 nov. 1999.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Segregação residencial e políticas públicas: análise do espaço social da cidade na gestão do território. **Cidades - Comunidades e Territórios**, [s. l.], n. 6, p. 33-50, 2003. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/3406>. Acesso em: 13 set. 2024.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. Neoliberalization and Mega Events: The transition of Rio de Janeiro's hybrid urban order. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; BIGNAMI, Filippo. **The Legacy of Mega Events: Urban transformations and citizenship in Rio de Janeiro**. Lugano, Suíça: Springer, 2020. cap. 1, p. 1-21. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/the-legacy-of-mega-events-urban-transformations-and-citizenship-in-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 15 set. 2024.

ROCHA, Oswaldo Porto. A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro 1870-1920. **Biblioteca Carioca**: série publicação científica, Rio de Janeiro, v. 1, ed. 2, p. 21-108 1995.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Na procura do lugar o encontro da identidade**: Um estudo do Processo de Ocupação de Terras: Osasco. 1ª. ed. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009. 314 p. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dg/gesp>. Acesso em: 22 out. 2024.

_____. O direito à cidade e à moradia nas cidades brasileiras. **Revista Brasileira de Geografia Econômica**: Espaço e Economia, [s. l.], ano XI, n. 24,

ed. posto online em 14 de fevereiro de 2023, p. 1-24, 2022. DOI <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.22889>. Disponível em: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/22889>. Acesso em: 2 jul. 2023.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade?**. 3ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009. 86 p. ISBN 85-11-01203-6. Disponível em: <https://ro.scribd.com/document/244168265/O-Que-e-Cidade-Raquel-Rolnik-pdf>. Acesso em: 9 jan. 2024.

_____. **Guerra dos Lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 2. ed. São Paulo: Boi Tempo, 2019. 456 p.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 329 p. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8421052/mod_resource/content/1/Quando%20Novos%20Personagens%20Entram%20em%20Cena.pdf. Acesso em: 20 out. 2024.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Velhas novidades nos modos de urbanização brasileiros. *In*: VALLADARES, Licia do Prado. **Habitação em questão**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981. p. 17-47.

SANTOS, Carlos Nelson F dos; BRONSTEIN, Olga. Metaurbanização: o caso do Rio de Janeiro. **Revista de Administração Municipal**, Rio de Janeiro, ano XXV, v. 25, n. 149, p. 6-34, outubro/dezembro 1978.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7ª. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020. 176 p. ISBN 978-85-314-0971-4.

SANTOS JUNIOR, Orlando; WERNECK, Mariana; NOVAES, Patricia Ramos. Contradições do experimento neoliberal do Porto Maravilha no Rio de Janeiro. **Revista de Urbanismo**, [s. l.], n. 42, p. 1-16, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5354/0717-5051.2019.54265>. Acesso em: 28 set. 2024.

SILVA, Maria Lais Pereira da. **Favelas cariocas 1930-1964**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. ISBN 85-85910-75-5.

SOUZA, Maria Julieta. Morar Carioca, a intenção e o gesto: limites do planejamento na gestão urbana contemporânea. **I Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas - Urbafavelas**, 2014, São Bernardo do Campo - SP. Anais do I Urbafavelas, 2014.

TASCHNER, Suzana Pasternak. O Brasil e suas favelas. *In*: ABRAMO, Pedro. **A cidade da informalidade: o desafio das cidades latino-americanas**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2003. p. 13-42. ISBN 85-7388-322-7.

TAVOLARI, Bianca Margarita Damin. **Direito e Cidade: uma aproximação teórica**. Orientador: Dr. José Eduardo Campos de Oliveira Faria. 2015. 195 p. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/341380347_Dissertacao_de_Mestrado_-_Direito_e_cidade_uma_aproximacao_teorica. Acesso em: 4 jul. 2023.

_____. *Direito à Cidade: Uma Trajetória Conceitual*. *Novos Estudos*: CEBRAP, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, ed. 104, p. 93-109, março 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.25091/S0101-3300201600010005>. Acesso em: 3 abr. 2023.

TCMRJ - Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. **Relatório de Auditoria Operacional TCMRJ**. Órgão Auditado: Secretaria Municipal de Habitação. Rio de Janeiro: TCMRJ, 2011.

TRINDADE, NÍSIA VERÔNICA. **O movimento de favelados do rio de janeiro: políticas do estado e lutas sociais (1954 – 1973)**. Orientador: Luiz Antonio Machado da Silva. 1989. 177 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1989.

TERRY, Tatiana. Favela: Paisagem Cultural. Contradições vividas nas favelas da Babilônia e Chapéu Mangueira no contexto de grandes eventos e do Programa Morar Carioca Verde. **Revista online do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica - Puc-Rio**, Rio de Janeiro, ano I, n. I, 2018. Disponível em: <https://periodicos.puc-rio.br/index.php/revistaprumo/article/download/632/492/>. Acesso em: 25 ago. 2024.

VAINER, Carlos Bernardo. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. *In*: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A CIDADE DO PENSAMENTO ÚNICO: Desmanchando Consensos**. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 75-103.

_____. *Cidade de Exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro*. **Anais do XIV Encontro Nacional da Associação Nacional de Planejamento Urbano (ANPUR)**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, 2011. Disponível em: <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenapur/issue/view/2>. Acesso em: 17 set. 2024.

_____. *Quando a cidade vai às ruas*. *In*: MARICATO, Ermínia. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 35-40. ISBN 978-85-7559-341-7.

VALLA, Victor Vincent. Educação, participação, urbanização: uma contribuição à análise histórica das propostas institucionais para as favelas do Rio de Janeiro, 1941-1980. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 282-296, 1985. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1985000300002>. Acesso em: 28 jul. 2024.

VALLADARES, Licia do Prado (2000). **A gênese da favela carioca**. A produção anterior às ciências sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15(44), outubro/2000, p. 05-34. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092000000300001>. Último acesso em: 26 de jun. 2023.

_____. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2005. 204 p.

_____. **Passa-se Uma Casa: Análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Zahar editores, 1980. 142 p.

VAZ, Lilian Fessler. **Contribuição ao estudo da produção e transformação do espaço da habitação popular:** as habitações coletivas no Rio antigo. Orientador: Luiz Cesar Queiroz Ribeiro. 1985. 301 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, 1985. Disponível em: https://minerva.ufrj.br/F/?func=direct&doc_number=000079300&local_base=UFR01. Acesso em: 28 dez. 2023.

_____. **Uma História da Habitação Coletiva na Cidade do Rio de Janeiro - Estudo da Modernidade Através da Moradia.** 1994. 394 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, [S. l.], 1995.

_____. Dos cortiços às favelas e aos Edifícios de Apartamentos: a modernização da moradia no Rio de Janeiro. **Análise Social**, Lisboa, v. XXIX, n. 127, p. 581-598, 1994. Disponível em: <http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/handle/123456789/899>. Acesso em: 28 dez. 2023.

_____. **Modernidade e Moradia:** Habitação coletiva no Rio de Janeiro séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002. ISBN 85-7388-286-7.

VAZ, Lilian Fessler; JACQUES, Paola Berenstein. Pequeno Histórico das Favelas no Rio de Janeiro: (Pequena historia de las Favelas de Río de Janeiro). **Revista Ciudad y Territorio -:** Estudios Territoriales, São Paulo, n. 135, p. 259-272, 2003. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/708373314/VAZ-JACQUES-Pequeno-Historico-Das-Favelas-Do-RJ>. Acesso em: 16 jul. 2024.

XIMENES, Luciana Alencar; CARDOSO, Adauto Lúcio; LUFT, Rosângela Marina. Política de urbanização de favelas no Rio de Janeiro: dimensões institucionais e normativas. **Caderno Metropolitano**, São Paulo, v. 25, n. 58, p. 993-1015, set/dez 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2023-5810>. Acesso em: 22 ago. 2024.

XIMENES, Luciana Alencar; JAENISCH, Samuel Thomas. As favelas do Rio de Janeiro e suas camadas de urbanização: Vinte anos de políticas de intervenção sobre espaços populares da cidade. **Anais XVIII ENANPUR**, Natal, p. 1-25, 2019. Disponível em: <https://habitacao.observatoriodasmegropoles.net.br/wp-content/uploads/2020/02/ENANPUR-2019.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2024.